



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

MATHEUS CÂNDIDO NEVES

QUESTÃO AGRÁRIA, EDUCAÇÃO DO  
CAMPO E OS SABERES PRODUZIDOS  
NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL



**Universidade Regional do Cariri-URCA**  
Outubro/2022

Matheus Cândido Neves

**Questão agrária, educação do campo e os saberes produzidos no Assentamento 10  
de Abril**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri com parte da obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História/Ensino de História

Orientador: Dr. Reginaldo Ferreira Domingos

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema  
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

Neves, Matheus Cândido

N518cândidoq Questão agrária, educação do campo e os saberes produzidos no Assentamento 10 de abril / Matheus Cândido Neves. Crato, 2022.

160p. il.

Dissertação. Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Regional do Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof. Dr. Reginaldo Ferreira Domingos

1. Questão agrária, 2. Assentamento 10 de abril, 3. Educação do campo, 4. Ensino de história, 5. Luta pela terra; I. Título.

CDD: 981

Matheus Cândido Neves

**Questão agrária, educação do campo e os saberes produzidos no Assentamento 10  
de Abril**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História-  
PROFHISTÓRIA da Universidade Regional do Cariri-URCA para obtenção do título de  
Mestre em História em: /\_/\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** IVAN COSTA LIMA  
Data: 13/04/2023 12:34:36-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Dr. Ivan Costa Lima (UNILAB)

*Fábio José Cavalcanti de Queiroz*

---

Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz (URCA)

*Reginaldo Ferreira Domingos*

---

Dr. Reginaldo Ferreira Domingos (UFCA)

A todos que tombaram na luta por terra e dignidade. E para todas crianças sem terra que sonham, com suas famílias, por uma educação de qualidade, nas áreas de acampamentos e assentamentos.

## AGRADECIMENTOS

Seria uma missão interminável conseguir mencionar todas as pessoas que fizeram essa pesquisa se tornar possível.

Os longos anos de pandemia foram e continuam sendo cruéis, mas tenho a sorte de ser cercado por pessoas que me ajudaram. E mesmo em seus períodos mais críticos, continuamos na batalha, sem esquecer do nosso objetivo final.

Esta dissertação beneficiou-se diretamente dos comentários e sugestões do professor Fábio José Cavalcanti de Queiroz, a quem sou grato pelas palavras de apoio e por cada mensagem de encorajamento em aula presenciais, virtuais, nos corredores da URCA, nas manifestações e movimentos.

Agradeço ao meu orientador, professor Reginaldo Ferreira Domingos, cuja dedicação, compreensão, generosidade e brilhantismo superaram as expectativas mais esperançosas que eu poderia ter. De fato, tive a sorte de ter a pesquisa selecionada para sua orientação. Espero um dia poder recompensar ao menos em parte sua inestimável contribuição para que tudo isso fosse possível.

À minha noiva, Lara Almeida Feitosa Peixoto, quem esteve comigo nos momentos mais difíceis da pesquisa e me fez continuar nos momentos de desânimo, sou grato por todo que compartilhamos até aqui.

À minha família, especialmente, aqueles que vivem da agricultura, por sua luta cotidiana. Sou grato pela ajuda dos meus irmãos. Ao meu pai, Iranildo Ferreira Neves que dedicou sua vida ao trabalho na roça. Que nunca teve a oportunidade de estudar mas que me ensinou, mesmo sem perceber, a encontrar coragem.

À minha mãe Maria de Lourdes Cândido Neves, minha maior inspiração. Quem me ensinou o que é socialismo sem falar de teoria, por suas atitudes solidárias com quem precisava e a sensibilidade na forma de ler o mundo e suas injustiças. Gratidão pela base nos estudos e puxões de orelha. Educadora referência pra mim e muitos outros. Suas palavras e conselhos me transmitem confiança e a esperança de que, na vida, quando se quer, tudo é possível.

A todos companheiros e companheiras do Assentamento 10 de abril, suas vidas e histórias me inspiram. As colaborações de Antônio Norberto e dona Maria de Lourdes foram centrais para o desenvolvimento do texto.

## **Parada do velho novo**

**Bertold Brecht**

Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando,  
mas ele vinha como se fosse o Novo.

Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes havia visto, e exalava novos  
odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado.

A pedra passou rolando como a mais nova invenção, e os gritos dos gorilas batendo no  
peito deveriam ser as novas composições.

Em toda parte, viam-se túmulos abertos vazios, enquanto o Novo movia-se em direção à  
capital. Em torno estavam aqueles que instilavam horror e gritavam: Aí vem o Novo,  
tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós!

E quem escutava, ouvia apenas os seus gritos, mas quem olhava, via tais  
que não gritavam.

Assim marchou o Velho, travestido de Novo, mas em cortejo triunfal levava consigo o  
Novo e o exibia como Velho. O Novo ia preso em ferros e cobertos de trapos; estes  
permitiam ver o vigor de seus membros.

E o cortejo movia-se na noite, mas o que viram como a luz da aurora era luz dos fogos  
no céu. E o grito: Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós!  
Seria ainda audível, não tivesse o trovão das armas sobrepujado tudo.

## RESUMO

O presente artigo parte de uma reflexão sobre a questão agrária, por entendê-la enquanto uma categoria fundamental para analisar e compreender a problemática da estrutura agrária brasileira. O foco dessa pesquisa situa-se em um contexto histórico de aprofundamento das contradições sociais no capitalismo, do avanço da lógica do capital no campo brasileiro, no crescente sucateamento e fechamento de escolas direcionadas aos sujeitos gestados na luta por terra. Tentando entender como os critérios estabelecidos para o uso, posse e propriedade, ao longo das décadas de 1970 a 1990, acabaram provocando grandes transformações socioeconômicas que influenciaram na construção de uma estrutura agrária excludente e degenerada. Essas transformações não são realizadas sem que uma parcela dos atingidos por elas reaja. E para entender esses processos, na primeira etapa da pesquisa buscaremos abrir espaço para discussão sobre questão agrária, campesinato e as origens dos movimentos sem terra no Brasil na segunda metade do século XX. Na etapa seguinte, tentaremos analisar como a questão da educação no campo atravessa a luta por terra. Na última etapa do texto, através de uma leitura histórica e análise documental, tentaremos explorar as experiências de luta que atravessaram o movimento que resultou na criação do Assentamento 10 de abril, de Crato, Ceará, em 1991. Propondo uma reflexão sobre os fatores e circunstâncias que insistem em precarizar e desmobilizar a comunidade ao longo de sua constituição. Para tanto, iremos usar um amplo leque de fontes documentais para embasar nossas análises, como por exemplo, materiais impressos, fotografias, ilustrações, tabelas e jornais. Em meio a esse debate, sinalizaremos para importância do ensino de história em diálogo com a educação do campo, enquanto caminho proveitoso para fortalecimento da luta. Por fim, entendendo que a ignorância e desinformação são um dos grandes obstáculos da realidade do campo, após o texto, colocamos a disposição um material didático, no formato de cartilha, que versa sobre a história do Assentamento 10 de Abril. Um instrumento para fins educativos que pretendemos distribuir nas escolas públicas da cidade do Crato, com foco no esclarecimento de conceitos e categoriais fundamentais, para entender a história da comunidade e a luta por terra através uma linguagem simples.

Palavras-chave: Questão agrária; Assentamento 10 de abril; Educação do campo; Ensino de história; Luta pela terra.

## **ABSTRACT**

This article proposes a reflection on the agrarian issue, because it is understood as a fundamental category to analyze and understand the problem of the Brazilian agrarian structure and the struggle organized by agrarian reform. The focus of this research is in a historical context of deepening social contradictions in capitalism, the advancement of the logic of capital in the Brazilian field, in the increasing scrapping and closing of schools directed to the subjects who are involved in the struggle for land. Trying to understand how the criteria established for use, ownership and property, throughout the 1970s to 1990s, ended up causing major socioeconomic transformations that influenced the construction of an exclusionary and degenerate agrarian structure. These transformations are not carried out without a portion of those affected by them react. And to understand these processes, in the first stage of the research we will seek to make room for discussion on agrarian issue, peasantry and the origins of landless movements in Brazil in the second half of the twentieth century. . In the next step, we will try to analyze how the issue of education in the field goes through the struggle for land. In the last stage of the text, through a historical reading and documentary analysis, mainly through printed materials, photographs, tables and newspapers, we will try to explore the experiences of struggle that went through the movement that resulted in the creation of the Settlement April 10, in Crato, Ceará, in 1991. Proposing a reflection on the factors and circumstances that insist on precarious and demobilize the community throughout its constitution. In the midst of this debate, we will signal the importance of teaching history in dialogue with the education of the field, as a useful way to strengthen the struggle. Finally, understanding that ignorance and disinformation as one of the great obstacles of the reality of the field, after the text, we put available a didactic material, in the form of a booklet, which deals with the history of the Settlement April 10. An instrument for educational purposes that we intend to distribute in public schools in the city of Crato, focusing on clarifying fundamental concepts and categories through simple language.

**KEYWORDS:** Agrarian issue; Settlement April 10; Field education; History teaching; Fight for the land.

## LISTA DE SIGLAS

- ABRA - Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária
- ACB – Associação Cristã de Base
- AGU – Advocacia Geral da União
- ALC - Associação dos Latifundiários do Cariri
- ANPUH - Associação Nacional de História
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CF – Constituição Federal
- CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CUT – Centro Única dos Trabalhadores
- EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense
- EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará
- FETRAF – Sul - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na região Sul
- FETRAECE - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- GEBAM - Grupo Executivo do Baixo Amazonas
- GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
- IDACE - Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

ITR - Imposto Territorial Rural

LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB - Partido Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PNMR - Programa Novo Mundo Rural

PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SINTRAC - Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato

SINTTROEC - Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais Orgânicos e Ecológicos do Cariri

STF – Superior Tribunal Federal

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDR – União da Democracia Ruralista

UNB - Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UOL – Universo Online

URCA – Universidade Regional do Cariri

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Documento impresso: “Com terra e sem vergonha”, p. 64.
- Figura 2 – Documento impresso: “Atlas revela que há 62% de terras improdutivas, p. 65.
- Figura 3 – Documento impresso: “Principais pontos da PNRA”, p. 68.
- Figura 4 - Charge impressa “Latifúndio Sarney”, p. 70.
- Figura 5 – Jornal Sem terra, Boletim da Educação I, p. 79.
- Figura 6 – Capa “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem terra”, 1º edição, p. 85.
- Figura 7 – Jornal Sem terra, Boletim da Educação II, part. 1, p. 86.
- Figura 8 – Jornal Sem Terra, Boletim da Educação III, parte. 2. p. 86.
- Figura 9 - Bandeira do MST exposta no interior da sala de aula da escola “Construindo o Caminho”, Assentamento 10 de abril, Crato, p. 88.
- Figura 10 - Boletim da Educação, Setor de Educação., p. 92.
- Figura 11 – Mapa “Localização geográfica da comunidade Assentamento 10 de Abril”, p. 94.
- Figura 12 - Chegada das famílias sem terra ao Caldeirão, p. 98.
- Figura 13 - Adultos, jovens e crianças na ocupação da Fazenda Caldeirão, p. 100.
- Figura 14 – Poster do longa metragem “O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto”, p. 101.
- Figura 15 – Notícia impressa publicada no Jornal Diário do Nordeste, p. 103.
- Figura 16 – Fotografia: “Cotidiano da ocupação da fazenda Caldeirão”, p. 104.
- Figura 17 – Fotografia: “Ocupantes da Fazenda Caldeirão”, p. 105.
- Figura 18 – Fotografia: “Barracas instaladas pelos ocupantes do Caldeirão”, p. 108.
- Figura 19 – Fotografia: “Os filhos da luta pela terra”, p. 110.
- Figura 20 – Documento impresso: “Nota oficial dos prefeitos da Região do Cariri em face da invasão da fazenda Caldeirão”, p. 111.

Figura 21 – Fotografia: “Registro do dia 11 de abril de 1991, ocupantes do Caldeirão em Assembleia”, p. 115.

Figura 22 – Fotografia: “Trabalhadores sem terra acampados no Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante”, p. 119.

Figura 23 – Fotografia: “Trabalhadores sem terra em marcha pelas ruas do Crato”, p. 121.

Figura 24 – Documento impresso: notícia publicada “Fazenda é desapropriada para abrigar 96 famílias no Crato”, p. 123.

Figura 25 – Fotografia: “Assentados durante a mística na capela do Assentamento 10 de abril”, p. 136.

Figura 26 – Fotografia: “Assentados num momento de assembleia na escola Construindo o caminho”, p. 140.

Figura 27 – Fotografia: “Professor e seus alunos em dia de aula na escola Construindo o caminho”, p. 146.

Figura 28 – Fotografia: “Professora e seus alunos reunidos desenvolvendo atividades em dia de aula, Assentamento 10 de abril”, p. 146.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Quantidade de pesquisadores que trabalham com temas ligados ao mundo rural, p. 27.

Tabela 2 - Palavras-chave citadas mais de 10 vezes no agrupamento, p. 28.

Tabela 3 - Número de sindicatos por estados, p. 56.

Tabela 4 - Concentração de terras no Brasil, p. 64.

Tabela 5: Comparativo de ocupações e assentamentos Brasil: 1990-1994, p. 108.

Tabela 6: Número de estabelecimento de ensino - Educação Básica, p. 142.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	20
CAMINHOS METODOLÓGICOS .....	27
CAPÍTULO 1 – QUESTÃO AGRÁRIA, CAMPESinATO E LUTA PELA TERRA NOS ANOS 1980 E 1990.....	33
1.1 PARADIGMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA: CAMPONÊS E AGRICULTOR FAMILIAR.....	34
1.2 CAMPESinATO, TRABALHO E PRODUÇÃO FAMILIAR: DIÁLOGOS COM CHAYANOV.....	45
1.3 QUESTÃO AGRÁRIA E O CONTEXTO RURAL DO BRASIL NA ÚLTIMA METADE DO SÉCULO XX.....	54
1.4 A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO .	72
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO COMO FONTE DE LUTA: APONTAMENTOS SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS, PEDAGOGIA DA TERRA E A NOÇÃO DE PROFESSOR-MILITANTE.....	82
2.1 PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES DE UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO E O ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL.....	82
2.2 FLORESTAN FERNANDES: ESCOLA DO CAMPO E O SER PROFESSOR-MILITANTE.....	93
CAPÍTULO 3. CAMINHOS DA LUTA PELA TERRA: O EXEMPLO DO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL .....	99
3.1. OCUPAÇÃO DO CALDEIRÃO: NOTAS DE UM CONFLITO .....	102
3.2 OCUPAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE CRATO E SEU FATOR POLÍTICO	124
3.3 ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL NA LUTA PELA TERRA NO CARIRI CEARENSE: RESISTÊNCIA, SABERES E SEU LEGADO.....	130
3.4 EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENSINO DE HISTÓRIA: APONTAMENTOS E POSSÍVEIS DIÁLOGOS.....	135
3.5 UNIÃO E RESISTÊNCIA POR EDUCAÇÃO: CASO DO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	157
FONTES IMPRESSAS .....	162
ANEXOS.....	163

## **Introdução**

Os temas em destaque no título da pesquisa atravessam minha trajetória de vida e profissional. Não apenas pelo fato ser filho de uma professora e um agricultor, nascidos e criados no campo, mas por ter vivenciado e presenciado experiências marcantes minhas e de pessoas próximas, dentro do mundo rural e suas contradições. E hoje, com a oportunidade de lecionar em uma escola da zona rural, determinadas questões sobre o universo rural voltam à tona e começam a serem percebidas com outros olhos. Logo antes, a trajetória acadêmica me fez pensar e sentir esse lugar de outra forma. A bagagem cultural acumulada passa a ser compreendida de outra maneira no momento que tenho acesso e oportunidade de conhecer autores, livros, teorias, experiências políticas e ideias diversas, que me levaram a questionar as contradições que estavam ao meu redor. Uma oportunidade que não foi experimentada por muitos adultos, idosos, jovens e crianças que nasceram e foram criados no campo. Uma realidade marcada pela pobreza, exclusão e analfabetismo. Algo me inquietava e me fazia pensar que tudo aquilo ao meu redor não era justo.

Entendendo essa realidade e compreendendo a importância de ver esses processos com outros olhos, é que procuro materializar sonhos e visões de mundo na escrita. As reflexões que percorrem essas páginas levam em consideração um lugar, bandeiras e pessoas gestadas sob as ambiguidades de sua situação social. Bifronte e contraditoriamente orientado pelos valores da condição de trabalhador e pelos efeitos da inventada condição de propriedade. Uma história que fala para dentro e para fora do mundo rural. Assim, sob inspiração de Ajuricaba, de Zumbi, de Antônia Conselheiro, Beato José Lourenço, Elizabeth Teixeira e de Francisco Julião, procuro produzir algo que me identifica de forma inconfundível no correr de minha trajetória enquanto pessoa. Uma caminhada que não vê o tempo passar, pois a cada passo que dá vai se envolvendo cada vez mais num diálogo com a história de vida dos meus e com aqueles que tombaram na luta pela terra.

A estrutura agrária brasileira ainda hoje é compreendida enquanto um dos principais problemas da realidade nacional. Um espectro sentido por muitos brasileiros e brasileiras, especialmente pelos que vivem do sustento da terra. Tomando como referências os processos sociais, políticos e econômicos que atravessam essa realidade,

tentaremos abordar algumas reflexões a respeito do debate sobre a luta pela terra, destacando as abordagens e conceitos que dão suporte aos desafios enfrentados pelas organizações camponesas que atuam coletivamente na busca pela reforma agrária e suas leituras de tempo e espaço.

O processo de inserção nos movimentos sociais de luta pela terra está associado ao processo de formação da consciência política, assim como, à formação para militância. Nessa perspectiva, a luta organizada, o trabalho e os aprendizados fundamentais – entrelaçadas aos saberes próprios da mobilização conjunta e organizada - que são produzidos nesse processo, é o que vai dar sentido ao sentimento de pertença ao movimento sem-terra. Portanto, o compromisso de pertença não acontece espontaneamente através de roteiros e fórmulas prontas, é um contínuo, por entender a inserção em uma rede de mobilizações (GOHN, 1997) de luta organizada enquanto processo, que transita em direções distintas e em ritmos diferentes. Ao passo que, produzem e reproduzem imagens do presente, futuro e sobretudo do passado, e que acabam sendo canalizadas como referências para o fortalecimento da organização e identidade do grupo. Saberes e aprendizados “inacabados”, sempre em movimento.

Percebe-se nos últimos anos uma preocupação crescente em entender as discussões teóricas e as vivências práticas estabelecidas entre a educação popular e os movimentos sociais (STRECK, 2009). Os motivos para isso são diversos, que variam desde a necessidade de se aproximar com determinadas práticas de mobilização efetiva na busca por transformações sociais, como também, a necessidade de abrir novas perspectivas nos debates da formação cidadã em tempos de crise institucional e esfacelamento do sentimento coletivo.

Nesse sentido, os movimentos sociais presentes no contexto rural apresentam um conjunto de demandas via práticas de pressão/mobilização, que tem certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades, como fome ou qualquer forma de opressão (GOHN, 2009), mas podem surgir e se desenvolver à luz de uma reflexão sobre sua própria experiência no tempo, variando de acordo com os limites e as possibilidades de uma dada conjuntura.

Estar junto em um segmento coletivo como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), inevitavelmente, colabora com o processo pessoal de compreensão política. Além de se somar a luta, outros fatores, como por exemplo, o

fortalecimento da leitura como caminho para o conhecimento, a combinação de se comprometer com o engajamento social e a permanente construção de valores, ajudam no processo contínuo e difuso de construção e edificação da luta coletiva (SANTOS e MAZZILLI, 1992). Nesse sentido, estar junto não é o suficiente, é preciso estar organizado.

Uma das perspectivas que representam a compreensão das dinâmicas relacionadas com a luta pela terra, enquanto experiência de aprendizagem e transformação social, é a concepção de Educação do Campo. Uma ideia de educação construída historicamente a partir da luta dos trabalhadores do campo por direitos e condições dignas de vida. A Educação do Campo, nesse sentido, se construiu enquanto concepção que compreende a possibilidade de mudanças da sociedade através da educação, seja nas escolas do campo, seja nos ambientes não formais (BORGES e SILVA, 2012). Uma concepção que orienta a aprendizagem dos sujeitos para uma sociedade determinada, forjada a partir de pautas e demandas construídas coletivamente, tratando assim, a Educação, enquanto um ato político de transformação social (FREIRE, 1996). Conforme retrata Borges e Silva, essa concepção é:

Resultado da práxis dos movimentos sociais do campo, que vem ao longo das duas décadas sendo gestada com ações para disputar uma nova sociedade, com a intenção de fazer com que os sujeitos do campo se vejam como sujeitos da própria vida, sem a tutela do Estado (BORGES e SILVA, 2012, p. 208).

Nesse sentido, para os edificadores dessa concepção de educação, não se avança na luta por reforma agrária sem a educação, no sentido do aperfeiçoamento intelectual, na leitura e escrita sobre o espaço em que estão inseridos, na valorização da memória e identidade do grupo, na compreensão do mundo, na participação e organização enquanto coletivo. Por esse ângulo, é pela educação e formação “que se cria uma identidade (de desgarrados da terra à sujeitos da terra), em um sentido de que terra é mais que isso, ou seja, é cidadania, construção de uma melhor qualidade de vida, produção, autonomia e conscientização” (SANTOS e MAZZILLI, 2012, p. 377).

A conquista do Assentamento 10 de abril é resultado da articulação levada por organizações e entidades, numa luta que começou em 1991. Dentre os responsáveis, podemos citar: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Associação Cristã de Base e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de 7 municípios da região do

Cariri (Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Nova Olinda, Santana do Cariri, Potengi e Assaré). Um episódio marcado por momentos de luta, incertezas e muita esperança.

O Assentamento 10 de Abril localiza-se nas proximidades da área onde no passado existiu a comunidade camponesa do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, destruída pelas forças militares do Estado do Ceará no ano de 1937. O espaço escolhido para ocupação, onde futuramente se tornaria o Assentamento, traz consigo tanto uma carga simbólica permeada por lembranças dolorosas de um episódio marcado pelo massacre de centenas de camponeses, quanto representações históricas de luta e resistência camponesa pelo direito à terra.

Nesse sentido, a própria origem do Assentamento 10 de Abril já advém da materialização de uma experiência iniciada na década de 20, deixando um legado de luta que, resistiu a sistemática tentativa de ocultação e esquecimento, atravessou o tempo e influenciou os movimentos sociais pela reforma agrária no presente, o que pode ser considerado um processo de territorialização da luta pela terra na Região do Cariri (FERNANDES, 2008).

A identidade regional e o povoamento do Cariri foram forjados pelos atributos naturais associados a Chapada do Araripe, um processo que por muito tempo deixou em segundo plano os fatores sociais e a produção de saberes desenvolvidas no Semiárido cariense e dos territórios localizados aos arredores ou distante da zona verde coberta pela Floresta Nacional do Araripe.

Alguns autores carienses, no século passado, exaltavam as peculiaridades da região, se referindo ao Cariri como “Oasis do Sertão”, um lugar que para Irineu Pinheiro (médico, filho da elite cratense) em seu livro “O Cariri”, a região deveria ser considerada como “um lugar a parte no interior do Nordeste (...) o Cariri é rico e lindo, não pode ser considerado sertão” (PINHEIRO, 2010, p.8). Nessa ótica, o Cariri era descrito a partir dos seus atributos naturais associados essencialmente a Floresta Nacional do Araripe, cujo clima, fauna e flora fazia desse território, para alguns, um espaço digno de reverência e enaltecimento.

Por esse ângulo, Saquet (2011), percebe as categorias de espaço e território enquanto demarcações. Formuladas de acordo com as produções meramente humanas e conjunturais, ao mesmo tempo que, traduzidas pelas relações de poder e força existentes em um determinado tempo. Nesse sentido, o espaço é:

Construído de maneira processual e dinâmica, constantemente reformulado e envolvendo, necessariamente, os órgãos do poder e as classes sociais dominantes e dominadas. Isto significa, que a produção do espaço constitui uma contínua luta entre os grupos sociais, também envolvendo as forças produtivas. O espaço é, ao mesmo tempo, heterogêneo, em virtude das ações do Estado e dos agentes do capital que organizam o território de acordo com seus interesses. (SAQUET, 2011 *apud* ANDRADE, 1984).

No semiárido caririense, os registros sobre o espaço do Assentamento 10 de abril desenvolvidos por seus membros, transitam pelas memórias individuais e coletivas de uma comunidade que viveu e vive uma conjuntura política, social e cultural que nos permite refletir algumas contradições pelas quais a questão agrária vem passando no âmbito nacional (SILVA, 2010).

A compreensão do significado e das influências entre o campo e cidade, “moderno e arcaico”, conhecimento formal e não formal, se apresentam, nesse espaço, como instrumentos de análise que permitem pensar sobre o campo e os saberes construídos dialeticamente a partir da união e mobilização de sujeitos (SILVA, 2010). E um dos instrumentos fundamentais para condução do engajamento social do grupo é a educação e formação política.

Até o momento, através de pesquisas, leituras, entrevistas com moradores e coleta de dados sobre o Assentamento 10 de abril, percebe-se por parte das lideranças da comunidade uma preocupação constante em tentar se apegar a meios de comunicação e materiais didáticos, sobretudo destinadas pelo MST, para difusão de representações políticas sobre a identidade social, cultural e histórica da comunidade, o que nos permite entender como o movimento social dá sentido ao passado e ao ensino de história para organização e mobilização dos trabalhadores rurais sem terra e das novas gerações de moradores do Assentamento 10 de Abril.

Através dessas reflexões, a presente pesquisa visa investigar as formas pelas quais a luta pela terra, a perspectiva da educação do campo e as experiências dessas lutas sociais são produzidas, vivenciadas e conduzidas. Para tanto, ao final, tentaremos analisar esses processos tomando como referência histórica a comunidade rural Assentamento 10 de Abril. A comunidade em análise localiza-se no semiárido do município do Crato, Região do Cariri<sup>1</sup>, sul do Ceará.

---

<sup>1</sup> Demarcar espacialmente o Cariri Cearense não é tarefa simples, por não existir uma conformidade de opinião homogênea e conclusa sobre o perfil geográfico da Região. O geógrafo Menezes (2007) esclarece

Nessa etapa do trabalho tentaremos analisar a luta pela terra na comunidade assentada 10 de abril, que, passados 30 anos de constituição da comunidade em assentamento, comparando com outras experiências parecidas pelo Brasil, consideramos que é tempo suficiente para levantarmos algumas indagações que nos ajude a refletir sobre os efeitos plantados e cultivados pela comunidade assentada ao longo dessas décadas, por exemplo: Quais são os objetivos, práticas e vivências desenvolvidas pelos moradores da localidade na perspectiva de reforçar os laços solidários de uma comunidade engajada nos movimentos sociais? Seus moradores tratam de qual realidade, de quais contextos, e sobretudo, de quais perspectivas? São laços que desenrolam naturalmente ou a comunidade estrategicamente se empenha em preservar suas representações coletivas? Diante dessas perguntas, como os membros da comunidade, organizados nos movimentos sociais, ao longo dessas três décadas, se empenham em discutir, refletir e elaborar um projeto de coletividade aliada aos seus interesses e necessidades?

Com esse intuito, procuraremos discutir as dinâmicas que envolvem a luta pela terra e como esses processos foram vivenciados na região do Cariri, Sul do Ceará, durante esse tempo. Sinalizando a concepção de Educação do Campo enquanto mecanismo de engajamento político das lutas camponesas pela reforma agrária.

Na primeira etapa do texto, buscaremos apresentar as contribuições teóricas de autores que tratam da questão agrária, camponês, perspectivas de reforma agrária, estrutura familiar camponesa e as dinâmicas que envolvem a luta pela terra, e como se estabelece a articulação entre categorias e conceitos que transitam pelos campos em discussão.

No segundo capítulo, dando continuidade às discussões teóricas iniciadas, buscaremos refletir sobre a relação da luta pela terra com a educação. Pensar a educação do campo ou a própria ideia de prática educativa compartilhada no mundo rural nos dias

---

que as instituições encarregadas desse papel selecionam os municípios que compõem o Cariri do Ceará de acordo com seus propósitos. Nesse sentido, é importante indagar sobre qual o Cariri se pretende falar nesse trabalho. Que de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, o Cariri é compreendido como sendo uma das várias microrregiões do Ceará, compondo os contornos da mesorregião Sul Cearense. Abrange uma área total de 17.390,30 km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 1.014.610 habitantes (IBGE, 2017), e dividindo-se em 29 municípios, das quais são: Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre. (Acesso dos dados 10/12/2020: [http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil\\_regional/2017/PR\\_Cariri\\_2017.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/2017/PR_Cariri_2017.pdf)).

atuais, sem se desprender de suas finalidades de origem, nos obriga a entendê-la, antes de uma situação específica, a partir de uma perspectiva totalizante, e com uma preocupação metodológica, na busca de interpretá-la, articulando suas perspectivas de uma concepção educacional à uma preocupação política, buscando analisar os caminhos que a levaram a ser uma alternativa de transformação e emancipação dos povos do campo. Nessa medida, tentaremos entender como é possível que determinadas práticas educativas e relações de ensino aprendizagem podem colaborar para fundamentar e fortalecer as organizações camponesas a partir de uma concepção específica de educação.

A partir dessas reflexões e categorias, no terceiro capítulo, buscamos analisar brevemente as experiências individuais e coletivas produzidas pela história da fundação do Assentamento 10 de abril de Crato – Ceará e as transformações sociais construídas nesse espaço ao longo dos anos, afim de evidenciar os fatores que procuram fortalecer a comunidade assentada enquanto organização coletiva.

Ainda nessa mesma etapa, voltaremos a debater a ideia de educação direcionada aos povos do campo, agora procurando associar o elemento a noção de educação do campo com a perspectiva de ensino de história. Nesse sentido, como o ensino de história em diálogo com a educação do campo (enquanto práxis dos movimentos sociais) poderia contribuir nesse processo de luta pela terra? Tendo em vista que um dos principais ensejos da História é o potencial transformador de “inclusão histórica”, quais ferramentas e procedimentos pedagógicos o Ensino de História pode oferecer para educação do campo em sua perspectiva de “educar para organização”?

Nesse sentido, quais os significados do conhecimento histórico para as memórias e produções desenvolvidas pelos moradores da comunidade, no contexto da educação brasileira contemporânea e das lutas dos trabalhadores do campo por emancipação e, mais amplamente, pela superação das relações sociais capitalistas?

Evidentemente, diante das condições atuais de pandemia, mesmo considerando a dificuldade de responder essas questões sem deixar lacunas, buscaremos respondê-las de uma forma fundamentada, por meio de fontes e referências sobre as temáticas e discussões. Entretanto, não buscaremos construir respostas prontas e conclusas, considerando que, necessariamente, as reflexões e apontamentos desenvolvidos aqui fazem parte de um debate em construção. Analisando precocemente, a comunidade tem

um potencial significativo para respondermos essas indagações. Todavia, iremos conduzir parte considerável da pesquisa tomando como ponto de partida os questionamentos citados. Tentando solucioná-los a partir do diálogo com as fontes e referenciais bibliográficos selecionados.

### **Caminhos metodológicos**

Para pensarmos a relação entre questão agrária, as perspectivas alternativas da educação do campo e as referências mentais e concretas que interagem para dar corpo a luta pela terra, escolhemos como campo de pesquisa o Assentamento 10 de abril, localizado no semiárido de Crato, região do Cariri, Ceará. A comunidade é referência para região por ser fruto da primeira ação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Cariri cearense, retomando no final do século XX a luta pela terra na região. Comunidade camponesa que antes mesmo de sua fundação já representava a luta e resistência dos camponeses sem terra. Por localizar-se nas proximidades da antiga comunidade Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, modelo de organização coletiva e justiça social para as populações do campo.

Para tentar responder essas questões ditas anteriormente, vamos num primeiro momento dar ênfase a uma ampla bibliografia sobre as categorias em análise, e num segundo momento explorar as documentações orais, imagens, fotografias, gráficos e uma ampla documentação impressa produzida por organizações camponesas, em especial, pelo MST. Como também, alguns dados produzidos pelos próprios moradores do Assentamento 10 de Abril ao longo de sua história, no momento de construção da comunidade até a constituição do assentamento e a realidade posterior já enquanto espaço símbolo da reforma agrária no Cariri, no intuito de esclarecer e dar conta dessas problemáticas. Onde a fonte ou qualquer vestígio do passado, é avaliado considerando sua autenticidade, estrutura, limites e possibilidades possíveis. Quando o caminho é buscar compreender a estrutura social em destaque ou objetos particulares através do tempo, encadeados numa lógica explicativa de causas e consequências. Considerando as circunstâncias sociais e a resistência frente suas contradições (JANOTTI, 2008).

Em muitas dessas oportunidades de levantamento e manuseio das fontes, “o abnegado historiador encanta-se ao ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vista, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas” (BACELLAR, 2008, p. 24). Nesse processo, a intimidade - em construção - do historiador com os documentos e com os discursos presentes nos arquivos vão crescendo e a empreitada

para alcançar o real objetivo da investigação vai se transformando em uma trajetória prazerosa e enriquecedora.

Ao passo que tentaremos destacar as práticas, vivências e sentidos da comunidade, investigando como as experiências de luta tanto da própria comunidade, que valoriza as memórias de lutas vividas e experimentadas nos primeiros momentos até a fundação da comunidade, de ocupação até a formalização de criação do assentamento rural, como também, em alguns momentos, às produções relacionadas ao mundo do campo e das lutas camponesas no âmbito regional e nacional, a partir de materiais produzidos pelo MST e produções científicas que retratam a importância da luta pela terra e da bandeira da educação enquanto uma das principais trincheiras de resistência contra o latifúndio, ignorância e da analfabetismo.

A partir desse debate, logo ao final da última etapa, tentaremos refletir sobre os fatores e circunstâncias que insistem em precarizar, desmobilizar e deslegitimar essas lutas no campo e como o Assentamento 10 de Abril é palco desses conflitos. Em seguida, tentaremos compreender como os moradores da comunidade se organizam para tentar romper com as amarras da injustiça historicamente enfrentadas pelos povos do campo. Que no caso do 10 de abril, mesmo vivendo nas mínimas condições de existência, conseguem viver na contramão do capital. Ao passo que, simultaneamente, tentando construir conhecimentos e valores fundamentais para tentar viver como seres humanos sem jamais esquecer das vivências, dificuldades e batalhas experimentadas ao longo da história da comunidade.

Embora muitos tenham apostado que, após longos anos de ditadura, os historiadores tivessem os ensejos necessários para pensar o universo rural e as demandas levadas adiante pelas lutas camponesas como expressão contemporânea e da contemporaneidade de uma “classe” social que, não raro, tem sido considerada uma retardatária categoria do passado. Transformando as considerações inaugurais já citadas numa reflexão mais aprofundada com outras leituras, métodos e novas direções, mesmo que os anos 1990 tenha sido um momento importante para profissionalização do saber histórico e consolidação de importantes pós-graduações pelo país, o tempo social da questão agrária e da reforma agrária não foi suficientemente aproveitado pela tradição historiográfica (MARTINS, 2000; MOTTA, 2014).

O dilema produzido pelos limites impostos pela Constituição de 1988 em relação a questão agrária no retorno à democracia foi debate pouco discutido e problematizado na tradição historiográfica dos anos 1990 e até mesmo na virada do século. Mesmo

diante dos esforços inaugurados pelos principais livros sobre a questão à luz da constituição de 1988, “O Buraco Negro” de José Gomes da Silva (1989) e “A reforma que virou suco”, de José Eli da Veiga (1990), era de se esperar que seriam discussões que poderiam se firmar na escrita da história dos ambientes acadêmicos (MOTTA, 2014).

Diante das diversas formas de ler e analisar o universo rural e camponês, alguns estudos atestam o pouco aprofundamento desses temas no campo da história em comparação com pesquisas em outras áreas de conhecimento. Muito foi produzido e problematizado, especialmente, nas áreas de Economia e Geografia. Estudos que começaram ainda em meio a ditadura militar, com notória ausência de produções no campo da escrita da história, daquilo que chamaram de História Social do campesinato ou História agrária (CARDOSO; LINHARES *apud* MOTTA, 2014). E com a redemocratização, a partir de 1988, essa realidade mudou?

Um dos principais propósitos deste trabalho se concentra justamente em levar algumas considerações e apontamentos a respeito da questão agrária do ponto de vista geral, fazendo um levantamento bibliográfico sobre o assunto, e entender como essas reflexões podem ser debatidas à luz da história. Tentando entender suas contradições do ponto de vista histórico e como essa luta reverbera no campo da educação destinada aos camponeses. Ao final, tentaremos entender esse cenário de lutas marcado por conquistas, avanços e retrocessos tomando como referência uma experiência pontual de luta pela terra plantada no Cariri cearense no ano de 1991, que resultou na constituição do Assentamento 10 de abril, de Crato, Ceará, a partir de trabalhos desenvolvidos sobre a história do assentamento, fotografias, dados estatísticos e fontes impressas.

A partir desse estudo de caso, tentaremos reafirmar que se não fosse à “luta”, não só as populações camponesas da região do Cariri permaneceriam ignoradas em absoluto como boa parte da população brasileira. Entendendo o caso do Assentamento 10 de abril como uma experiência bem estudada, tentaremos aqui, dentro de nossas condições, construir esse caminho por outra possibilidade de investigação à nível de complemento, abordando o debate da questão agrária à brasileira também a partir da cultura histórica e como a luta por educação atravessa os movimentos de luta pela terra. Partindo da ideia de que, um estudo produzido dentro de determinados parâmetros científicos mínimos, pode iluminar outros estudos, assim como, coloca em questão reflexões já bem esclarecidas e fornece pistas para novas pesquisas e modelos de análise.

Os paradigmas da questão agrária são redesenhados nos anos 1980 e 1990, sendo os motivos que levaram a surgir novos debates e distintas visões a respeito da reforma agrária no campo social e político. De pontos de vista à compreensões distintas, existem vários processos referentes ao problema, que atuam mutuamente, se misturando e distanciando ao mesmo tempo, contribuindo ora para o seu desenvolvimento, ora para a sua estagnação (FERNANDES, 2014).

Nessas circunstâncias, surgem inúmeras expectativas a respeito dos estudos sobre a realidade rural e vida campesina no campo da história e historiografia. Foi procurando apurar o reflexo dessas discussões no interior das produções acadêmicas no ponto de vista nacional que Holien Bezerra e Edilson dos Santos organizaram um levantamento feito pela ANPUH (Associação Nacional de História) em 1996 (*Quem é quem na História. Pesquisadores e Pesquisas no Brasil*). Experiência que foi analisada por Motta (2014), que comenta os resultados:

Dos 456 investigadores que responderam ao questionário, 444 informaram em qual linha de pesquisa se inseriam. Apesar da pluralidade de respostas e de que muitos não sabiam o que responder, colocando apenas uma palavra ou região, se consideravam ligados aos temas do rural, acionando palavras explicitamente ligadas ao tema (agricultura, colonização, colônia, coronelismo, estrutura fundiária, etc.) (MOTTA, 2014, p. 58).

A tabela a seguir aponta os dados gerais da quantidade de pesquisadores que responderam ao questionário e quantos deles estudam sobre temas ligados ao mundo rural e questões agrárias:

TABELA 1: QUANTIDADE DE PESQUISADORES QUE TRABALHAM COM TEMAS LIGADOS AO MUNDO RURAL		
Total de pesquisadores entrevistados	Total dos que responderam sobre a linha de pesquisa	Quantidade total e porcentagem dos que se consideram pesquisadores de temas ligados ao rural
456	444	35 – 8,8% <sup>1</sup>

Tabela realizada a partir dos dados registrados por: BEZERRA, HOLIEN & SANTOS, Edilson dos. *Quem é quem na História. Pesquisadores e Pesquisas no Brasil*. Goiânia, ANPUH – CNPq, 1996.

Uma pesquisa dessa natureza tem muito a revelar sobre o que está em voga nos ciclos acadêmicos da escrita da história e no caso aqui, para termos um panorama geral dos principais temas e problemas analisados pelos historiadores em meio aos anos 90, contexto que coincide com os primeiros momentos após a redemocratização, e assim, identificarmos a relevância dos estudos sobre história agrária e povos do campo.

<sup>1</sup> Reforço que os resultados em evidência na tabela foram produzidos pelos pesquisadores citados logo abaixo, no entanto, ao tomar a liberdade para refazer a mesmo cálculo (porcentagem que atesta a quantidade dos pesquisadores ligados ao rural em relação a quantidade total de entrevistados) o resultado foi menor do que a porcentagem demonstrada pela pesquisa, exatamente 7,67% (e não 8,8%). Todavia, como pode haver outros números não evidenciados pela tabela para contagem do resultado em porcentagem, procurei não corrigir diretamente na tabela a partir dos dados levantados, por essa razão, informo esse detalhe nesse espaço do texto.

Nesse intuito, foi organizado um levantamento das palavras-chave das pesquisas desenvolvidas – ou em desenvolvimento – pelos pesquisadores que estavam participando da ANPUH realizada em 1996. O resultado da pesquisa considerou apenas os recortes temáticos, descartando as palavras que definem recortes cronológicos (por razões óbvias) e espaciais, sendo apresentados de forma decrescente (MOTTA, 2014).

TABELA 2: PALAVRAS-CHAVE CITADAS MAIS DE 10 VEZES NO AGRUPAMENTO	
Intelectuais	10
Movimentos Sociais	10
Sexualidade	10
Documentação/Fonte	11
Estado	11
Imprensa	11
Metodologia	11
Militar	11
Sindicalismo/Sindicatos	11
Agricultura	12
Arte	12
Colonização	12
Família	12
Identidade	12
Indústria/Industrialização	12
Cidade(s)	13
Cotidiano	13
Democracia	13
Imaginário	13
Urbanismo/Urbanização	13
Religião/Religiosidade	14
Economia	18
Índio/Indígena	19
Imigração	20
Modernidade	21
Poder	21
Igreja	24
Memória	24
Revolução	27
Mulher	29
Trabalhador/Trabalho	30
Política	31
Escravidão	36
Cultura	39
Educação/Ensino	45
Historiografia	49

Palavras-chave citadas mais de 10 vezes no agrupamento (MOTTA, 2014).

Como podemos perceber há um evidente destaque aos temas ligados a história cultural, que pode estar relacionado a diversos objetos de pesquisa, até mesmo a respeito do mundo rural. Aos temas que dialogam com as discussões abordadas aqui,

notamos um considerável destaque dos temas que exploram palavras-chave como agricultura, movimentos sociais, sindicalismo, política e educação. A palavra educação/ensino tem um destaque expressivo, aparecendo 45 vezes, só ficando atrás de historiografia.

A partir dessas breves considerações, é notório a urgência no tratamento de pesquisas que envolvam diretamente o mundo rural e a questão agrária, especificamente a realidade dos atores do drama dessa história; que são muitos, diversificados, desconhecidos e notoriamente invisíveis nas pesquisas em destaque no campo da história e historiografia dos últimos 40 anos. No conjunto, tudo muda muito pouco ou muda lentamente, tanto as análises quanto a consciência da urgência por uma reforma agrária consciente e humana.

Nada disso é possível sem a compreensão do tempo social da questão agrária e das suas possíveis soluções, assim como, a temporalidade dos impasses da questão, dilemas históricos e, especialmente, das aspirações dos sujeitos históricos que estão envolvidos. Elementos que representam as questões gerais e específicas que tencionam os atores da trama, mesmo que incompletamente constituído e até improvável. Afinal, é em torno desses elementos que o processo se desenrola. O historicamente possível se anuncia, notadamente, sem possíveis conclusões.

## **CAPÍTULO 1 – QUESTÃO AGRÁRIA, CAMPESINATO E LUTA PELA TERRA NOS ANOS 1980 E 1990**

Antes de adentrarmos nas questões que envolvem a noção de educação defendida pela concepção de educação do campo e analisarmos a relevância do Assentamento 10 de abril enquanto espaço de referência na luta pela reforma agrária na Região do Cariri, nessa primeira etapa da pesquisa, trataremos de explorar as categorias e conceitos fundamentais que serão constantemente frisados e debatidos ao longo do trabalho. Visto que, tanto os elementos que dialogam com a proposta de educação do campo, quanto os fatores que levaram a constituição da comunidade 10 de Abril em 1991 - de ocupação à assentamento rural - diz respeito a uma trajetória mais longa na história do mundo rural, numa busca de minimizar e combater as diversas injustiças cometidas contra os trabalhadores do campo.

Do ponto de vista histórico, faz parte de uma continuidade, uma re(ação) de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras relegados da terra (MARTINS, 2003). De um lado, os efeitos devastadores do capital - na mente, no bolso e na mesa dos camponeses – legitimado pelos princípios e lógicas normatizadas, que subordinam e reinventa o campesinato. De outro, o sujeito do campo se refaz, atravessando as barreiras e dilemas do capital, ao passo que é lido a margem da história “consagrada”. A reprodução dessas formas de relações sociais é desconexas e está em constante tensão, até mesmo, quando há distensões no meio do caminho. Embora se realizem no mesmo espaço, concorrem pelos mesmos territórios, produzindo embates, estimulando desenvolvimentos.

O problema não se restringe à questão agrária, mas, sobretudo, aos problemas perpetuados pelas contradições do sistema capitalista como um todo, que se movem, se proliferam e se sustentam por meio de contrassensos discursivos. Nesse jogo, é justamente a contradição que neutraliza a solução da questão agrária, ao passo que vai gerando desigualdades de várias ordens que se retroalimentam. E os prejuízos dos paradoxos dessa questão, na maioria das vezes, é descarregado justamente nos

camponeses, que ao longo da história e historiografia, além de excluídos e subjugados, são intimados, presos, expropriados, assassinados e veem suas organizações mediadoras do conflito em refluxo (FERNANDES, 2006).

Desse modo, considerando a urgência dessas reflexões, segundo Martins, “a história ensina que na conflitualidade da questão agrária não existem trégua perene nem rendição total” (MARTINS, 2003, p. 4). Logo, há concessões diante dos paradoxos e das contradições, que são a sustentação de um todo complexo. E negada a unilateralidade de sua leitura – criação do senso comum - temos a possibilidade de criar um conjunto significativo de proposições no entendimento da questão agrária e condição camponesa, que não pode ser deixada de lado, muito menos naturalizada ou se alimentar de nossas impressões.

### **1.1 Paradigmas da Questão Agrária: camponês e agricultor familiar**

Uma leitura que prevaleceu nos debates sobre os paradigmas da questão agrária, sobretudo nos anos 1990, constata que, com a permanência do regime capitalista na agricultura, o campesinato chegaria ao fim. De acordo com Oliveira (1991), alguns pesquisadores afirmavam que o fim do campesinato seria resultado de um conjunto de distensões produzidas pelas contradições próprias do processo de integração desses sujeitos no mercado capitalista ou, igualmente, pelo processo de “perpetuação das relações capitalistas de produção no campo” (*Idem*, p. 45-64), que teria confirmado a proletarianização definitiva do campesinato.

No entanto, outros autores trazem uma visão diferente, isto é, contraponto essa perspectiva ideológica, entendendo que, na realidade, o campesinato é “criado, destruído e recriado” pela própria progressão das contradições do capital, ou melhor, pela “produção capitalista de relações não capitalistas de produção”, conforme revela a observação notável de José de Souza Martins, já no final dos anos 1990.

Para desenvolver o debate sobre os paradigmas<sup>3</sup> relacionadas a questão agrária, primeiramente selecionamos a obra clássica “A Questão Agrária”, de Kautsky lançada em 1899 e republicada com algumas revisões em 1986, e o trabalho “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”, de Abramovay (1992). Ambos fazem leituras divergentes do ponto de vista ideológico sobre a “permanência ou o fim do campesinato” (p. 231).

Para Kaustsky (1986), a questão agrária é uma problemática de dimensão estrutural e que apenas com a destruição do sistema capitalista e suas contradições, seguida da implementação do socialismo, o problema finalmente será superado. Enquanto para Abramovay (1992), a questão é um problema de ordem conjuntural, que será desfeito apenas no momento em que o capitalismo alcançar um nível de desenvolvimento em que as relações fossem estabelecidas por “estruturas nacionais de mercado”, que seriam coordenadas e normatizadas pelo Estado (ABRAMOVAY, 1992, p. 249). O livro de Kaustsky está dividido em duas etapas: a primeira versa em analisar como se desenvolvem as desigualdades geradas pelo capitalismo na Europa e a segunda, como acréscimo, procura apresentar alguns processos e perspectivas a respeito da sociedade sob modelo socialista.

Trataremos de iniciar a discussão analisando de uma maneira comparativa as teses dos dois autores por considerá-las produções seminais para pensarmos a questão agrária e a condição camponesa na contemporaneidade. Os livros de Kautsky (1986) e Abramovay (1992) serão concebidos aqui por possuírem um conteúdo de relevância teórica e política, como também, pela influência e possibilidade que tomam em diversas dimensões e que se tornam parte de espaços e temporalidades distintas.

Semelhante a perspectiva de Lenin (1899) em “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, Kautsky fundamenta sua análise especialmente a partir da obra “O capital” de Karl Marx, para assim, compreender a questão agrária em consonância de algumas categorias oriundas da sociedade capitalista, como mais-valia, lucro, renda da terra, classes sociais, etc. Por essa perspectiva, o campesinato e suas dinâmicas não são compreendidos através de sua estrutura interna, mas sim dentro das dinâmicas

---

<sup>3</sup> Nessa etapa do texto, inicialmente, iremos aprofundar nas obras desses dois autores por suas abordagens, apesar de contrastantes em alguns elementos, possibilitarem uma compressão interessante da questão agrária e da condição camponesa ao longo da história. Outro trabalho importantíssimo e que que perpassa o mesmo viés é “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, de Lenin, que não vamos nos aprofundar integralmente por aqui ser considerada um componente e criador do mesmo paradigma defendido e definido por Kautsky (FERNANDES, 2000).

materiais em que se estabelece e atua. É importante ressaltar que as publicações de ambas as obras têm quase um século de diferença.

O livro de Abramovay (1992) é dividido em duas partes: uma investe nas discussões teóricas, a partir de uma literatura que transita entre clássicos e contemporâneos e outra voltada para a organização social e a agricultura dos Estados Unidos e de alguns países europeus. O autor defende o “aniquilamento teórico” de Kautsky (1986) e Lenin (1899), garantindo ser “impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx”, referência chave de ambos autores. Em seguida, o autor se apoia em diferentes referências para esclarecer as características geradoras da agricultura familiar, analisando-a separadamente da agricultura camponesa. Por outro lado, o autor não entende por “questão agrária” as contradições do sistema capitalista no campo, o que lhe faz entender esse processo pela expressão “capitalismo agrário em questão”.

Isso se deve ao fato de, além de serem obras produzidas em tempos diferentes, apontam para existência de paradigmas e leituras que possuem tanto visões distintas quanto métodos diferentes. Dando indício de um conflito teórico entre essas produções, especialmente, por dois elementos determinantes. Em primeiro plano, Kautsky (1986) ao projetar a transição da sociedade capitalista para socialista, afirma que o campesinato estava no capitalismo relegado à sujeição e proletarização a partir da lógica burguesa. Já no Estado socialista, Kautsky salienta que

(...) É muito mais agradável depender do Estado democrático que ser explorado por meia dúzia de “tubarões” do açúcar. O Estado nada irá tirar do camponês, mas, antes, lhe dará alguma coisa. A transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista transformará os camponeses e os trabalhadores rurais, sem dúvida alguma, em uma força de trabalho especialmente respeitada (KAUTSKY, 1986, p. 391).

Em segundo plano, sob outra perspectiva, Abramovay (1992) traça as dinâmicas relativas ao desenvolvimento do capitalismo a partir da realidade dos países ricos. Nessas circunstâncias, o peso do mercado não deixaria margem para sobrevivência do campesinato, tendo em vista sua disparidade com os espaços e realidades econômicas típicas das relações mercantis. Desse modo, essas estruturas inevitavelmente destruiriam a “personalização dos laços sociais, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social” (ABRAMOVAY, 1992, p. 117). Ainda segundo o autor, a condição de subalternidade vivenciada pelo camponês pobre seria resultado dos indicadores de

seu mercado incompleto e cambaleante. Afinal, “O capitalismo é, por definição, avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais” (ABRAMOVAY, 1992), p. 125-129). Assim, nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo, inevitavelmente, ia conduzi-lo a um processo de integração completa. Tomando como base a realidade dos camponeses do sul do Brasil, o autor afirma:

(...) Integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e se metamorfoseiam numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (...). O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obriga-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. (...). Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica do camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (ABRAMOVAY *apud* FERNANDES, 2000, p. 131 e 189; 1992, p. 126-127).

Seja através do paradigma do capitalismo agrário, a permanência ou fim do campesinato é um processo inevitável. Ou seja, um dado conjuntural com efeitos outrora programados, pois, ao depender das dinâmicas socioeconômicas combinadas pelo capitalismo, em determinado momento o capital, conduzido pelas relações mercantis, anulariam quaisquer formas de vida que não pertence ao capitalismo. Sendo compulsoriamente convertido de um “modo de vida” específico para uma profissão.

Partindo dessa lógica, o camponês, por não ser entendido como “agricultor profissional”, é aniquilado – objetiva e subjetivamente – pelo transcurso implacável do capitalismo. Então, o camponês - enquadrado por todos os lados, sem saída -, para sobreviver, é obrigado a se converter em agricultor familiar. A sua “integração plena” a um “mercado completo”, aberto e impessoal, finaliza o processo de ingresso do camponês no capitalismo moderno, antes avesso e inconciliável com seu modo de vida (ABRAMOVAY, 1992).

Ao contrário da leitura do paradigma da questão agrária de Kautsky (1986), em que o camponês é entendido enquanto um sujeito submisso, sem consciência, que se opõe e ao mesmo tempo afronta à lógica do capital, no paradigma do capitalismo agrário ele é um mero objeto por si só, de tal modo que, inevitavelmente, chegaria a ponto de sofrer uma metamorfose para se integrar à uma realidade consagrada (FERNANDES, 2013). Afinal, por que resistir ao capital se a sua integração é a condição natural de sua continuidade no processo histórico? Dessa maneira, a resistência está associada a uma conseqüente ruptura e descontinuidade, enquanto a integração seria a continuidade de uma história já determinada. Nessa perspectiva, por qual razão resistir ao capital se a cooptação seria o destino natural na sua história?

Evidentemente, esses processos de entendimento da questão agrária e campesinato apesar de possuírem incongruências de conteúdo político-ideológico, tratam-se sobretudo de um dilema metodológico. Pois, a partir da lógica que compreende o processo em discussão é que teremos uma leitura fundamentada (ou não) do problema. Além de uma divergência processual, há uma diferença no sentido da leitura. No primeiro paradigma, as contradições produzidas pelo capital são as razões da permanência ou do fim do campesinato. No segundo, as relações de submissão parciais e integrais, completas e fragmentadas, são as razões da permanência ou fim do campesinato (FERNANDES, 2013).

Essa maneira unilateral de pensar e perceber o curso e evolução do capitalismo ao longo da história, é o que impossibilita o entendimento de suas contradições. Elementos que não são percebidos por Abramovay (1992). A dominação completa do campesinato pelo capitalismo seria a única saída para sua sobrevivência. É isso ou a sua extinção. Logo percebemos que a única diferença entre a sentença de Kautsky (1986) e Abramovay (1992) é a forma de profetizar o fim do campesinato; ou não, se caso concordarmos com sua nova condição diante das contradições (FERNANDES, 2013).

Seja o agricultor familiar, seja o camponês, aquele que fica e se entrega ao jogo do capitalismo é competitivo, eficiente e predestinado, portanto, completamente integrado ao mercado. O que não migra ao tomar como justificativa a preservação dos seus valores e resiste às condições impostas é incompatível com a plenitude do mercado. De um lado o agricultor familiar, do outro, o camponês. Pertencentes à mesma categoria, com as mesmas origens, entretanto, separados pelas contradições;

diferenciados e transformados pelas desigualdades e paradigmas (FERNANDES, 2013; ABRAMOVAY, 1992).

Camponeses expropriados, privados de condições básicas, migrantes em busca de oportunidades, fugindo da perversidade do latifúndio, para cultivar sua existência enquanto sujeito histórico não teriam sido competitivos ou eficientes? De antemão, devemos perceber que existe uma série de processos para explicar essa problemática, além de questões de integração parcial ou completa, que envolve fatores políticos e históricos, de conhecimento, direitos básicos, de acesso à educação, dentre outras variáveis. Inclusive, essa última atrelada ao sentido do próprio ensino-aprendizagem pelos camponeses, será alvo de nossa investigação, por ser entendido enquanto elemento importante na compreensão das contradições do capital na vida dos camponeses.

Os princípios e bandeiras da modernidade como competição, negócios, formalidades e eficiência não são dádivas ou virtudes, mas sim - entendendo os fatores históricos que originaram esses conceitos -, resultado das condições históricas e sociais do jogo do capital em que poucos ganham e muitos perdem. Em síntese, acaba ganhando quem tem o comando em determinar as normas.

Independentemente do nível de estrutura do mercado, em certa medida, a formação do campesinato é levada adiante através do desenvolvimento desigual do capitalismo. Assim, sai integração parcial ou completa traduz apenas as formas de sujeição. E os camponeses, nesse jogo, agem dialeticamente de diversas formas com as dinâmicas de desenvolvimento do capital. Nesse sentido, os camponeses não precisam, obrigatoriamente, alterar seus comportamentos, formas de vida e aspirações ao contribuir com o desenvolvimento socioeconômico de uma região, como aponta Tedesco (1999). Por esse lado, entende-se que o modo de vida camponês não foi esvaziado para dar lugar a um determinado costume ou jeito de viver “moderno”, decorrente da influência das práticas mercantis.

Diferente do que tanto se reproduz, a cultura material camponesa não é contrária às inovações de base técnica; há muito tempo os camponeses vêm modificando e remodelando suas bases de produção, quando os convém (MAZOYER; ROUDART, 2001). Nessa perspectiva, da mesma maneira que o modo de produção capitalista os cerca, “coagindo, os diferenciando, expropriando e recriando” (FERNANDES, 2003, p.

21), podemos encontrar camponos viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos” (*Idem*).

Além dessas terminações criadas pelo autor citado, são variadas as terminações e tipologias usadas para determinar o camponês em suas amplas formas de diferenciação, desde o termo clássico: rico, médio e pobre, apresentado por Lenin (1985) e Kautsky (1986); ou forte, médio, fraco, denominada por Bloemer (2000, p. 105); ou até mesmo através de uma agricultora familiar consolidada, de transição e periférica, (FAO/INCRA, 1995, p. 4-5).

Desse modo, a investigação de Abramovay (1993) que se apega a ideia de metamorfose (de camponês: estágio primitivo; para agricultor familiar: estágio avançado) usada para descrever “o processo de diferenciação do campesinato transformado em dicotomia, além da redundância que faz soar estranha a separação em duas categorias quando, de fato, eles são sujeitos diferenciados de uma mesma classe” (MAZOYER; ROUDART, 2001).

É importante ressaltar que a separação entre camponês e agricultor familiar estabelecida por alguns autores, embora seja entendida enquanto uma visão ambígua e difusa, é um levantamento de natureza teórica-metodológica. Por esse ângulo, como Lamarche (1993) bem fundamenta: “a exploração camponesa é familiar..., mas nem todas as explorações familiares são camponesas” (p. 316 - 328). O que nos leva a considerar os critérios usados para diferenciar camponês de agricultor familiar enquanto determinações que reproduzem “preconceitos”. Na medida em que procuram estabelecer hierarquias entre as categorias ao considerar a agricultura camponesa enquanto um modelo de produção em cancelamento (*Idem*), por ser percebido enquanto um modelo de agricultura que produz pouco e utiliza técnicas ultrapassadas (Fernandes, 2003). Ainda segundo Lamarche: “O produtor familiar moderno caracteriza-se, sempre, por um comportamento que recusa um envolvimento por um modo de funcionamento extremo, quer seja próximo do modelo camponês ou dos modelos de empresa” (LAMARCHE; FERNANDES, 1993, 1998, p. 314). Nessa linha de raciocínio, o mesmo autor afirma que

O estabelecimento familiar moderno define-se como uma unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida e, principalmente, muito retraída em relação ao mercado, com efeito, a maior

parte de suas produções é parcialmente reutilizada para necessidades da unidade de produção ou autoconsumida pela família, nunca é totalmente comercializada (FERNANDES, 1998, p. 314).

As observações do autor nos permitem fazer diferentes reflexões sobre o modo de produção existente no mundo rural e seus diferentes sujeitos. Então, como podemos empregar esses conceitos? Como diferenciar, por exemplo, um agricultor familiar pobre de um camponês consagrado materialmente? Ou um agricultor familiar consolidado de um camponês despossuído? De acordo com Fernandes (2003) esses processos não podem ser reduzidos a renda de cada um deles, muito menos do alcance de determinadas técnicas, de integração parcial ou completa aos mercados, de diferentes relações de subordinação e resistência, do uso de terminologias e eufemismos modernos ou arcaicas; mas, essencialmente, “pela opção do sujeito do campo em adotar um determinado paradigma” (FERNANDES, 2003, p. 315). É importante destacar, antes que seja tarde demais, que as reflexões sobre esses diferentes processos repletos de categorias e determinações devem ser entendidas aqui nesse texto enquanto uma perspectiva - dentre diferentes padrões de análise - que busca compreender o desenvolvimento da agricultura emersa na questão agrária.

A tese uspiana do paradigma do capitalismo agrário de Abramovay (1992) teve uma forte influência não apenas nas produções acadêmicas, mas também no interior de organizações camponesas e nas políticas públicas de Estado. Quando se trata da constituição de movimentos camponeses, esse paradigma teve uma considerável influência na formação teórica e política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na região Sul (FETRAF - Sul). Entretanto, sua emblemática influência não ecoou tanto nas “oposições sindicais” (que tiveram um papel importante na reformulação do sindicalismo rural nos anos 1980 e 1990), quanto nos movimentos camponeses envolvidos com a Via Campesina Brasil, representada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Já na academia, as produções voltadas para o universo rural, seus sujeitos e as diferentes contradições do campo passaram a exigir a utilização dos conceitos e explicações específicas, possibilitando diversas formas de entendê-los, a ponto de revelar definições diferenciadas e produzir novos problemas e indagações.

Sobre esse ponto, devemos considerar a notável análise em forma de esclarecimento do sociológico Martins (2000):

Neste livro, uso as palavras “camponês” e “campesinato”, ao me referir ao Brasil, porque são palavras incorporadas, ainda que indevidamente, ao nosso discurso político e ao trato da questão agrária. Estou pensando no agricultor familiar e seu mundo, que ainda preserva muitos traços culturais do velho mundo camponês europeu que se adaptou ao nosso país de diferentes modos, em diferentes ocasiões e por diferentes meios. Mas penso, sobretudo, no pequeno agricultor familiar, proprietário ou não da terra, que organiza sua vida mediante diferentes graus e modalidades de combinação da produção para o mercado com a produção direta dos meios de vida. Mas sujeito, portanto, a condutas e relacionamentos e a uma visão de mundo de tipo tradicional (MARTINS, 2000, p. 45).

Nessa perspectiva, podemos perceber que Martins (2000) usa o conceito de camponês pensando no agricultor familiar e seu mundo, que reproduz determinadas características que podemos usá-las para pensar tanto a definição de camponês quanto a de agricultor familiar, segundo as referências teóricas de Abramovay (1993). O que nos faz perceber que ambas definições se complementam no desenvolvimento da sua narrativa.

Ainda que Martins afirme que o conceito de agricultor familiar dê margem para assumir uma predisposição para o mundo empresarial e a civilização burguesa, entretanto, o uso dessa terminação não empata que o agricultor pague o preço social de sustentar todos os vícios e abusos dos agentes do capital. Tanto pelo fato de não se apropriar de maneira justa de toda renda da terra e do lucro médio (MARTINS, 2000, p. 43), como pelas leituras que acabam inviabilizando a valorização de seus modos de vida e experiências sociais camponesas.

Nesse sentido, passa a ser uma guerra travada em duas frentes. Condição que nos leva a entender que o uso de novas terminologias discursivas utilizadas para denominar os sujeitos do campo não garante que o camponês se liberte da condição de refém das velhas contradições.

De todo modo, entendê-los separadamente ou considerá-los como um único sujeito em processo de constante mudança não se reduz apenas a um debate teórico-metodológico. Mesmo diante de uma metamorfose ou reinvenção, as transformações geradas no curso do capitalismo, alimentam um conceito carregado de história. Em meio as configurações diversas, reconhecimento e negação, os paradoxos gerados pela questão agrária, acontecem por meio de simultaneidades, descontinuidades e avanços,

em que o camponês consciente de seu papel sobrepõe um conjunto de estratégias de recriação da própria existência, se reinventando a partir dos desafios do cotidiano. Esse processo de transformação, em que o camponês se insere e é inserido na lógica do mercado, Martins chama de “reinvenção social” (FERNANDES; MARTINS, 2000, p. 45).

Entendendo o contexto histórico e econômico predominante nos anos 1990, podemos dar indícios da potencialidade extraordinária com o qual as perspectivas do capitalismo agrário proporcionaram dentro da academia, nos movimentos camponeses e nas políticas de governo<sup>4</sup>. Sobretudo após a instalação da agenda liberal, marcada pelo ataque às leis de trabalho, o que acabou provocando monopólios, redução das atribuições e compromissos do Estado. Quando no mesmo ritmo, aumentava a repressão aos movimentos sindicais operário e camponês, crescimento do desemprego e a políticas compensatórias<sup>5</sup> do “morde e assopra”.

Essa lógica acaba reproduzindo um estado de mal-estar, a partir do momento em que entra em divergência com o próprio capitalismo, já que atinge seu âmago. A “integração plena” conduz os trabalhadores do campo a um estado de subserviência que não admite qualquer tipo de subversão; desde de que o trabalhador rural esteja obedecendo as regras do jogo controladas pelo modo de produção burguês. Por outro lado, a partir da lógica do paradigma da questão agrária, considerando as possíveis aberturas dessa vertente: a integração do capital não é seu limite, a ponto de ser possível o enfrentamento às regras do capital, principalmente através de dois processos.

---

<sup>4</sup> Essas políticas tiveram uma maior eminência nos finais dos anos 1990, durante o segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2003). Nessa conjuntura, legitimada pelas perspectivas do capitalismo agrário, surgiram diferentes políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PNMR (Programa Novo Mundo Rural). Ambos implantados para gerenciar as ações de compra e venda da terra, com o objetivo “oculto” de impossibilitar as ocupações de terra, como também, suplementar a infraestrutura dos assentamentos rurais. Não é difícil imaginar que, para o paradigma do capitalismo agrário, a ocupação de terra é uma prática abominável, de uma irracionalidade condenável. A conquista da terra por meio da compra através do Banco da Terra, seria a única alternativa aceitável para promover os sem terra ao mercado (FERNANDES, 2000).

<sup>5</sup> Como se não bastasse, as políticas de Estado destinadas aos agricultores pobres do campo, em vistas de mediar a questão agrária, também foram implantadas para “aparelhar” e também sucatear o PROCERA (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária) - que deu lugar ao PRONAF, do Projeto Lumiar de Assistência Técnica, extinto em meio de 2000 -, que até o começo de 2005, fez com que inúmeras famílias ficassem sem assistência técnica por parte do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), e do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), criado em 1998, justamente a partir da atuação dos movimentos sociais do campo, construído no Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, mediado pelo MST, CNBB, UNESCO e Universidade de Brasília (UnB). O programa PRONERA foi uma das políticas públicas destinadas aos povos do campo que foi praticamente liquidado no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, justamente por não reproduzir as expectativas criadas pelo paradigma do capitalismo agrário (*Idem*).

Primeiro, a partir da economia de luta em que a sonhada conquista da terra não é aproveitada essencialmente para produção de mercadorias, e sim, para produção da existência em sua plenitude, por meio de ocupações e a construção de assentamentos, sem dar trégua ao latifúndio, produzindo em prol da vida. E o segundo processo diz respeito à instalação de uma economia de luta que, com o paradigma da questão agrária, a integração ao mercado pegue carona com a luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2013).

Em ambos processos, é evidente a necessidade de reparar com urgência a relação entre Estado e a sociedade na parcela singular daqueles que vivenciam diretamente as sufocantes contradições resultados da concentração fundiária no Brasil. Para isso, em grande medida, é necessário ter uma compreensão fundamentada do “conhecimento do que é a vivência da reforma agrária”, isto é, “a reforma agrária como processo social, vivo ativo, de reformulação de mentalidades e de relações sociais a partir de uma inflexão na expectativa de vida do beneficiário, representada pelo acesso à terra, enquanto proprietário e protagonista de um direito” (MARTINS, 2000, p. 46).

O envolvimento desses processos em diferentes espaços ao longo de suas experiências no trabalho, nas artes, na educação, na cultura e na formação política, é condição essencial para cultivar a vida em sua plenitude. Assim, o combate aos obstáculos gestados pela realidade do capital, representada no mundo rural pelo agronegócio, que quer o camponês alienado de sua produção e jamais produtor de conhecimento e saberes fora das quatro linhas do capital, acaba sendo uma etapa inevitável de sua trajetória e que reflete nas suas experiências. Uma luta louvável que constroem sonhos, brechas, oportunidades e realidades. Afinal, não são as contradições do capitalismo que determinam o que os trabalhadores e trabalhadoras do campo devem fazer, mas sim a busca por suas necessidades históricas que os move nessa marcha incansável. Contraditoriamente, nesse processo, desfazem e refazem o capitalismo no seu cotidiano, todavia, sem a mesma simetria e intensidade com o qual o capitalismo tem em desfazer e refazer o campesinato (FERNANDES; MARTINS, 2013).

Nessa medida, não é por meio da submissão do campesinato que o desenvolvimento acontece, mas sim pelas diversas formas de enfrentamento ao capital (Fernandes, 2003). Eis o paradoxo que alimenta a sociedade burguesa, que sabe do seu lugar de privilégio. Nesse jogo, surge o campesinato buscando assegurar seu lugar na

história, mesmo sabendo que esse processo não acontece sem conflitos. Afinal, os recursos e espaços que estão em disputa são também de interesse dos capitalistas.

## **1.2 Campesinato, trabalho e produção familiar: diálogos com Chayanov**

Nessa etapa do texto, optamos por iniciar pelo pensamento de Alexander Chayanov (1974). Por suas importantes contribuições nos temas voltados a condição do campesinato e as dinâmicas produzidas e reproduzidas no seu trabalho. Um debate que traça discussões que serão fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Suas análises fazem parte de uma trajetória mais longa com relação a problemática da questão agrária e o mundo camponês, e que influenciaram significativamente perspectivas traçadas por outros autores, que também serão considerados aqui.

Em volta desses debates, as contribuições de Chayanov (1974) são importantes pelo fato de trazer uma visão que reforça um incentivo do ponto de vista intelectual e político da condição do campesinato em meio à questão agrária. Em relação à dimensão intelectual, existe uma clara preocupação teórica do autor em entender as operações internas realizadas nas unidades familiares de produção na agricultura. Embora parte significativa de sua pesquisa tenha se concentrado em torno do campesinato russo do século XIX e início do XX, sem desconsiderar as mudanças e diferenças de tempos e espaços de lá pra cá, seus artigos e textos são extremamente fundamentais para entender os processos e dimensões particulares da vida campesina na contemporaneidade. Pelo fato de entender suas dinâmicas não como um conjunto de relações engessadas e isoladas no passado, mas como um processo histórico. Nesse sentido, suas concepções sobre a produção familiar na agricultura desvendam sob vários aspectos uma atualidade surpreendente, e por esse motivo precisa ser resgatada (WANDERLEY, 1998).

Apesar de sua obra constituir “o resultado teórico e prático de vários decênios de pesquisas e de discussões sobre as questões agrárias na Rússia à época da Revolução” (KERBLAY *apud* WANDERLEY , 1985, p. 140), a obra de Chayanov (1974) teve pouca repercussão e ainda hoje não conquistou espaço significativo nos estudos agrários brasileiros. Fato é que até o presente momento, apenas um texto seu foi publicado em português e os poucos conhecidos no Brasil, são conhecidos pelas traduções em

espanhol, inglês e francês. O que de certa forma acaba limitando uma análise mais aprofundada de suas contribuições.

Com relação a outra perspectiva, além do seu valioso aporte de natureza intelectual, interessa-me aqui a dimensão política de sua obra. Por certo, Chayanov (1974) não buscava simplesmente descrever a realidade da agricultura clássica russa, nem defendê-la enquanto uma cultura de trabalho diferenciada. O que interessa, no limite, é pensar a potencialidade da agricultura camponesa a partir de suas características próprias em um contexto global sobrepujado pela sociedade capitalista moderna.

De 1909 a 1930, Chayanov produziu e publicou cerca de sessenta textos e artigos em diversas revistas, grande parte das produções retratava as problemáticas que envolvem as questões agrárias na Rússia, especialmente das que surgiram com o advento do processo revolucionário de 1917 (WANDERLEY, 1998). E quando citamos seus aportes do ponto de vista intelectual sobre o mundo camponês, podemos encontrar grande parte desses elementos presentes em sua investigação sobre a distribuição dos recursos “terra, trabalho e capital”, aspectos nucleares para entender a unidade de produção camponesa.

A respeito dessas questões, o mais reverenciado pelos estudos ocidentais, especialmente na versão traduzida em língua espanhola “*La organización de la unidad económica campesina*”, apesar das limitações na divulgação da obra, ainda é considerado um dos grandes estudos por contribuir com uma marcante inovação teórico-metodológica no estudo do campesinato. No Brasil, além das releituras de sua obra, temos até o momento apenas um texto traduzido para o português, com o título “Sobre a teoria dos sistemas não-capitalistas”, lançado na obra organizada por José Graziano da Silva (1981)<sup>6</sup>.

As abordagens de Chayanov (1974) tiveram forte influência histórica nos embates com a herança da era stalinista em torno do campesinato. Suas ideias representaram um pensamento combativo, chamado de corrente política e intelectual “neopopulista”. O setor da luta agrária dessa corrente, defendia a viabilidade da agricultura camponesa, reforçando a possibilidade em sobreviver, adaptar-se e prosperar

---

<sup>6</sup> CHAYANOV, V. A. *La organización de unidad económica capitalista*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. Sobre Teoria dos Sistemas Não-Capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

em quaisquer circunstâncias, mas pra isso as políticas agrárias deveriam centrar os usos da terra para os interesses das unidades privadas camponesas, o que para os neopopulistas era a alternativa mais viável para o projeto de Reforma Agrária. Essa bandeira resultou em confrontos com o projeto de reforma agrária do governo que, defendia incisivamente a eliminação da propriedade privada de terra – até então um dos maiores flagelos da história agrária russa -, o que resultou na sistemática expropriação de famílias camponesas para criação de fazendas coletivas, que seriam controladas pelo governo central. Assim, o camponês, enquanto produtor agrícola, também é alienado de seu bem maior em nome de um projeto de desenvolvimento agrícola.

Apesar das circunstâncias, Chayanov (1974) se apegava às adversidades para aprofundar os estudos agrários e a realidade camponesa, um aparato teórico que vinha sendo utilizado desde o final do século XIX. Assim, os processos de coletivização da agricultura russa fornecem as bases para o incremento teórico e prático da agricultura camponesa construída por Chayanov (1974) e sua Escola da Organização e Produção. Dentre seus fundamentos, podemos apontar dois norteadores.

Primeiro, o modelo de produção e as relações econômicas típicas dos camponeses não se adequavam ao modelo de política agrária proposta pela concepção leninista de questão agrária, que tinha sua dinâmica alicerçada nas categorias: renda, salário, lucro e coletivização; em razão dos produtores familiares não maximizarem nenhum desses elementos em suas unidades produtivas, portanto, não capturavam com as bases do projeto agrário (SILVA e STOLCKE, 1974).

No segundo plano, a geração e distribuição dos recursos essenciais – Terra, Capital e Trabalho – nas unidades produtivas camponesas, seria orientada pelas perspectivas internas, colocando a propriedade camponesa enquanto elemento central do processo, tanto no desenvolvimento geral da economia, como na organização dos espaços de produção em suas diferentes níveis e escalas (WANDERLEY, 1998).

Por essa razão, para compreender essa leitura de economia camponesa e suas dinâmicas de produção, é preciso considerar alguns elementos específicos da teoria de Chayanov (1974). Principalmente, é necessário separar as condições externas das unidades produtivas, que envolvem comércio inter-regional e internacional, relações urbanas e outros fatores externos que alimentam as dinâmicas econômicas de mercado (HARRISON, 1975). Além do mais, a abstração do fenômeno da mais-valia - como

motor produtivo - no interior da produção interna camponesa, coloca na unidade familiar de produção uma dimensão específica, que foi percebida e formulada por Chayanov (1974). Nessa perspectiva, para o autor, o produtor agrícola (seja posseiro ou assentado) seria um proprietário que intervém na natureza de forma criativa em busca do seu sustento, portanto, que trabalha.

(...) Quem trabalha é o agricultor e sua família e é familiar a propriedade do estabelecimento. Deste fato resulta a tradicional identificação entre família e empresa que se expressa em dois níveis. Por um lado, no que se refere à relação com o trabalho. O produtor familiar tem, em relação ao esforço físico e mental exigido pelo trabalho, um comportamento diferente do empresário capitalista, pois, o esforço em questão deve ser realizado por ele mesmo, com o desgaste de suas próprias capacidades físicas e mentais. O capitalista pode guardar uma maior distância em relação ao trabalho, pois este é sempre o esforço dos outros. Por outro lado, sendo um proprietário que trabalha, o produtor familiar depende, para a sua reprodução social, da preservação – e mesmo da ampliação – do seu patrimônio produtivo, aqui tomado globalmente, enquanto o conjunto dos meios necessários à produção. (WANDERLEY, 1998).

Nessa perspectiva, a tese de Chayanov (1974) concentra-se em uma análise microeconômica interna das unidades camponesas. Para o teórico russo, cada família possui sua dinâmica demográfica, com uma funcionalidade orientada de acordo com o número e idade dos membros que compõem a unidade familiar. Esses fatores determinarão as dinâmicas econômicas tanto de trabalho quanto de consumo. Aspectos necessários para sobrevivência e reprodução familiar, pontos fundamentais para produzir a teoria chayanoviana (GERALDI & SALMONI, 2005).

De acordo com os fatores dessa dinâmica, o produto e o ganho obtido com a produção agrícola não pode ser separado em parcelas autônomas e particulares, como acontece no processo capitalista de produção. Assim, em razão da “separação entre capital e trabalho, é possível distinguir, não só o salário, como as diversas parcelas em que se dividem a mais valia” (WANDERLEY, 1998, 140). Desse modo, pelo fato do rendimento ser indivisível, o produtor deve suprir simultaneamente, a empresa familiar (custos necessários da produção) e a própria família (recursos necessários à sua manutenção). E quando o rendimento é reduzido, o produtor é condicionado a fazer algumas escolhas e ajustar suas estratégias, cuja racionalidade Chayanov (1974) procurou descortinar em suas pesquisas.

O produtor efetua o que ele chama um balanço entre o trabalho e o consumo, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. Ora, para Chayanov, a relação entre o trabalho e o consumo é definida internamente ao nível da própria composição da família. Com efeito, para ele, a família camponesa nunca é igual a ela mesma ao longo de sua existência: começa com um casal que, e geral trabalha; amplia-se com crianças pequenas, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos vão progressivamente participando da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para constituir uma nova família/empresa. O casal se reencontra, no final, porém com uma capacidade de trabalho bem mais reduzida (WANDERLEY, 1998, p. 141).

Nesse sentido, ao procurar entender a capacidade da força de trabalho disponível e a grandeza das necessidades de consumo familiar, a partir da compreensão de Wanderley (1998) sobre sua obra, o teórico centra suas atenções, no caso da Rússia, a diferenciação demográfica em oposição a diferenciação social, compreendida por ele enquanto processo de decomposição do campesinato. Nesse ponto, o autor afirma que

Não há dúvida de que certa diferenciação deste tipo se produz realmente no campo, porém, uma análise mais profunda da composição da unidade econômica camponesa demonstra que a heterogeneidade não pode ser explicada apenas pela diferenciação social. Ela depende, não só do desenvolvimento dinâmico, mas também, e de forma considerável, do efeito dos fatores demográficos que resultam da natureza da unidade econômica camponesa (CHAYANOV *apud* WANDERLEY, 1998, 1, 1974, p. 290).

É nesse ponto que Chayanov (1974) busca identificar os “fatores dados”. O que ele chamou de “as ligaduras sociais” entre a produção agrícola nas unidades familiares e os processos estritamente de reprodução econômica. Usando algumas reflexões para estabelecer uma conexão teórica com a economia nacional e desenvolvimento em construção na Rússia do início do século XX. Como o mesmo autor salienta em umas das suas pesquisas sobre “A Organização da Unidade Econômica Camponesa”,

Simplesmente, aspiramos a compreender o que é a unidade econômica camponesa do ponto de vista organizativo. Qual é a morfologia deste aparato produtivo? Interessa-nos saber como se obtém aqui a natureza proporcional das partes, como se obtém o equilíbrio orgânico, quais são os mecanismos da circulação e da recuperação do capital no sentido da economia privada, quais são os métodos para determinar o grau de satisfação e de proveito, e como reage as influências dos fatores externos, naturais e econômicos que aceitamos como dados (CHAYANOV, 1974, p. 36 *apud* WANDERLEY, 1998, p. 141).

Pode parecer uma consideração de caráter absoluto, mas, Chayanov (1974) e os pesquisadores da Escola de Organização e Produção não buscavam construir

considerações conclusas, e sim, apontar alguns princípios e processos fundamentais para entender as problemáticas particulares da produção familiar camponesa. Todavia, a respeito de sua integração num processo econômico maior, ele apresenta duas considerações sumariamente importantes e atuais.

Em primeiro lugar, a economia camponesa não equivale exatamente a um modo de produção no sentido estrito do termo. Para ele, a economia camponesa deve ser “(...) percebida, antes de tudo, como uma forma de organizar a produção, que se reproduz no interior de modos de produção diversos” (CHAYANOV, 1974, *apud*, WANDERLEY, 1998, p. 42). Nesse sentido, sua atuação está inserida num processo global de reprodução do capital, sob formas diversas e heterogêneas. Em segundo lugar, para o autor, na sua concepção de “integração vertical” da agricultura, é que a concentração vertical do capital é operacionalizada pelas unidades de produção familiares, “dispersas e independentes”, ao mesmo tempo que são condensadas e subordinadas pelo capital (*Idem*).

Por outro lado, embora o capitalismo comercial e financeiro estabeleça uma considerável influência sobre amplos setores da agricultura, no que se refere à produção, a pequena unidade familiar de produção camponesa, se volta fundamentalmente às suas leis ancoradas no balanço entre trabalho e consumo (Chayanov, 1974). Assim, as normativas do capital - que notoriamente afetam as unidades de produção do campo - não extingue suas especificidades. E mesmo prejudicada e sistematicamente negada pelas leis gerais do capital, continua existindo.

Com efeito, “não basta aguardar sua metamorfose em futuros proletários; ela precisa ser apreendida sociologicamente e politicamente, em sua realidade concreta e imediata, isto é, como produtores familiares” (WANDERLEY, 1998, p. 143). Havendo essa possibilidade, como outrora sugeriu Chayanov (1974) e a Escola de Organização e Produção, tal investida servirá de ferramenta para uma análise mais aprofundada sobre as dinâmicas existentes na unidade econômica campesina nas mais diversas circunstâncias históricas (CHAYANOV, 1974).

É justamente em ambos parâmetros – meio histórico e sua organização interna das unidades de produção – que se encontra a grandeza da análise de Chayanov (1974) e o desafio dos estudos atuais sobre campesinato e questão agrária (WANDERLEY, 1998). E nessa perspectiva, estimular, por conseguinte, o reconhecimento do camponês

da agricultura familiar, não apenas como agente social do progresso - ao perceber sua importância para a reprodução do capital na agricultura - mas enquanto um sujeito histórico ativo e presente.

Após anos de apagamento, é nos anos 1970 que as ideias de Chayanov ressurgem e voltam a ser utilizadas para pensar a produção da agricultura camponesa sob os ditames do capital. Os campos da economia política e a sociologia rural são os principais responsáveis pelo resgate de sua obra no âmbito nacional, reconsiderações que trazem à tona seus embates com o projeto de desenvolvimento nacional russo e a questão da coletivização das terras. Em partes, algumas correntes de estudos agrários aproveitam suas contribuições para compreender as formas de submissão dos agricultores ligados diretamente as relações mercantis e agroindustriais. Com isso, surgem diferentes leituras sobre a condição organizativa, social e histórica do campesinato que se diferem e inter cruzam ao mesmo tempo.

Shanin (1980)<sup>7</sup> analisa o universo camponês como uma dimensão estrutural diferente, com componentes próprios e capazes de desenvolver uma lógica organizativa e social distintas das comumente aceitas e consagradas. Para ele, a unidade familiar camponesa tem como característica maior a autossuficiência de sua organização interna, operacionalizada em função da produção, consumo, sociabilidade, suporte moral e assistência econômica mútua aos membros do seio familiar. E é a partir da hierarquia familiar que as decisões são deliberadas e direcionadas ao processo produtivo. Shanin também frisa sobre os reais interesses das atividades desenvolvidas pela unidade de produção camponesa, que geralmente são voltadas à satisfação das necessidades dos membros da família, o que contribui para fortalecer o engajamento e esforços no desenvolvimento das atividades de produção internas e externas ao seu espaço de produção.

---

<sup>7</sup> Além das questões que envolvem o trabalho camponês e suas dinâmicas, Shanin também se envolveu no debate sobre o significado que a palavra camponês, que na sua concepção: “há razões para definir ‘camponês’ e há razões para deixar indefinida a palavra. Tal decisão jamais é inconsequente, pois este conceito, se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico e analítico. O que importa são as maneiras como tais palavras são utilizadas” (SHANIN. 2005, p. 1). Tais considerações podem ser reforçadas nesse trabalho, afinal, a opção metodológica do termo (para definir uma parcela significativa dos trabalhadores do campo na qual nos referimos) foi utilizada pela atualidade do conceito. Na qual, carrega uma força histórica pelo potencial esclarecedor da realidade social, como elemento substancial para analisar a diversidade própria dos trabalhadores e trabalhadoras do campo nos diferentes contextos e circunstâncias nas quais foram submetidos, e pela capacidade analítica para entender as sínteses que perpassam os planos e expectativas em comum dos sujeitos sociais que se sentem representados enquanto camponeses.

Ainda a partir das considerações de Shanin (1980), a condição organizacional e histórica dos camponeses apresenta um “dualismo conceitual”, pois ao mesmo tempo que é vista como população autônoma e autossuficiente, com denominação particular, que o diferenciam de outras populações, quando inserida no bojo social, é compreendida de forma hierarquizada, o que os coloca numa condição que Shanin (1980) chamou de “baixa classidade”, ou seja, embora independente, é meramente uma população subalterna, pelo fato de estar sob constante dominação de outras classes, estabelecendo uma subalternidade crônica.

Da mesma forma que Shanin (1980), Tepichet (1973) em seus estudos sobre a situação dos camponeses poloneses no século XX, salienta que a economia camponesa é diferenciada por suas peculiaridades que a torna particular, especialmente pelas regras sobrepujadas pela hierarquia familiar, que define o movimento da unidade de produção e o consumo. Fazendo constituir uma simbiose entre “empresa agrícola” e a estrutura familiar, com a segunda sempre se sobrepondo. Como podemos perceber, as considerações de Tepicht carregam forte influência do pensamento chayanoviano, que procura contrapor as generalizações do marxismo clássico e reafirmar a autenticidade da economia camponesa.

Na visão de Tepicht (1973), o campesinato não reproduz estritamente um modo de produção de caráter específico e isolado, um modelo econômico enquadrado na unilateralidade do pensamento capitalista e nem mesmo uma perspectiva de socialismo, mas sim, um modo de produção particular que serve como complementação do sistema hegemônico. Sendo constantemente condicionado a se adaptar a uma formação econômica que determina suas regras e condições, em um movimento também marcado por resistências aos padrões e imposições.

Assim, por outro lado, a idealização de um “modo de produção camponês”, poderia ser compatível com uma perspectiva capitalista ou socialista desde que suas dinâmicas de produção e experiência, acumulados e aperfeiçoados ao longo do tempo, não sejam rompidas ou negadas. O autor destaca o trabalho determinado essencialmente pela família, sua mola precursora.

A obra de Chayanov (1974) colaborou para o desenvolvimento de um novo paradigma nos estudos da condição campesina, que influencia nas produções sobre o campo até os dias atuais. Dentre os autores que pensam pela perspectiva da unidade de

produção familiar, podemos ressaltar as pesquisas de Teodor Shanin (2008) e Jerzy Tepicht (1973) como uma das principais releituras.

Por esse lado, Shanin salienta que “a economia familiar é um elemento mais significativo para compreendermos quem o camponês é, do que um modelo geral de campesinidade” (2008, p. 34). E pelo fato de estarem imersos em uma dualidade, o camponês seria reprodutor de um modo de vida – com suas regras de funcionamento e organização próprias – e representante de uma classe social. E por essa razão, ao ser integrado na sociedade, acaba ocupando uma posição de subalternidade em relação as classes de privilégio, em virtude dos laços de dependência que persistem.

Nesse ponto, o autor associa o campesinato a uma classe social pelo fato de serem capazes de produzir resistência em nome de uma racionalidade própria, de organizar seus membros em lutas por direitos e pautas em comum. Todavia, “em todas as condições, quanto luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza, acredito que esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição” (SHANIN, 2008, p. 37). Nessa perspectiva, Marques complementa:

Em sua condição subordinada, o camponês em geral não tem poder para interferir na definição dos preços de seus produtos e assim participar de maneira mais vantajosa da distribuição da riqueza social. A modificação dessa situação só tem sido possível quando o campesinato se mobiliza e se organiza politicamente em defesa de seus interesses de classe (MARQUES, 2008, p. 70).

Por esse ponto, tanto Henri Mendras (1978) - teórico francês que estuda os camponeses da Europa Ocidental, sobretudo da ruralidade francesa - quanto Chonchol<sup>8</sup> (1986) - que pertencente a escola latino-americana dos estudos agrários - afirmam que a produção camponesa segue normas de funcionamento específicas. O que, para ambos autores, a faz estar em constante interação com diferentes modos de produção e consumo. E que todas as dinâmicas presentes no seu interior estão canalizadas pela unidade familiar.

---

<sup>8</sup> Jacques Chonchol, renomado teórico e pesquisador chileno nos estudos agrários da América Latina, que por diversas vezes frisou sobre a carência na historiografia nacional de uma história social do campesinato brasileiro. E que mesmo existido excelentes estudos históricos sobre o tema, é evidente a ausência de uma obra de síntese sobre o campesinato nacional capaz de explorar sua natureza histórica e percurso particular (WANDERLEY, 1996, p. 7).

Chonchol (1986) salienta que os membros da família possuem um forte senso coletivo, manifestado na organização e divisão do trabalho. Característica que cria condições para que cada família ajuste sua força de trabalho de acordo com os elementos de gênero e faixa etária. Nesse ponto, a produção familiar camponesa constitui-se de uma considerável autonomia frente a fatores externos pelo fato de suas principais ações serem pensadas em consonância com as necessidades próprias da unidade familiar. Enquanto isso, segundo o autor, através de sua estrutura interna, formam-se os mecanismos que constituem a consciência camponesa. Na luta contra as adversidades produzidas e reproduzidas pela questão agrária.

Em suma, consideramos que as leituras a respeito da noção de questão agrária e os conceitos que atravessam suas leituras num sentido geral, estão condicionados pelos fatores de tempo, corrente teórica e orientação ideológica. Todos apontamentos procuram na medida do possível entender através de leis gerais e circunstâncias diversas as problemáticas produzidas e reproduzidas pela estrutura agrária em tempos e espaços. Processos que, em grande medida, influenciam nos modos de vida camponês e sua relação com as estruturas políticas, sociais e econômicas. E no mesmo ritmo, tangencia o entendimento estrito da categoria de sujeito histórico, por vezes referenciado em outros termos, por vezes silenciado, e em alguns momentos, até desconhecido pela literatura científica.

### **1.3 Questão agrária e o contexto rural do Brasil na última metade do século XX**

É necessário pensar, antecipadamente, que o “modelo original” do campesinato brasileiro é consequência de fatores sociais externos e gerais, que fazem parte da própria história da rural e da agricultura brasileira. Em consequência disso, podemos considerar a hipótese defendida por Wanderley (1996) quando afirma que “no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido”. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução.

Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países,

foi historicamente um setor ‘bloqueado’, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (WANDERLEY, 1995, p. 37). Por esse ângulo, podemos analisar a realidade do campesinato brasileiro enquanto um setor social que tem uma história marcada por lutas para conseguir ocupar um lugar digno na economia e sociedade. Interessa-me, portanto, nessa etapa do texto, traçar alguns aspectos gerais sobre os embates travados entre eles e as circunstâncias da chamada “questão agrária” a partir das considerações dos estudos agrários brasileiros sobre essa realidade no contexto nacional. Procurando entender seus impulsos e entraves, e, claro, as formas pelas quais o campesinato assimila e supera essas contradições.

Compreender as dinâmicas da Questão Agrária está entre um dos desafios mais complexos nas ciências humanas, por sua amplitude e profundidade. Buscar desvendar os processos em torno da questão agrária nos coloca diante de inúmeras problemáticas que podem ser entendidas pelo comentário de José de Souza Martins (1994), na qual afirma que: “(...) na verdade, *a questão* engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, p. 12-13).

Evidentemente, a questão não é um mistério, sua compreensão, conforme Fernandes: “(...) é possível, desde que seja analisada na sua essência, sem subterfúgios, reconhecendo e revelando em seus limites em um campo de possibilidades que exige uma postura objetiva nas tomadas de decisão em seu tratamento” (FERNANDES, 2003, p. 177). E se tratando da luta pela terra no contexto nacional, podemos selecionar na última metade do século XX enquanto um momento que condiciona o surgimento de novos sujeitos em virtude de uma série de necessidades represadas ao longo da história do Brasil.

Os 1960 e 1970, especificamente, são marcados por intensos conflitos agrários com a resistência de “posseiros, “rendeiros” e “foreiros”. Já no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em decorrência de algumas alterações na arena política dos anos de chumbo, surgem novos espaços de confronto, em virtude do surgimento de novos atores sociais que resistem à desapropriação, especialmente na região Centro-Sul do país.

Sob efeito desse contexto, no início dos anos 1980, emergem greves de trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Esses episódios se devem ao agravamento da concentração de terra e, em parte, a reiteração da identificação dos diferenciados segmentos do mundo rural, que passou a produzir diferenciações em vários setores, colaborando para edificar uma identidade própria e a atuar com atores diferenciados no cenário político (CALDART, 2004; MARTINS, 1998).

Em decorrência dos conflitos gerados, os “pequenos agricultores” na década de 70, em meio à política agrária dos governos militares, o mundo rural começa a passar por um importante processo de transformação. Determinante para reinventar a ação política do campesinato no que se refere a sua identidade no mundo do trabalho. Com o aumento da desigualdade no campo, muitos agricultores tentando resistir ao processo de pauperização e endividamento, começam a perder suas propriedades e nisso são forçados a optar pelos projetos de colonização públicos ou particulares na Região Norte ou Centro-Oeste do país (OLIVEIRA, 2001).

Esse processo agravou as transformações na estrutura de posse e uso da terra, por meio deliberada doação de lotes de terra aos colonos, especialmente para desenvolvimento da produção da soja em larga escala. Em contrapartida, o que vimos na prática foi a concentração de terra na mão de poucos e a sistemática expropriação camponesa, resultando na consolidação da estrutura fundiária. Nesse cenário, a partir das análises de Martins (1975) e Abreu (2015)<sup>9</sup> podemos entender que houve um aumento da pauperização da população do campo.

Com o crescimento das dívidas e a brutal elevação dos preços da terra, a opção por monocultura - em um contexto de aumento da produção em descompasso com a distribuição justa das riquezas geradas, onde apenas os grandes produtores saem ganhando -, fazem com que parte expressiva dos pequenos produtores perdessem ou vendessem suas terras, ou em outras alternativas, no campo, com os projetos de colonização tentando sobreviver nas incertezas da vida de arrendatário ou ainda buscando alternativas na cidade, mesmo com a carência de investimentos na infraestrutura e nas políticas de acesso à moradia digna.

---

<sup>9</sup> Em sua tese intitulada “A boa sociedade: história sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a ditadura militar” Rafael de Assumpção Abreu analisa o processo de colonização da região centro-oeste entre os anos 1970 e 1980 e as transformações estruturais pelas quais a região passou em decorrência da ação extensiva da agricultura agroexportadora.

O camponês não tem progresso em nenhuma das alternativas apresentadas. Inclusive, a partir das décadas de 1970 e 1980, é justamente nas áreas de modernização da agricultura que os dilemas da questão agrária ganham força, principalmente com o agravamento da violência e desapropriações. Em virtude do fracasso dessa estratégia dos militares e latifundiários aliados, muitos voltam para suas regiões de origem, trazendo consigo o testemunho e a experiência viva da falácia da alternativa da migração enquanto uma solução real para os camponeses e a situação agrária brasileira (DOS SANTOS, 1985).

A gênese de um grupo social, no caso os “sem terra” não deve ser percebida reduzindo-se apenas aos processos de ordem econômica em transformação (THOMPSON, 1987, *apud*, BOURDIEU, 1989). Nessa medida, a origem dos “sem terra” está ligada a um grupo dotado de uma identidade política - fruto de uma série de ataques e necessidades represadas ao longo da primeira metade do século XX, que se liga não só processo de expropriação dos pequenos agricultores e arrendatários – mas que, pode ser integrado a outros aspectos, como o notável trabalho de base estabelecido pelo setor da Igreja adepta a Teologia da Libertação.<sup>10</sup>

A respeito desse importante elemento religioso, Michael Löwy (2006, p. 58) salienta que, “Abrindo-se para o mundo moderno, a Igreja já não pode evitar os conflitos sociais que sacodem o mundo, especialmente na América Latina”. Nesse cenário, é criada a Teologia da Libertação, movimento teológico que segue uma orientação conectada aos pobres, sendo entendido como

(...) a expressão particular de um movimento social criado pelo desenvolvimento dos cristãos em associação de bairros, sindicatos, movimentos estudantis, ligas camponesas, centros de educação popular, partidos políticos de esquerda e organizações revolucionárias (LÖWY, 2006, p. 59).

---

<sup>10</sup> A teologia da libertação enquanto orientação religiosa em forma de concepção ideológica, representa um fragmento filosófico que surge na religião católica e que teve um papel importante na facilitação, organização e consolidação de vários movimentos sociais, entre eles o MST. Através das ações operadas pelas Comunidades Eclesiais de Base - células católicas impulsionadoras dessa filosofia - é que essas ideias são colocadas na prática. Nessas condições, surgem práticas comunicativas coletivas, que procuram levar aos seus sujeitos envolvidos, mensagens de fé, esperança e encorajamento. É através desses procedimentos comunicativos que surgem as místicas, marca fundamental do MST e também parte do cotidiano dos moradores do Assentamento 10 de abril, em suas reuniões e eventos organizados. Para conhecer mais sobre a concepção da Teologia da Libertação, ler: “NUNES, Márcia Vidal. Teologia da libertação, mística e MST: o papel da comunicação grupal libertadora na organização política do movimento. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. (Estudos da Pós-graduação)”.

Sob essas circunstâncias, acaba exercendo forte influência na edificação de importantes movimentos sociais e redes de mobilização pela terra e outras pautas urgentes de luta por justiça social nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Essa leitura religiosa da realidade social contraditória, isto é, a relação do mundo sensível com a realidade prática, já foi avaliada por Marx<sup>11</sup> em 1845, quando ele diz que o “‘sentimento religioso’ é, também, um produto social e que o indivíduo abstrato (...) pertence, na realidade, a uma determinada forma de sociedade” (MARX, 2007, p. 534).

Nesse sentido, a religião seria em determinadas circunstâncias o último suspiro do indivíduo. Assim, a conexão do profano com o sagrado, a adesão por soluções místicas para reverter problemas da realidade concreta produzidas por mundo injusto, faz parte do cotidiano das lutas populares e não devem ser desconsideradas pela literatura historiográfica.

Em igual proporção, podemos apontar a crítica às contradições no mundo rural denunciadas pelas “oposições sindicais”, que surgem a partir das ações da CONTAG<sup>12</sup> (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais). (FERNANDES, 2004). Instituição sindical “porta-voz” dos trabalhadores do campo, mas que, em um certo momento, começa a ser denunciada por alguns setores da luta camponesa pela carência de um projeto de articulação com uma posição plenamente ativa, particularmente, frente aos problemas históricos do campo. As oposições sindicais se opõem ao sindicalismo contagiano também pelo seu desinteresse em denunciar esses problemas às instituições do Estado. Que implantavam ações com pouca efetividade na organização e mobilização dos trabalhadores na busca por soluções no enfrentamento dos dilemas da Questão Agrária.

Nos primeiros momentos dispersas e sem expressão no cenário político sindical, as “oposições” proporcionam novas integrações e unidades, dando condições para emergir um “novo sindicalismo”, gestado nas áreas urbanas, e com reivindicações importantes e concretas para as lutas no contexto nacional (liberdade e autonomia sindical, participação política, como também, eleições diretas e a volta da democracia, etc.).

---

<sup>11</sup> KARL, M. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão. São Paulo: Boitempo: 2007.

<sup>12</sup> Essa organização de início chamada “Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais” foi fundada em dezembro de 1963, nas vésperas do golpe civil-militar executado no ano seguinte.

Em 1983, quando é fundada a Central Única dos Trabalhadores, já era perceptível a atuação das “oposições rurais” no seu interior. Resultando na construção de um campo de disputa com a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura), principalmente, em virtude de sua aliança com outra central sindical fundada, a CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras). (MEDEIROS, 2001).

Em decorrência da construção de alianças e movimentações mais expressivas, cria-se a possibilidade de rompimento dos liames do poder local e da produção de uma linguagem através da qual diferentes setores da luta trabalhista expressam suas demandas e necessidades com a de outros espaços.

Criando condições no desenvolvimento de alternativas para interpretar os problemas locais nos termos do debate nacional. Construindo uma unidade repleta de diferentes situações, experiências, realidades e pessoas comuns (MEDEIROS, 2001). Esses episódios se devem ao agravamento da concentração de terra e, em parte, a reiteração da identificação dos diferenciados segmentos do mundo rural que, ao produzir diferenciações em vários setores, colaboram na lapidação de uma identidade própria, mesmo que ainda em construção.

Nesse jogo, a partir de um novo desenho das organizações de luta, ocorre um *boom* de alternativas nas mediações dos conflitos pela terra, como é o caso do MST - dentre outros movimentos sociais do campo - que agem na articulação de luta por categorias específicas. Como é o caso dos “empregadores rurais”, de “suinocultores” e, mais recentemente, dos “agricultores familiares” (MEDEIROS, 2001).

A partir da Tabela abaixo, produzida através dos dados coletados pelo IBGE, publicada pela ABRA (Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária)<sup>13</sup> no formato impresso e sistematizado por Silva (1981) e Ferri (1981), podemos perceber a crescente variedade do sindicalismo pelo Brasil no início dos anos 1980 por estados:

TABELA 3: NÚMERO DE SINDICATOS POR ESTADOS (MAIO DE 1981)				
ESTADO	EMPREGADOS URBANOS	PROFISSIONAIS LIBERAIS	TRABALHADORES RECONHECIDOS	TRABALHADORES RURAIS RECONHECIDOS

<sup>13</sup> Reforma Agrária – Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), v. 11, N° 06, p. 1-52, Novembro/Dezembro, 1981.

			OFICIALMENTE	PELA CONTAG
RONDÔNIA	4			
ACRE	1		7	10
AMAZONAS	46	5	17	18
RORAIMA				
PARÁ	49	5	73	72
AMAPÁ	6			
MARANHAO	66	1	114	128
PIAUÍ	39	4	75	80
CEARÁ	79	7	144	141
RIO GRANDE DO NORTE	50	5	101	104
PARAÍBA	41	6	134	139
PERNAMBUCO	63	8	138	130
ALAGOAS	30	4	47	70
SERGIPE	23	1	65	71
BAHIA	106	7	160	186
MINAS GERAIS	211	21	273	298
ESPÍRITO SANTO	31	5	43	43
RIO DE JANEIRO	217	24	31	32
SÃO PAULO	430	27	158	142
PARANÁ	128	16	179	186
SANTA CATARINA	157	13	192	193
RIO GRANDE DO SUL	285	28	236	127
MATO GROSSO	18	1	17	27
MATO GROSSO DO SUL	13	1	14	10
GOIÁS	36	6	58	66
DISTRITO FEDERAL	19	7	1	1
<b>BRASIL</b>	2148	202	2278	2274

Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Dados: IBGE – 1980, v. 11, nº06, p. 49, 1981).

De acordo com Silva e Ferri (1981) a partir dessa tabela<sup>14</sup> podemos perceber que embora o “sindicalismo brasileiro [compunha] de um amplo e variado mosaico que abriga mais de 4.600 sindicatos urbanos e rurais espalhados por todos país; (...) esses números devem ser associados com apenas 4 milhões de trabalhadores, pouco menos de ¼ das 22 milhões de pessoas que trabalham em situação regular e só 10% de força de

<sup>14</sup> Esses dados foram coletados no ano de 1980 incluem também os sindicatos não reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e são fontes reproduzidas pela Revista Isto É, 26/08/1981 e Jornal Movimento, 24 a 30/08/1981.

trabalho total, metade desses trabalham em situação de ilegalidade, sem ao menos possuir uma carteira de trabalho” (1981). Desde a abertura política dos anos 1970, o número de sindicatos tem demonstrado expressivo crescimento, no entanto, a maior parte desse crescimento se deve pela expansão dos sindicatos rurais que, no mesmo período, pulou de “um pouco mais de 1.600 para quase 2.300, um avanço de 43%” (Revista ISTO É, São Paulo, nº 253, p. 71-80, abril, 1981).

Nos estados nordestinos, podemos perceber pela Tabela que o número de sindicatos rurais é muito superior à quantidade de sindicatos urbanos. E no caso do Ceará, podemos notar que a quantidade de sindicatos reconhecidos pela CONTAG chega a ser quase duas vezes maior do que a de “empregados urbanos”.

Os anos 1980, marcado pelo crescimento das “oposições sindicais” no mundo rural, faz jus a uma evidente preocupação dos camponeses em se organizar para mobilização conjunta. Muitos desses sindicatos continuam levando adiante suas demandas históricas. Entretanto, em virtude de uma série de reformulações internas, criam secretarias específicas para dar conta da amplitude de novas demandas, em relação aos assalariados, agricultores familiares e na luta contra a cobiça do latifúndio.

Como também, em certa medida, com questões de gênero e geração. O primeiro tema é debatido, fundamentalmente, em consequência da crescente organização e mobilização dos movimentos de mulheres trabalhadoras do campo, que buscavam levar para luta coletiva questões que envolvem a validação legal da mulher não só trabalhadora rural, mas também, no que se refere a ampliação da presença feminina das direções sindicais e implementação de programas de saúde específicos para as mulheres. Já o segundo tema, surge em virtude da preocupação com o papel dos jovens na construção das lutas no campo e na sua evolução pessoal na comunidade, seja através de formações ou possibilidades profissionais.

Por outro lado, cresce a preocupação com a questão previdenciária, que busca levar a situação dos aposentados para setores específicos do interior dos sindicatos. Isso se deve, sobretudo, ao aumento relativo da população idosa do campo (MEDEIROS, 2001), em consequência do envelhecimento da população, crescente abandono do campo pelos jovens e do aumento da pobreza nas áreas rurais. Uma luta que nas ligas camponesas de Sapé, do Engenho de Galiléia em Pernambuco, nos anos 40 e 50, se restringia apenas em construir política assistencialista afim de custear despesas

funerárias, organizar cooperativas de crédito para compra e manutenção da produção, acabou se expandindo e diversificando a partir de transformações identificadas nos anos 70 e 80 no mundo rural.

Do ponto de vista que excede as estruturas econômicas, a origem dos “sem terra” como grupo formado por uma unidade política é sedimentada por uma organização multiforme. Que se liga não exclusivamente à luta contra a expropriação dos pequenos produtores da região Sul e Sudeste, mas, dentre outros elementos, com o trabalho de grupos ligados à Igreja católica - e a crítica à sua própria organização e função histórica -, e também o papel das “oposições sindicais”, em relação às críticas direcionadas às formas como a luta por terra e as mobilizações pela reforma agrária estava sendo carregada pelo sindicalismo rural (MEDEIROS, 2001). Nas décadas seguintes, foi esse contingente de expropriados, mobilizados pelo trabalho capilar de setores da Igreja católica e com traços culturais diferentes dos posseiros e foreiros, que se constituiu enquanto base principal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Apesar da demanda por reforma agrária não ter sido uma bandeira levantada pela ação sindical dos anos 1970, o processo de condução da luta sindical (desapropriação pelas vias institucionais em vigor, investimento na estruturação das estratégias de mobilização coletiva) não apresentava resultados efetivos: na década de 1970 mesmo com o fervor das contradições históricas do campo, levado adiante pelas ligas camponesas no Nordeste e as constantes denúncias e súplicas por desapropriações feitas pela CONTAG, pouquíssimas ações foram executadas.

As ocupações surgem como alternativa afim de pressionar o Estado e instituições, criando experiências políticas e evocando a opinião pública. Iniciadas na Região Sul do Brasil na década de 1970, tornando a principal forma de mobilização por Reforma Agrária<sup>15</sup>. Em meio ao desencadeamento dessa alternativa, surge na luta pela terra novos princípios e direcionamentos - distintos daqueles outrora puxados pelos sindicatos rurais -, agora baseados na arregimentação de famílias completas, sem a

---

<sup>15</sup> Embora a literatura tradicional aponte a Região Sul como o centro das mobilizações da luta por terra na segunda metade do século XX, especialmente nas décadas 70 e 80, segundo os dados da CPT divulgados em 1998, o eixo geográfico da violência no campo concentra-se na Amazônia Legal. Por outro lado, considerando o problema histórico da seca do Nordeste no mesmo período, reflexos do problema agrário nos estados das regiões sul e sudeste, podemos afirmar que a violência produzida pela luta por terra e dignidade do campo “não se centraliza em nenhuma região em específico, está disseminada em todo território nacional” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1998).

necessidade de meios burocráticos - filiação ou associação formal -, exigindo dos seus membros apenas a participação e engajamento, podendo acontecer em qualquer momento e espaço, envolvendo de diferentes condições, origens e trajetórias, inclusive aquelas sem origem rural (CALDART, 2000).

Em linhas gerais, a Questão Agrária continua emergindo pelas contradições estruturais do capitalismo que, por conseguinte, permanece provocando a concentração da riqueza e ampliação da pobreza e miséria. Nessa medida, a questão produz e reinventa constantemente a conflitualidade (FERNANDES, 2003). Mesmo sendo evidente suas implicações e efeitos na organização e desorganização da condição política e social vigente, essa questão nem sempre foi devidamente tratada na escrita da história, particularmente, no mundo acadêmico.

Entretanto, no que se refere às leituras e discussões em torno desse debate, ainda nos fins dos anos 1980, já podemos perceber a Questão Agrária adquirindo uma configuração singular, que a diferenciava dos momentos anteriores, especialmente, em virtude dos embates que envolviam o tema da reforma agrária na formação da Constituinte de 1987 e na Constituição implantada no ano seguinte.

No contexto que remete os anos de abertura, os movimentos sociais do campo e da cidade, MST, PT, CUT, dentre outros, deram continuidade representativa a muitos daquelas frações de resistência plantadas e sepultadas durante a ditadura civil-militar-empresarial (QUEIROZ, 2010). Nessa medida, os debates e as noções de reforma agrária retornam à cena nacional e faz emergir novos atores, que começam a ser moldados especialmente durante as transformações econômicas gestadas nos anos de 1960 e 1970.

O contexto gerado pelo o que Silva (1981) chamou de “modernização dolorosa”, consolidado nos anos de chumbo, faz os camponeses optarem por duas vias: tentar resistir no campo ou procurar outras possibilidades de luta pela terra em suas regiões. Nesse jogo, contraditoriamente, com o advento dos novos obstáculos, vieram à luz, de

um lado, os chamados empresários agroindustriais e, no outro lado, os boias frias<sup>16</sup> (MOTTA, 1991).

Na longa marcha do campesinato brasileiro, conforme adverte Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001), as mudanças estruturais do capitalismo brasileiro que alteram o mundo rural e vida campesina, não transformam latifundiários em megaempresários, mas, de maneira oposta, converte capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul – em latifundiários.

Em grande parte, graças às políticas de incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que a partir da liberação de créditos exclusivos a esse setor, acabam viabilizando esta fusão. Um benefício que teoricamente deveria ser direcionado aos pequenos agricultores, mas que na prática acaba fortalecendo ainda mais a riqueza dos fazendeiros e grandes proprietários. Ou seja, o recurso que era para as vítimas das injustiças do campo acaba sendo aproveitado pelos responsáveis desse cenário contraditório. Assim, conseqüentemente, empresários urbanos e rurais começam a se tornar os maiores proprietários de terra do Brasil, com extensões de terra poucas vezes vistas na história da humanidade (OLIVEIRA, 2001).

A violência do latifúndio levada adiante pelo desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo brasileiro pode ser traduzido em parte pela experiência do Projeto Jari<sup>17</sup>. De autoria do multimilionário Daniel K. Ludwig, foi “nacionalizado” no

---

<sup>16</sup> Boia-fria foi um termo inicialmente adotado na sociologia rural brasileira para representar os trabalhadores rurais que sobreviviam como assalariados temporários no corte da cana. Como eram obrigados a levar suas próprias marmitas ao serviço, em decorrência do tempo que levavam até chegar na lavoura somado com o tempo de trabalho, eram obrigados a ingerir suas refeições frias, o que lhes rendeu a alcunha de trabalhadores “boias-frias”. O primeiro estudo de caso que trata da condição desses trabalhadores foi produzido pela socióloga Maria Conceição D’Incao (1975) e publicado pela editora Vozes.

<sup>17</sup> Ao longo dos anos 1970 e 1980 imensas extensões de terras são vendidas livremente ao capital financeiro. Além do Projeto Jari, surgem outros exemplos de vendas de terras de extensões colossais para outros grupos de empresários, como a Companhia Vale do Rio Cristalino, do grupo Volkswagen, localizada no sul do Pará, que chegou a arrematar um território de 140 mil hectares; a Suiá-Missu, que atualmente pertence à empresa italiana Liquifarm, que possuiu 700 mil hectares; a Codera, do Banca de Crédito Nacional, que comprou uma área de 600 mil hectares de terra; e muitos outros, que está sob a posse de diversos grupos financeiros, como Bradesco, Bamerindus, Tamakavy, Sadia, Camargo Corrêa, Frigorífico Atlas, Drury’s Amazônia, Georgia Pacific, Romoyenka, etc. Algumas dessas áreas chegam a possuir uma extensão territorial superior a muitos estados brasileiros ou países. Com projetos agropecuários e minerais na Amazônia, além de fortalecer a concentração de riqueza, essas empresas executaram ações que colaboraram para destruição acelerada do meio ambiente, desmatando grandes áreas de forma rápida e intensa, utilizando até desfolhantes químicos (MARISSAWA, 2001). Nesse processo, vários seguimentos do mundo rural brasileiro saem prejudicados, sobretudo, comunidades indígenas, camponeses, pequenos e médios proprietários, que são compulsoriamente empurrados para a marginalização oriunda das contradições do desenvolvimento à lógica do capital.

final dos anos 1980, no governo militar de João B. O. Figueredo. Após ser vendido para o comando de 25 empresas, sob liderança do grupo Azevedo Antunes, ocupou uma área – com a participação atuante do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM)<sup>18</sup> - que chegou a ter uma extensão superior a quatro milhões de hectares. Como resultado desse processo, emerge, ainda segundo Oliveira (2001), um processo contraditório do capitalismo moderno à brasileira:

(...) A mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias a “peonagem”, relação de trabalho também chamada de “escravidão branca”<sup>19</sup>. Em outras palavras, a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas deste país. (OLIVEIRA, p. 186, 2001).

Nesse contexto, a consolidação dessa aliança acaba atuando no sentido de concentrar e solidificar, ainda mais, a propriedade privada da terra, tanto no ponto de vista social quanto regional, dando margem a mais um movimento contraditório do desenvolvimento capitalista. No caso brasileiro, a burguesia agiu e mobilizou-se na perspectiva de favorecer unicamente seus interesses econômicos. Em decorrência disso que, na Assembleia Constituinte de 1988, mesmo com seus embates e entraves em determinadas temáticas, “o único capítulo da Constituição a ter praticamente a unanimidade dos votos dos representantes dessas elites, foi aquele sobre a Reforma Agrária” (OLIVEIRA, 2001).

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida por lei” (Art. 184 *caput*, CF, 1988).

---

<sup>18</sup> No ano de 1982, quando o governo cria o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e coloca um general no comando da pasta, os dilemas nacionais da questão agrária passam a ser totalmente militarizados. Além do GEBAM, surge também o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), órgãos fundados com o objetivo de atuar em áreas de conflitos fundiários e frear a influência da Igreja, que até a década de 1970, assistia camponeses e ruralistas em litígio na Região Norte e Nordeste (MARISSAWA, 2001)

<sup>19</sup> Presume-se que o autor utiliza esse conceito por duas razões, uma por se tratar de uma forma de trabalho exploratório mais contemporâneo e a outra razão tem associação com as formas pelas quais esse tipo de escravidão moderna funciona, sendo um ato de explorar e subjugar mais concedida e aceita socialmente do que as outras experiências de trabalho compulsório anteriores.

Importante ressaltar que esse processo não ocorreu em outras questões que envolviam a Constituição de 1988. Apesar de toda mobilização popular que buscou pressionar os trabalhos da constituinte na intenção de ter a situação agrária contornada - especialmente, para as vítimas históricas da desapropriação, exclusão e toda violência gerada no campo -, o resultado não ocorreu da maneira que tanto queriam.

Ainda em 1984, em meio à campanha de Tancredo Neves para Presidência da República, a Questão Agrária era o tema mais discutido entre as propostas de seu governo e de outros presidenciáveis. O objetivo central era avançar em alguns dispositivos jurídicos presentes no Estatuto da Terra de 1964 que tratava dos princípios fundamentais da estrutura fundiária brasileira.

Com a morte de Tancredo Neves, seu vice José Sarney deu continuidade ao tema da reforma agrária, no plano das promessas, como uma das principais atribuições de governo (OLIVEIRA, 2001), estritamente com vistas a solidificar a popularidade do governo em formação, numa fase de transição política. Fato é que, como aponta alguns cientistas políticos, os acordos políticos estabelecidos na formação do governo travaram qualquer possibilidade de avanço na reforma agrária. Mesmo diante das circunstâncias, em 1985, é construída a primeira versão do Plano Nacional de Reforma Agrária. O documento foi apresentado e debatido no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília, no dia 26 de maio daquele mesmo ano. Quando o texto foi anunciado no IV Congresso da CONTAG, instantaneamente, houveram reações contrárias dos grandes proprietários rurais e empresários em relação a suas “propostas” apresentadas (OLIVEIRA, 2001).

A urgência da reforma agrária era assunto em muitos lugares. Como declarou José Gomes da Silva no Simpósio do PMDB sobre a Agricultura e Meio Ambiente, realizado em Curitiba em 1984, entre as cinco primeiras pautas compartilhadas no evento, a proposta de reforma agrária estava em primeiro lugar. Para uma parte significativa da população brasileira a realidade agrária na última década do século XX continuara praticamente com os mesmos dilemas. No “Jornal dos Trabalhadores Sem Terra”, em uma das suas edições no final do ano de 1996, foi divulgada a realidade da estrutura fundiária do Brasil. Por meio de uma tabela com dados coletados pelo INCRA em 1992, podemos perceber o quanto está concentrada a propriedade da terra no Brasil:

TABELA 4: CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL		
Tamanho da propriedade (Ha)	Propriedades	Hectares
Não cadastrados	48.508	Sem dados
Menos de 1	50.566	25.827,3
1 a 2	92.423	125.843,8
2 a 5	357.756	1.216.350,2
5 a 10	446.663	3.247.889,0
10 a 25	841.963	13.697.633,6
25 a 50	503.080	17.578.660,6
50 a 100	336.368	23.391.447,1
100 a 200	201.564	27.405.779,4
200 a 500	140.609	43.344.186,6
500 a 1.000	51.442	35.573.732,4
1.000 a 2.000	23.644	32.523.253,9
2.000 a 5.000	14.840	43.804.397,5
5.000 a 10.000	3.492	24.524.954,4
10.000 a 20.000	1.263	16.945.648,2
20.000 a 50.000	553	16.062.217,2
50.000 a 100.000	116	7.848.521,7
100.000 acima	75	24.047.669,1
<b>TOTAL</b>	<b>3.114.898</b>	<b>311.364.012,0</b>

Concentração de terras no Brasil (INCRA, Recadastramento, 1992)

Os dados que informam sobre a concentração de terra no Brasil, divulgado em 1992 - também chamado de “Atlas fundiário brasileiro” - foi construído sob orientação do ministro da política fundiária Raul Jungman, na qual revela através de números a realidade desastrosa da estrutura agrária nos momentos iniciais após a promulgação da última constituição.

## Com terra e sem vergonha

por Clóvis Rossi\*

O "Atlas Fundiário Brasileiro", divulgado recentemente pelo ministro Raul Jungmann (Política Fundiária), acaba sendo uma espécie de decreto de legitimação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Conclusão, de resto óbvia: 62,4% da área dos imóveis rurais brasileiros é improdutiva. Logo, é terra a dar com pau para se promover a Reforma Agrária, tese pela qual se bate o MST com tanto estardalhaço, alguns exageros e muita incompreensão.

Mais: a concentração da propriedade fundiária no Brasil permanece quase imutável há 56 anos, posto que o "Atlas" compara dados relativos a 1940, 66, 78 e 92.

O que querem os críticos do MST? Que ele espere outros 56 anos ou 112 anos ou, talvez, 156 anos para que o panorama se altere para melhor?

Ou alguém tenta forçar a entrada da questão fundiária na agenda ou ela continuará reproduzindo, em escala ainda mais impressionante, a concentração de riquezas que, no Brasil, tem tinturas obscenas.

O mapa publicado chama atenção por outro aspecto: em todas as cinco regiões do país, a porcentagem de áreas não-produtivas supera, com falta, a de terras produtivas. Exceto no Sul, onde praticamente se empatam.

Manter terras improdutivas para usá-las, obviamente, como reserva de valor é medieval. Não se trata de uma questão ideológica. É pura aritmética.

Fica claro que se pode assentar todas as famílias hoje distribuídas em acampamentos precários pelo país. E ainda sobrar terra (improdutiva) para ninguém botar defeito.

É até possível que o assentamento dos sem terra não resolva problema algum. Mas é óbvio que manter terras improdutivas quando há quem se diga disposto a trabalhá-las resolve muito menos ainda.

O "Atlas" sugere, claramente, que o problema do Brasil não é falta de terras, mas de vergonha.

\* Publicado na FSP em 13.09.96

Figura 1: "Com Terra e sem Vergonha", por Clóvis Rossi, publicado no Jornal Sem Terra, edição 163 (1996, p. 3).

Como comenta a coluna de Clóvis Rossi, com o título "Com terra e sem vergonha", também publicada no Jornal Sem Terra no dia 13/09/1996, a conclusão dos dados revela que "62,4% da área dos imóveis rurais brasileiros é improdutiva (...), a concentração da propriedade fundiária do Brasil permanece quase imutável há 56 anos, posto que o 'Atlas' compara dados relativos a 1940, 1966, 1978 e 1992", nessas circunstâncias, compreendo os fatores que envolvem o quadro apresentado, "(...) manter terras improdutivas para usá-las, obviamente, como reserva de valor é medieval. Não se trata de uma questão ideológica. É pura aritmética".

Nesse sentido, o autor conclui que "é até possível que o assentamento dos sem terra não resolva problema algum. Mas é óbvio que manter terras improdutivas quando há quem se diga disposto a trabalhá-las resolve muito menos ainda. O 'Atlas' sugere, claramente, que o problema do Brasil não é falta de terras, mas de vergonha" (publicada na Folha de São Paulo em 13 de setembro de 1996).

Pela tabela, se somarmos cada linha, vamos ver que em até 50 hectares, existem 2.337 mil imóveis, proporção equivalente a 75% de todos os imóveis, porém, dominam apenas 35 milhões de hectares, representando menos de 11% das terras. Por outro lado,

acima de mil hectares existem 43.956 imóveis que fazem parte de 166 milhões de hectares, isto é, 50% de todas as terras. O maior problema dessa realidade é que apenas 75 propriedades superiores a 100 mil hectares concentram 24 milhões de hectares (JORNAL SEM TERRA, 1996). Conforme observou na época o pesquisador Rolf Hackbart<sup>20</sup>, numa área com essas proporções daria para assentar mais de 1,5 milhões de famílias.

## ATLAS REVELA QUE HÁ 62% DE TERRAS IMPRODUTIVAS

Rolf Hackbart<sup>4</sup>

No mês de agosto de 1996, o INCRA lançou o Atlas Fundiário Brasileiro em que apresenta de forma resumida, a radiografia da estrutura fundiária brasileira, baseada em dados de 1992. Este Atlas está baseado nos dados cadastrais do INCRA, o que não abrange, ainda 100% das terras do país.

Na prática, nenhuma grande novidade foi ressaltada, mas, sim, a confirmação oficial da extrema concentração da propriedade da terra e seu mau uso. Isso está sendo denunciado pelos movimentos sociais, entidades e defensores da urgência e da necessidade da efetivação da Reforma Agrária no Brasil.

Essa tabela demonstra o quanto está concentrada a propriedade da terra no Brasil. Segundo o Incra existem 3.114.898 imóveis rurais, no Brasil que declararam ter 331 milhões de hectares. É possível ainda que um proprietário tenha mais de um imóvel. O que é comum. Portanto, a propriedade é ainda mais concentrada.

Pela tabela, se somarmos cada linha, vamos ver que até

### Estrutura fundiária brasileira-1992

Intervalo de Área (ha)	Nº total de Imóveis	% Imóveis	Área total (ha)	% Área
<b>Total</b>	<b>3.114.898</b>	<b>100</b>	<b>331.364.012</b>	<b>100</b>
Igual a 0	48.508	2	0	0
Menos de 1	50.566	2	25.827	0
1 a menos de 2	92.425	3	125.843	0
2 a menos de 5	367.756	11	1.216.350	0,4
5 a menos de 10	448.663	14	3.247.889	1,0
10 a menos de 25	841.963	27	13.697.633	4,1
25 a menos de 50	503.080	16	17.578.660	5,3
50 a menos de 100	336.368	10	23.391.447	7,1
100 a menos de 200	201.564	6	27.405.779	8,3
200 a menos de 500	140.609	4	43.344.186	13,1
500 a menos de 1000	51.442	2	35.573.732	10,7
1.000 a menos de 2.000	23.644	1	32.523.253	9,8
2.000 a menos de 5.000	14.840	0,5	43.804.397	13,2
5.000 a menos de 10.000	3.492	0,1	24.524.954	7,4
10.000 a menos de 20.000	1.236	0,0	16.945.648	5,1
20.000 a menos de 50.000	553	0,0	16.082.217	4,8
50.000 a menos de 100.000	116	0,0	7.848.521	2,4
100.000 e mais	75	0,0	24.047.669	7,3

Fonte: INCRA/SNCR recadastramento 1992

50 hectares existem 2.337 mil, ou seja, 75% de todos imóveis, mas controlam apenas 35 milhões de hectares, que representa menos de 11% das terras. E acima de mil hectares, há 43.956 imóveis que são donos de 166 milhões de hectares, ou seja,

50% de todas as terras.

Mas o absurdo maior é que apenas 75 propriedades acima de 100 mil hectares dominam 24 milhões de hectares. Só nessas áreas daria para assentar mais de 1,5 milhão de famílias sem terras.

Figura 2: "Atlas revela que há 62% de terras improdutivas", Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, edição nº 163 (p. 4, 1996).

A lógica contraditória do desenvolvimento capitalista que concentra a terra e que, ao mesmo tempo, empurra compulsoriamente grandes contingentes populacionais para as áreas urbanas - potencializando o quadro de miséria de muitas famílias -, de maneira mais agravante e específica, esta exclusão atinge o campo. O capitalismo revela sua face dupla: moderna no verso - beneficiando uma parcela ínfima da população

<sup>20</sup> Economista e futuro presidente do Incra durante o Governo Lula, no início dos anos 1990 Rolf Hackbart também colaborou na edição do Jornal Sem Terra.

brasileira -, e outra atrasada no reverso, se apresentando enquanto flagelo histórico de muitos brasileiros, seja do campo ou na cidade.

É nessa medida que, segundo Oliveira, “a concentração de terra no Brasil tem características *sui generis* na história mundial”, afinal, quando se fala na extensão da propriedade privada no contexto nacional, o cenário do final do século XX<sup>21</sup> apresenta uma realidade jamais vista na história (OLIVEIRA, 2001, p. 200). Esse quadro, como denuncia Oliveira (2001), também embasado nos dados do INCRA da tabela anterior, é reflexo de processos que vão além da concentração de terra:

Os dados referentes a 1992, divulgados pelo INCRA, mostravam que havia no Brasil 3.114.898 imóveis rurais e, entre eles, 43.956 (2,4%) com área acima de mil hectares, ocupando 165.756.665 hectares. Enquanto isso, outros 2.628.819 imóveis (84,4%), com área inferior a 100 hectares, ocupavam apenas 59.283.651 hectares (17,9%). Estudos realizados revelam que se o Incra aplicasse na totalidade os preceitos da Lei 8.624, que define o que é terra produtiva e improdutiva no país, teríamos algo em torno de 115.054.000 hectares (20% da área total) como propriedades improdutivas. O Atlas Fundiário Brasileiro, publicado pelo Incra, indicava que 62,4% da área dos imóveis cadastrados fora classificada como não-produtiva e apenas 28,3% como produtiva. (...) O único compromisso social que os latifundiários deveriam ter seria o pagamento do imposto territorial rural (ITR), mas não é o que ocorre. Os dados divulgados pela Receita Federal referentes a 1994 mostram que entre os proprietários dos imóveis de mil a cinco mil hectares, 59% sonegam este imposto e entre os proprietários dos imóveis acima de cinco mil hectares, esta sonegação chegou a 87% (OLIVEIRA, p. 187, 2001).

As informações revelam que os mesmos latifundiários que mantêm terras improdutivas também não cumprem com as obrigações fiscais de pagamento de impostos. Uma realidade que não produz como devido e não contribui como esperado. Como denuncia o mesmo autor, “essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial” (OLIVEIRA, 2001, p. 160).

Nesse processo, acabam deixando seus reais objetivos de uma maneira muito clara: concentrar terra para facilitar o acesso às políticas de crédito bancário ou aos mecanismos de estímulo financeiro emitidos pelo governo. Dando margem a composição de uma estrutura fundiária violentamente concentrada que ignora as

---

<sup>21</sup> De acordo com os estudos de OLIVEIRA a respeito do quadro de concentração de terra no Brasil na última década do século XX, “a soma da área ocupada pelas maiores propriedades privadas no país é igual à superfície total ocupada pelo estado de São Paulo, ou, se for comada à área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, ela equivale a duas vezes a superfície total deste mesmo estado. (OLIVEIRA, p. 203, 2001).

necessidades de um grande contingente populacional (OLIVEIRA, 2001). Que perdem direitos básicos e garantias sociais ao passo que uma parcela da população não cumpre com seus deveres. A reforma agrária tão sonhada pelos setores dos movimentos sociais do campo não ocorreu como desejado, mesmo diante de muitas lutas, mobilizações e outros processos que sempre fizeram parte da identidade campesina.

#### **1.4 A luta pela reforma agrária no contexto da redemocratização**

Como já foi apresentado a situação fundiária nos momentos posteriores à promulgação da constituição de 1988, sentimos a necessidade voltarmos um pouco para aprofundarmos em alguns elementos que marcaram a elaboração da Carta Magna e alguns pontos fundamentais que acabaram travando as possibilidades que dar fim aos vícios históricos da concentração de terra no Brasil. Entendendo brevemente alguns processos importantes no momento da possível implementação do I Plano Nacional de Reforma Agrária e como se deu a reviravolta em favor do latifúndio consolidado através de mecanismos que idealizaram a constituição 1988.

Para analisar esse contexto, vamos recorrer a produção impressão do campesinato, o Jornal Sem Terra, que em sua edição n° 44, publicada de 1985 (ANEXO 1), trouxe um material interessante para entendermos os debates em volta desse momento importante para a questão agrária no Brasil. Após 21 anos de atraso<sup>22</sup>, finalmente foi produzida uma proposta de como implementar uma reforma agrária no Brasil. No dia 27 de maio de 1985 é apresentado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), quando o ministro Nelson Ribeiro levou ao Congresso Nacional e às lideranças dos partidos. Suas reivindicações eram claras e contavam com um planejamento sistematizado que visava encontrar resultados de imediato e longo prazo. A respeito desse esquema, podemos observar nessa tabela elaborada e publicada pelo Jornal Sem Terra (n° 44, p. 12, 1985):

---

<sup>22</sup> O Plano deveria ser apresentado em 1964, ano em que o então presidente, Humberto de Alencar Castello Branco, criou a Lei 4.504 (Estatuto da Terra) e acabou barrando as propostas civis para atenuar a missão histórica da reforma agrária e superar o fosso provocado pelos rentistas e do capital internacional. Nesse sentido é interessante frisar que a aplicação do *Plano* deve ser tratado enquanto uma alternativa para uma dívida histórica reconhecida pelo governo brasileiro e que estava se encaminhando a fim de tentar resolver os entraves da “injusta estrutura agrária brasileira – responsável pelo inchamento de nossas cidades – e aumentar a produção agrícola” (JORNAL SEM TERRA, n° 44, p. 9, 1985)

## Principais pontos do PNRA

<b>Metas de assentamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 85/86 = 100 mil famílias</li> <li>• 86/87 = 300 mil famílias</li> <li>• 87/88 = 450 mil famílias</li> <li>• 88/89 = 550 mil famílias</li> </ul>
<b>Regiões de desapropriações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• de conflitos sociais</li> <li>• de muitos latifúndios e minifúndios</li> <li>• de latifúndios perto de cidades</li> <li>• de grande número de sem terra</li> <li>• de obras públicas (açudes, barragens, etc...)</li> </ul>
<b>Tipos de títulos</b> (Que o INCRA estaria disposto a conceder)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• definitivo para propriedade familiar com restrição à venda por certo tempo</li> <li>• definitivo para grupos de famílias</li> <li>• concessão de uso para famílias, com direito de uso por parte dos herdeiros</li> <li>• concessão de uso para grupos de famílias</li> </ul>
<b>Cobrança do ITR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• cobrança judicial dos dois mil maiores devedores (a soma de todos os devedores de ITR é superior a Cr\$ 2 trilhões)</li> </ul>
<b>Colonização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• suspensão de todos os projetos oficiais até o final de 1987 (Nesse período revisão dos atuais projetos, dando-lhes a assistência necessária)</li> <li>• Aumentar a fiscalização sobre as colonizadoras particulares</li> </ul>
<b>Terra dos índios</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• demarcar todas as áreas (através da FUNAI)</li> <li>• resolver a situação dos posseiros</li> <li>• impedir novas invasões</li> </ul>
<b>Recursos Financeiros</b> (para assentar as 100 mil famílias)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cr\$ 525 bilhões à vista (Cr\$ 262 do Finsocial; Cr\$ 131 do Próterra e Cr\$ 132 do Tesouro Nacional).</li> <li>• Cr\$ 1,2 trilhões em notas promissórias do governo (Título da Dívida Agrária), que os latifundiários descontarão por ano, até 20 anos</li> </ul>
<b>Compromisso do MIRAD / INCRA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• aceitar e estimular a participação dos trabalhadores rurais sem terra em todos os assuntos relativos à Reforma Agrária.</li> </ul>

Figura 3: “Principais pontos da PNRA” (Jornal Sem Terra, n° 44, p. 12, 1985).

A estimativa da primeira proposta de assentar 1,4 milhões de brasileiros entre 1985 e 1989 amplia-se consideravelmente quando procuramos analisar o Plano a longo prazo. Quando o objetivo do PNRA<sup>23</sup>, na realidade, era assentar três milhões de famílias em dez anos. Isso seria possível através da desapropriação de grandes propriedades improdutivas, afim de garantir a função social da terra, tal como estipulara o Estatuto da Terra de 1964. Ainda havia a perspectiva de criar um sistema de propriedades comunitárias e associativas, na intenção de romper com os dilemas da noção burguesa de propriedade, de caráter individualizado e absoluto (SILVA, 1996).

<sup>23</sup> Um ponto do Plano que merece uma análise diz respeito ao termo “Terras dos Índios”, citado no texto. Que para a literatura historiográfica atual, estaria descrito de maneira equivocada, por se tratar de um conceito com raízes coloniais e eurocêntricas. Desse modo, o adequado do ponto de vista científico seria utilizar a denominação “povos originários”.

Assim, a ideia era consagrar o princípio da “concessão de uso das terras públicas – devolutas ou não – para fins de colonização e de reforma agrária, garantindo que a terra não seria passível de venda a terceiros”. (SILVA, 1989, p. 73). Havia clara discrepância na proposta do PNRA apresentada e aquela ratificada pelos congressistas e poder executivo. E foram justamente essas diferenças que neutralizaram qualquer ação efetiva que buscasse alterar a estrutura fundiária brasileira. Já com relação aos embates que envolveram os trabalhos da constituinte, podemos encontrar uma série de debates e conflitos. Especialmente no que se trata as críticas a respeito da concepção de “latifúndio produtivo” para fins de desapropriação. No final, a função econômica do latifúndio ofuscou os princípios fundamentais da função social da terra, estabelecidos pelo Estatuto de 1964 (SILVA, 1989).

Nessa conjuntura, além da consolidação da aliança entre o latifúndio e o capital industrial, a burguesia mobilizou-se afim de garantir sua influência na arena política, aproveitando a transição política pela qual o Brasil passava. Um ponto fundamental para o desenrolar desse processo foram as alianças políticas que envolveram as eleições presidenciais de 1985. Afinal a escolha de Tancredo e posteriormente José Sarney só foi possível graças ao apoio político de um partido oriundo da Ditadura Militar, o PDS, liderado por Aureliano Chaves. Esse partido colaborou para a fundação do PFL (Partido da Frente Liberal) a partir das alianças com o PMDB, dando margem a consolidação das negociações e pactos que serviram de sustentação para o regime político chamado “Nova República”.

Esses partidos eram construídos por grupos diretamente interessados na elaboração da constituinte, especialmente no que se refere aos rumos da estrutura fundiária à luz da futura Carta Magna. Tanto quanto o PMDB, o PFL tinha desde banqueiros, como Olavo Setúbal (na época executivo do Banco Itaú), até latifundiário e grileiro, como por exemplo o próprio José Sarney, que mais tarde seria presidente da República.

Em 1977, Sarney mandou expulsar violentamente algumas famílias de posseiros que há anos travam uma luta pelas terras da Fazenda Maguary, no Maranhão, na qual Sarney se dizia proprietário. Esse seu lado sombrio, embora permanente ocultado, já era denunciado pelos veículos de mobilização da luta pela terra, como podemos ver nessa charge publicada no Jornal Sem Terra (n° 42, p. 17, 1985):



Figura 4: “Latifúndio Sarney” (Jornal Sem Terra, nº 42, 1985, p. 17).

É importante ressaltar que, como escreveu José de Souza Martins, em fevereiro de 1985, em sua coluna especial no Jornal da Terra (ANEXO 2), “o único triunfo dos trabalhadores rurais é a possibilidade de influírem na composição da Assembleia Nacional Constituinte”, afinal, é a partir desse texto que, ao definir o direito de propriedade de terra, muitas famílias pobres do campo e da cidade poderão revelar uma estratégia de luta acreditando ser possível, através da organização coletiva, construir uma nova sociedade. Nesse caso, por meio de uma Constituição que possibilite “estabelecer limites severos ao direito de propriedade, impedindo que o bem comum e o interesses social sejam sacrificados em favor dos interesses econômicos de uma minoria de latifundiários (JORNAL DA TERRA, Martins, 1985).

A questão agrária na realidade brasileira, envolve, sobretudo, uma série de processos e experiências sociais de luta pela reforma agrária, movida por meio da luta pela terra. A reforma agrária é um dos aspectos essenciais da Questão Agrária. Um

elemento que figura entre as políticas públicas que, por fazer parte da sociedade capitalista, nunca avançou para a prática.

Nessa medida, afirmamos que nunca existiu reforma agrária no Brasil (FERNANDES, 1996; 2000), embora os governos brasileiros tenham propagandeado e outros cientistas políticos tenham usado essa expressão ao citar as experiências de assentamentos rurais (MARTINS, 2000; 2001), ela na prática nunca existiu. Por essas razões é que o tema da reforma agrária sempre foi algo lembrado pela população.

Segundo um dos mais importantes estudos da Constituinte de 1987, feito pelo pesquisador e militante José Gomes da Silva, a reforma agrária foi o tema que mais recebeu assinaturas na fase de Emenda Popular, algo em torno de um milhão e duzentas mil assinaturas. Ainda segundo o mesmo autor, em uma pesquisa realizada pelo IBOPE (publicada pelo Jornal do Brasil em 1987), foram colocados 15 temas a disposição da população que “deveriam merecer maior importância na Constituição, caso o entrevistado pudesse ajudar a prepará-la”. A Reforma Agrária foi o terceiro tema mais citado, com 38% das preferências, na sequência estava a Distribuição de Renda com 40% e o Ensino Gratuito com 46%<sup>24</sup>.

Quando se trata de justiça social e questão agrária, apesar de alguns avanços pontuais em determinados aspectos, as melhorias advindas com a promulgação da Carta Magna de 1988 são assimétricas quando se trata das questões relativas ao universo rural. E àquelas que foram executadas nas últimas décadas, quase sempre, foram projetadas em favor do agronegócio.

A referida carta constitucional de 1988, segundo a historiadora Motta (2014), não aprimorou o conceito de função social da propriedade, na qual ficou determinado que ações de desapropriação só seriam executados “mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvado os casos previstos nesta Constituição”<sup>25</sup>. No artigo 184, reforça ainda que “Compete a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária”.<sup>26</sup> Além desses fatores, a Constituição,

---

<sup>24</sup> SILVA, José Gomes da. *Buraco Negro, a Reforma Agrária e a Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>25</sup> Constituição do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Auriverde. Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Capítulo I, dos direitos e deveres individuais e coletivos. Art. 5º XXIV, p. 10, 2004.

<sup>26</sup> Título VII. Da Ordem Econômica e Financeira. Capítulo III: da política agrícola e fundiária e da reforma, artigo 184. *Ibidem*, p. 10.

tampouco, reservou em seu texto alguma passagem que ajudasse a distinguir os limites para ocupação de grandes extensões de terras para um único indivíduo ou empresa (MOTTA, 2014).

Apelidada pelo nome de “Constituição Cidadã” por Ulisses Guimarães, aquele que, do mesmo modo, dizia que o “povo é o superlegislador”, por outro lado, segundo o Gomes Silva, quando se trata da situação fundiária, o texto da lei que criara “aprofundou o buraco da desigualdade, impedindo que a Questão Agrária pudesse ser resolvida pacificamente” (SILVA, 1989, p. 199).

A Constituição estabelece o “‘bloqueio da impenhorabilidade’ da propriedade produtiva, a grande bandeira da UDR” (SILVA, 1989). Nessa lógica, o artigo 185, adverte que “são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que o proprietário não possua outra; II – a propriedade produtiva”. Em seu parágrafo único ficou definido que “A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social”.

Por outro lado, a partir dessas determinações, Motta (2014) entende que as normas estabelecidas apontam uma série de imprecisões, afinal, “a Carta transferiu para legislações complementares as normas definidoras dos requisitos necessários para o cumprimento da função social da propriedade” (2014, p. 15), prescrito no artigo posterior, de número 186.

Nessas circunstâncias, podemos notar que o termo “propriedade produtiva” fundamentou nos termos de Motta (2014) “uma deformação conceitual e uma impropriedade semântica” (MOTTA, p. 15, 2014), se eximindo de um compromisso plantado pelo próprio governo brasileiro na medida em que oculta, como denuncia Gomes da Silva “uma armadilha legal”.

Como se não bastasse, o texto não traz nenhuma referência ou solução prática para o problema da grilagem,

(...) ainda que muitos soubessem que boa parte das chamadas propriedades produtivas haviam sido instaladas em áreas, antes objeto de um complexo processo de grilagem em terras devolutas. Isso significa dizer que para fazer jus aos interesses da UDR, os parlamentares pouco fizeram para condenar e punir a prática centenária de ocupação ilegal de terras no país (MOTTA, p. 16, 2014).

Por outro lado, como resultado da luta dos movimentos sociais, temos que reconhecer que a Carta Magna trouxe alguns avanços, particularmente, em relação à discriminação das terras indígenas e para os remanescentes de comunidades quilombolas. Para os primeiros, em um momento único na história do Brasil, a constituição do país redige um capítulo inteiro dedicado às nações indígenas. No entanto, a Constituição estabelece o prazo de cinco anos, a partir de sua promulgação, para o termo da demarcação das terras dos povos indígenas<sup>27</sup>.

Após mais de trinta anos, os embates ainda não cessaram, principalmente pela imensa dificuldade de executar, em favor dos povos indígenas, as medidas estabelecidas em lei. Questões que sempre devem ser salientadas, pois ainda persistem as dificuldades no processo de demarcação daquelas terras. Em contrapartida, se tratando dos avanços, a Carta Magna compartilhou uma crítica ao racismo e às diversas formas de preconceito (MOTTA, 2014).

---

<sup>27</sup> Ato das Disposições Constitucionais Transitórias Artigo 67: “A União concluir a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”. Constituição do Brasil, Op. Cit, p. 155.

Interessante notar que essa luta não cessou com a promulgação da Constituição, especialmente, pela determinação do prazo de 5 anos, a partir da publicação da Carta, para que a terra indígena seja reconhecida e demarcada. Atualmente, uma das maiores bandeiras de luta dos povos indígenas se concentra na derrubada do “Marco Temporal”, uma tese que ganha força em 2017, através de um parecer emitido pela Advocacia Geral da União, do então presidente Michel Temer, que entendera que o julgamento direcionada a uma sociedade indígena específica valeria para todos os outros povos. Na ocasião estava em julgamento o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, marcada por conflitos entre indígenas e fazendeiros. O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2009, resolveu a questão decidindo que a terra pertencia aos indígenas pelo fato de viverem nesse território desde 1988, ano da promulgação da Carta Magna. A interpretação defendida pela AGU entra em desacordo com o entendimento do STF. Em 2013, a Corte admite que o julgamento da Raposa Serra do Sol era distinto de outros embates por terras disputas com povos indígenas. Daí a bancada ruralista em defesa da preservação do latifúndio predatório utiliza o parecer emitido pela AGU para entrar com ações contra demarcações de terras indígenas reivindicadas após a promulgação da Constituição de 1988. Não é de se surpreender que a mesma tese também seja defendida pela bancada ruralista, instituições e empresas ligadas ao agronegócio. Tendo em vista esse obstáculo, os povos indígenas temem perder o acesso e permanência em suas terras tradicionais em processo de demarcação. Afinal de contas, segundo as lideranças indígenas, a tese do “Marco Temporal” estaria em desacordo com a própria Constituição Federal, que no Artigo 231 reconhece aos indígenas a “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Nessa perspectiva, a luta indígena salienta que a obrigação do Estado é demarcar e proteger os territórios indígenas. A demarcação de Terra indígenas no Brasil ainda é um processo lento e repleto de conflitos intensos. “Segundo a FUNAI, ainda há 245 processos de demarcação de Terra indígenas ainda não concluídas”. Uma luta histórica dos indígenas brasileiros, marcada por uma perseverança que busca sobreviver e preservar suas culturas ultrapassando um marco temporal inventado pela legalidade burguesa, que sempre fez vista grossa a suas bandeiras. (CANDIDO, Marcos. O que é o Marco Temporal e como ele impacta os povos indígenas. UOL notícias, São Paulo, 02/06/2020. De Ecoa. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/06/02/o-que-e-o-marco-temporal-e-como-ele-impacta-indigenas-brasileiros.amp.htm>.

A respeito desse processo, o texto constitucional de 1988, pela primeira vez na história, concedeu à luz das leis o direito à terra para os descendentes de quilombolas ao determinar a propriedade coletiva de suas posses. De acordo com a medida fica acordado “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”<sup>28</sup>.

A partir desse processo, ao consagrar tal direito através do viés identitário, a Constituição ratifica uma lei que visa proteger as culturas produzidas e reproduzidas pelos indígenas e também pelas populações afrodescendentes em seus territórios tradicionais, ao estabelecer no parágrafo quinto do texto constitucional o tombamento de “todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”<sup>29</sup> (Capítulo III. Título VIII. Da Ordem Social. Da educação, da cultura e do desporto. Seção II. Da cultura. Artigo 216, Constituição do Brasil. *Op. Cit*, p. 124).

Todavia, entendendo esse processo em outra perspectiva, como observa Márcia Motta “a consagração do termo *remanescente de quilombo* desnuda as ambiguidades presentes na generalização do conceito em sua relação com a Reforma Agrária no Brasil” (2014, p. 16-17)<sup>30</sup>. Nessa medida, ao procurar atender as reivindicações pelo direito à terra apenas à alguns setores sociais específicos, antropólogos e historiadores denunciam a execução de uma reforma agrária em migalhas<sup>31</sup>, que estreita nossa visão sobre o espectro das grilagens no país.

Nesse sentido, podemos notar que o campesinato, em toda sua diversidade, não foi prioridade no texto constitucional de 1988, que deu provas de sua incapacidade de resolver problemas históricos causados pela propriedade privada da terra. Ao tratar a questão agrária através de políticas compensatórias, destinando àqueles apenas migalhas, contribui para que os diversos movimentos do campo tenham que se engalfinhar para conseguirem dividir entre si estas migalhas.

Isso significa que, a partir do que foi chamado de judicialização da questão agrária (MOTTA, 2015), a reforma agrária em migalhas sugeriu aos pobres do campo

---

<sup>28</sup> Capítulo III. Título VIII. Da Ordem Social. Da educação, da cultura e do desporto. Seção II. Da cultura. Artigo 216, Constituição do Brasil. *Op. Cit*, p. 124.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> MOTTA, Márcia. Brecha negra em livro Branco: artigo 68, remanescentes de quilombos e grilagens no Brasil. In Mendonça, Sonia. Estado e historiografia no Brasil. Niterói: EDUFF, p. 231-255, 2006.

<sup>31</sup> NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF. 1997.

que, para conseguirem o título de propriedade de suas posses, devem se inscrever na categorização de remanescentes de quilombos, uma brecha possível para quem teve seu direito à terra historicamente negado e por diversas vezes teve suas necessidades vistas com desdém pelas leis brasileiras.

Ao longo da história brasileira a reivindicação por terra ocorreu sob diversas roupagens e sob variadas circunstâncias, sempre na busca por reparar os problemas marcados pela concentração de terra fundiária. E a Constituição de 1988 acaba produzindo brechas para a reivindicação e reconhecimento das terras indígenas e terras quilombolas, mas também criou uma “armadilha jurídica” (MOTTA, 2014). Diante desses fatores, para os pobres do campo é preciso se identificar em uma identidade étnica para ter alguma possibilidade de ter um pequeno pedaço de terra.

Assim, o sujeito é gestado pelos próprios dramas históricos experimentados pelos seus antepassados, emergindo pela dialética das circunstâncias contraditórias do tempo, especialmente, pelos efeitos dos processos iniciados na colonização. É o que de algum modo, ameniza as irracionalidades da Estado burguês, na reprodução de um modo singular de inserção social através de uma ação de resistência e adaptação ao mesmo tempo<sup>32</sup>. A respeito desse contexto, Motta (2014) salienta que

A nova geração de historiadores, em sua maioria distante dos temas que envolvem à questão agrária brasileira, desconhece todos os embates que foram postos a nu, quando da Constituinte de 1988. Entre as várias querelas, não há dúvida de que as discussões sobre o que iríamos chamar de Reforma Agrária foram marcantes, assim como também foi memorável a derrota sofrida pelos adeptos de uma reforma agrária à esquerda (MOTTA, 2014, p. 22).

Nesse sentido, o que para alguns foi motivo de celebração, - na carta aclamada como “Constituição cidadã” – as reivindicações históricas dos movimentos sociais do campo, na realidade, tiveram uma derrota profunda. Sendo interpretada como um retrocesso imenso, principalmente, na visão para os setores da esquerda que construíram as propostas elencadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, encaminhada aos constituintes.

O que nos leva a tentar entender como se estabelece os processos de resistência das populações camponesas injustamente despossuídas. Por essa perspectiva, entendendo que a educação é um elemento fundamental para plantar a semente da

---

<sup>32</sup> TROMPSON, E.P. *Tradicón, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedade pré-industrial*. Traducción Eva Rodríguez. Barcelona: Editorial Crítica, p-62-134, 1979.

esperança por justiça social em todas as frentes de conflito, tentaremos analisar esse instrumento enquanto caminho interessante para pensar os processos sócio-históricos que atravessam a luta por terra.

## **CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO COMO FONTE DE LUTA: APONTAMENTOS SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS, PEDAGOGIA DA TERRA E A NOÇÃO DE PROFESSOR-MILITANTE**

Nessa etapa do texto, antes de entender a história do Assentamento 10 de abril e os processos sociais e políticos que atravessam sua trajetória de luta, tentaremos aqui pensar um pouco sobre os debates sobre a educação enquanto elemento político determinante nas lutas no campo e um pouco dos fundamentos que constituem seus apontamentos. Pois acreditamos que é possível debater a luta pela terra e a questão agrária em consonância com um projeto de educação específica e contextualizada.

Junto a isso, tentaremos trazer para o debate e desenhar alguns fatores para a forma e o conteúdo dessas lutas. Afinal, acreditamos que é necessário debater qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação que está sendo entregue aos sujeitos do campo (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011). Para isso, usaremos um amplo material impresso como elementos que foram produzidos sob efeito dos processos e estruturas que iremos explorar neste trabalho. Ademais, nos apoiaremos em um aparato referencial que nos ajudará a desenvolver, dentro de nossas condições, uma discussão fundamentada.

A educação com “a cara” do campo ainda é algo que está sendo elaborado, especialmente, pelo fato de ser um espaço tão diverso e plural. Portanto, deveria ser elaborado um modelo de educação que foge das formalidades curriculares oficiais e mercantilizadas. Uma proposta que está sendo debatida e constantemente problematizada, o que o leva a ser um modelo em construção.

Essa educação voltada para a vida dos filhos e filhas de trabalhadores rurais precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa (CALDART, 2011). Todavia, sua especificidade não deve ser anulada da coletividade e do meio social, pois “deve ser [uma] *educação*, no sentido amplo de *processo de formação humana*, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz” (CALDART, 2011, p. 24).

### **2.1 Paulo Freire e a educação do campo: reflexões de um debate em construção e o Assentamento 10 de Abril**

Para seguirmos essa via, antes, procuraremos entender como se dá o próprio processo de educar e o ofício do professor em meio a esses processos. A obra de Freire (1996) intitulada “Pedagogia da autonomia”, traz importantes apontamentos e reflexões relacionadas aos princípios que norteiam a prática educativa. Suas ideias refletem um quadro específico da história política e educacional no Brasil que pouco tem mudado ao longo dos anos. O que reforça a importância de suas colocações, especialmente, num momento de ataques e desvalorização sistemática da categoria de professores e professoras.

Freire (1996) nos apresenta tanto um entendimento do caráter da função docente em si, como também, as variadas possibilidades que a educação escolar pode agregar no processo de formação humana. Numa lógica rigorosamente metódica e ao mesmo tempo crítica e emancipatória, o autor nos faz pensar para além de questões exclusivamente pedagógicas e técnicas, problematizando a dimensão política da prática docente apontando e advertindo sobre questões que afetam o processo de ensino-aprendizagem. A partir dessas circunstâncias, adverte-nos sobre a necessidade de agirmos através de uma postura vigilante e combativa contra todas as formas de desumanização que permeiam a sociedade e que poderiam ser revertidas com o “pensar certo” da prática pedagógica, adequada às necessidades dos indivíduos e à realidade na qual ele foi moldado.

Segundo Freire (1996) é através de um permanente exercício de autorreflexão crítico e de um fortalecimento do Saber-Ser do conhecimento exercitado - sendo trabalhados conjuntamente - que podemos conduzir uma apreciação analítica do conjunto de “verdades” construídas pelo discurso neoliberal; daqueles que colaboram para o regresso humano e das práticas que sustentam a naturalização das desigualdades. Para assim, conseguirmos reduzir minimamente o impacto de uma conjuntura na qual as ideias neoliberais e imperialistas, como também, o estímulo ao individualismo e uma autonomia invertida, continuam provocando sérios danos à esfera educacional.

Todavia, para o educador, seria necessário, antes de mais nada, uma mobilização coletiva por parte não somente da categoria docente, mas também das instituições nas quais ele representa. Que deveriam estimular uma leitura reflexiva e combativa frente a disseminação desse discurso ideológico.

Considerando o mal estar conduzido pela lógica capitalista de mercado e do pensamento individualista, Freire (1996), em contrapartida, trata sobre o estímulo à solidariedade enquanto compromisso histórico de toda humanidade, isto é, como uma das alternativas para promover e construir uma “ética universal do ser humano”. Suas propostas, dentro de uma teoria utópica de pensamento, têm no ideal da pedagogia da autonomia uma das possibilidades para reversão de um quadro marcado pelo discurso conservador e negacionista.

Nesse sentido, é preciso ir além do próprio processo educativo formal. Em 1992, o Setor de Educação do MST, logo no seu primeiro boletim impresso<sup>33</sup> e publicado, com o título “Como deve ser uma escola assentamento”, orientava que nas organizações sem terra, o professor precisa assumir a coordenação pedagógica das lutas nos assentamentos da reforma agrária. Pela implementação de uma proposta de educação voltada para as necessidades dos sujeitos do campo.

Populações que têm referência na luta por terra e dignidade, e, como qualquer cidadão de direito, seja do campo ou da cidade (Boletim de Educação, nº 1,1992). Nesse sentido, o professor deve ser militante. Mas quais seriam as condições e capacidades que um professor militante deveria assumir e exercitar no processo educativo? Logo abaixo veremos um fragmento impresso do MST que esclarece os pontos que regem os princípios desse movimento social:

---

<sup>33</sup> Juntamente com o próprio Jornal Sem Terra, o Boletim da Educação - produzido e idealizado pelo Setor de Educação do movimento -, fez do MST uma organização que enfatiza reflexões e ações além dos debates que envolvem a militância pela reforma agrária, mas também iniciativas nos campos da educação de crianças e alfabetização de adultos e no campo das atividades jornalísticas, através do Jornal do Movimento. Iniciativas que complementam um projeto político e social composto por “diversas linhas editoriais orientadas para formação política, para formação técnica, para a educação e para a organização social e econômica” (FERNANDES, p. 149, p. 1997).

- 1º) PERTENÇA IDEOLÓGICA: identificação com os interesses e os objetivos da luta do MST. Não importa se o professor é "de dentro" ou "de fora" do Assentamento. A pertença ideológica é uma opção que se constrói na luta.
- 2º) CLAREZA POLÍTICA: sabe onde quer chegar com o seu trabalho e porquê. Consegue situar cada ação cotidiana numa estratégia maior. Cada aula é um passo na construção da proposta de educação. E a proposta de educação, por sua vez, é um dos instrumentos da luta do MST, que também faz parte da luta maior da classe trabalhadora .
- 3º) CONSCIÊNCIA DE CLASSE: um professor que não se identifique como trabalhador , tampouco se identificará com a luta de um movimento de trabalhadores.
- 4º) AMOR PELA CAUSA DO POVO E CRENÇA PROFUNDA NO SEU TRABALHO: um professor que acredita no que está fazendo é capaz de superar os obstáculos do dia a dia e é capaz de animar os companheiros nos momentos difíceis e celebrar com eles pequenas vitórias.
- 5º) DISCIPLINA PESSOAL: ser capaz de conjugar objetivos pessoais com os princípios da ORGANIZAÇÃO e a partir daí cumprir suas tarefas com o máximo de empenho e dedicação pessoal. Ninguém milita sozinho . Ninguém milita fora de uma organização. E o professor , geralmente acostumado a um trabalho mais isolado precisa romper com o isolamento e engajar-se na organização maior através do setor que lhe é mais específico que é o Setor de Educação .

Figura 5: Boletim da Educação, Setor de Educação do MST, nº 1, p. 13, 1992).

A partir desses pontos, entendemos que a atuação do professor sem terra se torna mais desafiadora por obrigá-lo a explorar espaços além da sala de aula. Uma vez que, a vida do profissional e o ofício docente devem estar totalmente conectados com os princípios da organização sem terra. Logo, os professores devem ter consciência de sua identidade e dos processos que os levaram até onde eles se encontram, para assim, saber transformar cada ação educativa em um objetivo maior.

Nessa mesma lógica, Freire (1996) sistematiza suas ideias tentando romper com o processo antagônico que existe entre o ensino aprendizagem e o professor diante da detecção de problemas e a produção de soluções para superá-las, tratando a natureza ética da prática educativa enquanto um fenômeno meramente humano (FREIRE, 1996, p. 11). Nesse jogo, é preciso, primeiramente, deter o fatalismo da ideologia neoliberal ou ao menos minimizar seus efeitos. Para assim, neutralizar as manifestações políticas e culturais que imobilizam a liberdade do professor.

O predomínio do neoliberalismo na educação, segundo Freire (1996) favorece o discurso da naturalização das dificuldades no ensino, por desconsiderar que existem

possibilidades de revertermos o quadro de contradições, nada podemos contra a realidade social. Afinal, por ser algo “histórico e cultural”, o contraditório se transformou em algo “natural”. Esses discursos, para o autor, expressam os perigos da ideologia neoliberal e seu caráter imobilizador.

Dentro do mundo rural, esse debate nos leva a também entender outras consequências dessa ideologia. Um de seus efeitos é a perspectiva do coletivismo total, uma ideia que leva os camponeses a isolarem-se do corpo social, em um sentido autoritário e atrasado, que exclui as estruturas maiores do individual, não dando condições que sujeitos do campo ajam ou ao menos pensem sobre suas consequências nefastas. Essa visão

Defende que deixar o camponês por si só resolva os seus problemas ou que simplesmente se integre no mercado e vire um pequeno capitalista. Nosso programa agrário procura superar ideologicamente essas dicotomias. Ele representa uma proposta de como reorganizar o meio rural no Brasil, para democratizar a terra e o conhecimento (STEDILE e FERNANDES, 2012, p. 78).

Uma perspectiva educativa-crítica que dá continuidade às contribuições de Freire (1996) para o universo da educação. Especialmente, quando ele alerta sobre a importância de uma permanente e incisiva reflexão crítica sobre a prática. Uma exigência que precisa de uma articulação firme com a teoria.

Princípios que, segundo Paulo Freire, deveriam ser indispensáveis para formação docente, principalmente, pelo fato de os educadores serem peça-chave na condução e reprodução dos saberes produzidos. Um passo importante para que o docente consiga reconhecer que ensinar não é simplesmente transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou sua reconstrução (FREIRE, 1996, p. 12).

Esses elementos têm uma relação direta com a História Social<sup>34</sup>. Uma perspectiva que nos trouxe enormes possibilidades na busca por essa aproximação com a realidade dos alunos e que valoriza suas experiências cotidianas. Enquanto elemento de abordagem, Jim Sharpe (1992) realça o fato de que sua visão abriu a “possibilidade

---

<sup>34</sup> As contribuições da História Social por sua identificação com uma História das pessoas comuns - “História vista de baixo” -, ocultadas e silenciadas pelo conservadorismo decadente no sistema educacional, nos obrigada a fazer essa associação com as reflexões de Paulo Freire e as propostas direcionadas aos povos do campo, justamente por suas preocupações em entender a realidade popular mais afundo, tentando atingir o íntimo, ao mesmo tempo que, procura valorizar tais experiências, fazendo das pessoas comuns sujeitos históricos atuantes e protagonistas da história.

de uma síntese mais rica da compreensão histórica da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de História” (SHARPE, 1992, p. 53-54).

Antigamente, ou pela visão clássica da reforma agrária, era só dividir a terra. Para nós [MST], tão importante quanto distribuir terra é distribuir conhecimento. Somos parte de um processo mais amplo de desenvolvimento do meio rural, para que conseqüentemente as pessoas se desenvolvam, sejam mais felizes e mais cultas, mesmo morando na roça. (STEDILE e FERNANDES, 2012, p. 78).

Nesse processo, na visão de Freire (1996) devemos procurar refazer e reconstruir o saber aprendido e ensinado. Mas no cenário da luta pela terra, como desenvolver essas ideias? Entendemos que para responder essa indagação deveríamos adentrar em zonas que envolvem a própria concepção de conhecimento e educação. Acreditamos que a proposta definida por Stedile e Fernandes (2012) não é uma determinação ou uma imposição arbitrária por ser um caminho que não faz sentido diante da diversidade e pluralidade de espaços de luta pela reforma agrária.

Por essa razão, tem a intenção de apresentar opções e contribuir para que os alunos e professores sem terra cheguem a uma atitude crítica, ativa e reflexiva diante do conhecimento produzido e dos desafios apresentados cotidianamente. Optando não somente pela preservação e valorização da experiência dos camponeses e camponesas, como também, dos outros sujeitos históricos expropriados de seu saber e identidade (REIS, 2001).

Nessa medida, um ensino que resulta de um aprendizado na qual o sujeito ainda não se tornou competente para recriar ou refazer o que aprendeu, não passa de um ensino superficial e desarmado (Freire, 1996). O ensinado é realmente aprendido pelo aprendiz no momento em ele se torna capaz de redesenhar o que aprendeu de acordo com suas vontades e prazeres, adaptando-os a seus saberes anteriormente existentes, para assim, criar condições de aplicar no ambiente ou nas relações que o cercam.

Entretanto, antes de mais nada, para que uma verdadeira aprendizagem seja construída, é preciso que o educador esteja amparado por um método coerente e rigoroso. Para que, assim, seja possível dos educandos tenham possibilidades de serem sujeitos na construção e reconstrução do saber ensinado. Nesse processo, o objeto

“ensinado é aprendido na sua razão de ser e, portanto, aprendidos pelos educandos” (FREIRE, 1996, p. 14).

O Boletim da Educação na sua primeira edição, especifica o elemento que veio se tornar título em um dos pontos abordados na edição: “O ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade”. Nesse ponto, é reforçado a importância da prática no trato da teoria. Um fator que leva o estudante a entender e explorar espaços e discussões que vão além da questão agrária e do seu espaço de vivência.

O ensino corresponde ao repasse dos conteúdos ou da teoria. É através do ensino que os alunos entram em contato com o conhecimento já acumulado pela humanidade nos vários campos da vida humana. São teorias que outras pessoas formulam a partir da prática delas. Conhecendo estas teorias podemos entender e melhorar a nossa prática, sem ter que inventar a roda novamente. Através de boas aulas as crianças vão se despertando para importância do conhecimento da história, das ciências. Vão entendendo que o mundo é bem maior do que aquilo que enxergam no Assentamento. Podem ser aulas expositivas do professor, podem ser leituras, podem ser pesquisas com pessoas, podem ser debates. O importante é que o ensino gere aprendizagem, ou seja, que as crianças consigam se apropriar e recriar cada conteúdo para poder usá-lo em sua vida (BOLETIM DA EDUCAÇÃO, 1992, nº1, p. 39).

A educação escolar posta-se diante de uma condição inerente à formação humana para que seja desenvolvida seu sentido coletivo, logo, contextualizado. E para que se torne possível, deve ser desenvolvido a partir das possibilidades e necessidades de quem ensina e aprende nesse jogo. Uma condição que deve ser conquistada mesmo quando os problemas são estruturais, produzidos pela precarização da educação voltada aos sem terra.

Um dos exemplos dessa experiência está aqui na Região do Cariri, no Assentamento 10 de abril, que tentou fazer funcionar a educação da comunidade mesmo quando o poder público não davam as mínimas condições para que isso se tornasse possível. De acordo com o texto produzido pelos próprios assentados:

Desde o início do assentamento, existe um grupo de jovens. Nos primeiros anos, o grupo atuava na plantação de bananeira. O trabalho era mais voltado para produção. Ainda faltava o elemento social, a formação intelectual da juventude. A parte social é fundamental na nossa caminhada. Em 2008<sup>35</sup>, a

---

<sup>35</sup> Existe uma imprecisão com relação ao ano em que a escola “Construindo o caminho” foi definitivamente fechada, pelo “Boletim de Sistematização” a escola foi fechada em 2008, mas segundo a

escola do assentamento foi fechada. No ano seguinte, uma nova geração de jovens se uniu, formada por quem estudou até a quarta série na nossa escola, batizada de “Construindo o Caminho”. Não era somente Português e Matemática, mas uma educação contextualizada que trazia a nossa cultura, a nossa história e a nossa identidade (BOLETIM DE SISTEMATIZAÇÃO, 2019, p. 5).

A comunidade assentada 10 de abril percebe que além de uma escola, é necessário construir um espaço que dê oportunidade de desenvolver uma aprendizagem contextualizada. Pois a luta pela terra tem seus horizontes ampliados quando seguem o caminho da prática educativa. Essa atitude está de acordo com o que Bernardo Mançano Fernandes argumentou em uma matéria publicada no impresso “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” em uma matéria publicada em 1994. No comentário, Fernandes (1981) coloca que: “A educação é parte fundamental da luta pela terra, portanto não podemos deixar de pensar o que queremos das escolas de assentamentos e acampamentos”. (FERNANDES; JORNAL SEM TERRA, nº 1, 1981, p. 7).

Nessa medida, quando procuramos debruçar sobre os problemas que afligem a educação direcionada a população camponesa e sem terra, não falamos em problemas de natureza metodológica, afinal, não podemos nos limitar os procedimentos de ensinar e aprender, principalmente porque o processo educativo não se restringe ao chão de sala, mas continua, sem paragens, em cada palmo de nossa terra.

A pedagogia precisa dominar meios de influência tão universais e poderosos que, quando nosso educando tropece em qualquer influência nociva, inclusive as mais poderosas, estas possam ser dominadas e liquidadas por nossa influência. Portanto, de modo algum podemos imaginar que o trabalho educativo somente possa ser exercido em classe. Ele dirige toda a vida do aluno (MUKARENKO apud LUEDEMAN, 2017, P. 317)<sup>36</sup>.

As escolas também devem ser espaços de reflexão da própria luta. Onde pode-se compreender a nova realidade que vem sendo construída. “Os professores, as crianças, os jovens e os adultos das escolas de assentamentos ou de acampamentos, não podem ficar ausentes das reflexões sobre suas realidades” (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, nº 1, 1981).

---

liderança da comunidade e representante da associação da comunidade, a escola resistiu até o ano seguinte, tendo seus trabalhos encerrados definitivamente nos meses finais de 2009.

<sup>36</sup> MAKARENKO, Anton, apudm LUEDEMAN, Cecília da Silveira. Anton Makarenko: vida e obra, a pedagogia na revolução, 2 ° ed. São Paulo: Expressão popular, 2017. P. 317.



Figura 6: Capa do impresso “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, em sua edição nº 1, lançada no ano de 1994.

Uma perspectiva que compreende que o acesso de quem ensina e aprende não deve se restringir ao domínio do saber, “mas que possa chegar a controlar o processo de produção/reprodução dos conhecimentos técnicos e científicos” (FREIRE *apud* NOGUEIRA, 1993, p. 91). Assim, não deve estar relacionado “com o repasse mecânico dos conteúdos: [quando] o professor fala, a criança decora, escreve numa prova e depois esquece. Esse é o tal do ‘ensino bancário’ que não leva a uma aprendizagem real e por isso não ajuda em nada” (BOLETIM DA EDUCAÇÃO, 1992, nº 1, p. 39).

Afinal de contas, como deve ser produzido o conhecimento nesses espaços? Para responder esse questionamento, o boletim traz uma reflexão com a educação no campo da tecnologia computacional ao mesmo tempo que sistematiza algumas diretrizes fundamentais:

- 19) A gente tem uma necessidade concreta de aprender/conhecer alguma coisa. Ex.: Nunca mexi com um computador e me colocam diante de um para que eu comece a trabalhar com ele. Ou seja, é minha necessidade concreta saber como ele funciona e

como devo lidar com ele.

- 2ª) A gente passa a buscar informações e explicações sobre a coisa. Se tiver um professor de computação à mão, peço que me ensine. Se não, busco um manual que me dê pelo menos as primeiras instruções. Através delas começo a mexer com o "bichinho". Estou na fase da ASSIMILAÇÃO do conhecimento, ou seja, começo a entrar em contato com a teoria da computação, mas ainda nos seus rudimentos e com muita insegurança.
- 3ª) A gente vai agindo e dominando a coisa. Testando as primeiras informações, errando e acertando, descobrindo mais um e depois mais outro livro sobre computadores, perguntando aqui e acolá mas, principalmente, "quebrar a cara" na prática, aos poucos vou dominando esta ciência. Esta é a fase de APROPRIAÇÃO do conhecimento, onde já circulo com segurança sobre o assunto, onde já consigo formular questões certas para continuar avançando.
- 4ª) A gente passa a recriar a coisa. Já domino tanto o uso do computador que começo a inventar novos programas, novas linguagens, percebo falhas na própria teoria, chego a ser mestre na arte da computação. Aí estou na fase da CONSTRUÇÃO propriamente do conhecimento.

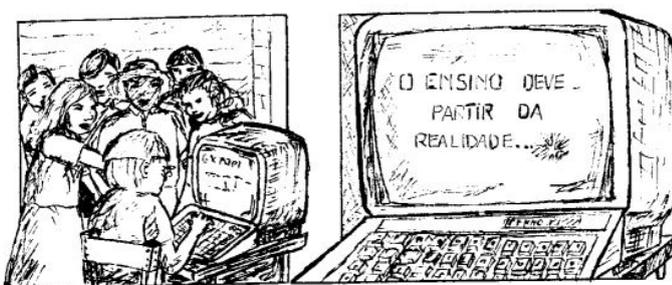


Figura 7 e 8: Boletim da educação, Jornal Sem Terra, part. 1 e 2. (edição nº 1, 1981, p. 6)

É a partir dessa passagem do boletim que entendemos que Freire (1996) falava de “pensar certo”. Algo que exige rigorosidade metódica, que só será desenvolvida a partir de um alinhamento com a pesquisa científica. Indagações, questionamentos, estranhamentos, a investigação e a autoavaliação, que fazem parte da natureza da prática docente, só serão estruturadas no momento em que seja estabelecida uma formação permanente conduzida pela pesquisa.

Outro elemento importante da obra, é quando o autor afirma que o ato de ensinar exige respeito aos saberes dos educandos.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida?” (FREIRE, 1996, p. 15).

Dessa maneira, os conteúdos devem fazer sentido a suas vidas e para construir sentido ao saber ensinado é preciso conhecer elementos da realidade concreta dos alunos que favoreçam a inter-relação com saberes conduzidos pelo educador em sala.

Em síntese, fazer pensar certo, demanda aprofundamento e não superficialidade na compreensão e interpretação dos fatos. Isso pressupõe a disponibilidade da revisão crítica dos saberes em comunhão, possibilitando aos alunos não apenas aprender, mas desenvolver a capacidade de revisar seus aprendizados e descobertas. Nesse jogo, o pensar certo que busca superar o pensar espontâneo, precisa ser produzido pelo próprio aprendiz juntamente com o professor-formador.

Quanto mais os alunos são estimulados a assumirem sua condição e possibilidades de transformação - percebendo suas razões de ser e do porquê que estão sendo – mais tornam-se capazes de mudar tal quadro. Saindo do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. Essa proposição, quando associada aos povos do campo, apesar de poder ser entendida como uma tendência ideal - considerando suas perspectivas organizativas e postura contra-hegemônica desse setor social -, também é um desafio imenso, especialmente pelas condições estruturais e ausência de políticas públicas que afligem as populações camponesas.

O despertar da natureza política deixa de ser uma mera utopia e passa a ser tornar realidade. No sentido de que, no momento que os alunos não só passam a identificar sua dimensão individual, mas principalmente as particularidades do lugar em que estão inseridos, acabam saindo de sua postura ingênua e alcançam novas formas de viver em sociedade através de uma perspectiva autônoma e ativa.

Acreditamos que estaríamos equivocados se fossemos buscar conclusões e verdades para o debate sobre a educação ideal voltada para os povos do campo. Afinal, a educação do campo ainda está se construindo, é um projeto em germinação. Um projeto de educação que os assentamentos espalhados pelo Brasil seguem em uma sintonia cheia de avanços, derrotas, regressos e conquistas; alguns mais avançados que outros, todavia, todos seguindo e carregando saberes, valores e aspirações sem perder as rédeas de uma caminhada sempre cheia de descobertas e desafios.



Figura 9: Bandeira do MST exposta no interior da sala de aula da escola “Construindo o Caminho” Assentamento 10 de abril, Crato. (Foto: Judson da Silva, 2006).

O foco de nossas discussões não é somente a escola, o currículo, a metodologia e a qualificação profissional. Como educadores, devemos ficar atentos e entender como dentro do movimento social de luta pela terra vem formando pessoas e sujeitos históricos. Ao passo que vão educando um novo homem, uma nova mulher, uma criança, um jovem ou um adulto (ARROYO, 2011). Por essa razão, nosso intuito é entender suas implicações e analisar suas possibilidades concretas. Uma caminhada que só descansará quando a obscura realidade que oprime o mundo camponês deixe de ser vista como natural e passe a ser convertida em autoestima e esperança em dias melhores.

## **2.2 Florestan Fernandes: Escola do campo e o ser professor-militante**

Em 1920, nascia no interior de São Paulo aquele que posteriormente viria a se tornar um dos pensadores brasileiros mais aclamados do século passado. Como um declarado Sociólogo Socialista, superando entraves e perseguições, tornou-se

responsável pela elaboração de uma teoria de interpretação da sociedade brasileira, que, na medida que busca compreendê-la, procura transformá-la revolucionariamente, a partir de suas condições e necessidades históricas.

Mesmo não sendo o ponto central de nossa discussão do trabalho, colocaremos suas reflexões em evidência pelo fato de ser uma figura referência na construção do MST. Não é à toa que a Escola Nacional de Formação de Quadros do MST leva seu nome. E por serem diversos motivos, não ousaremos tentar sintetizá-los.

O que não podemos deixar de reverenciar - considerando seu legado teórico e político -, é que parte das reflexões e questionamentos de Florestan Fernandes nos parece muito atual. Ademais, é de grande valia buscar compreender as orientações e práticas políticas de todos aqueles que procuram atravessar e superar a ordem burguesa e clamam pela construção de uma sociedade mais humana.

Dada a rica, fascinante e abrangente obra produzida por Florestan Fernandes, torna-se inviável resumir nesse pequeno texto suas contribuições diretas e indiretas para a realidade da educação, mesmo assim, tentaremos a partir de uma reflexão pontual, entender um pouco dos dilemas da educação escolar no contexto brasileiro tomando como referência algumas de suas produções.

Essa contribuição está presente na obra “A formação política e o trabalho do professor” (2019), que traz expressivas contribuições no debate sobre questões educacionais e, especificamente, sobre as relações que envolvem a postura do professor diante das relações internas e externas ao espaço escolar.

No texto, que relata alguns elementos importantes da vida e obra de Florestan Fernandes - que está acompanhada de um conjunto de artigos produzido por pesquisadores do campo do pensamento marxista - podemos notar uma série de reflexões objetivas e organizadas em torno de uma lógica anticapital. Nos ajudando a entender a realidade material e, por extensão, a situação da educação na atual conjuntura política, social, cultural e histórica do Brasil.

Algumas dessas ideias foram produzidas nas décadas de 1980 e 1990, o que dentro de uma perspectiva mais geral, nos ajuda a entender as contradições estruturais que tencionavam a sociedade brasileira e, por extensão, os povos do campo. As contradições, mesmo que frequentemente maquiadas e banalizadas, permanecem

conduzidas por autores diferentes, o que reforça a necessidade de uma discussão mais coerente, pontual e objetiva.

Ainda no início da primeira metade do século XX, Fernandes (2019) alertava, em seus textos, sobre a necessidade de uma escola pública, laica e de qualidade em todos os níveis e instâncias. Suas reflexões giram em torno de pautas concretas e urgentes, ao problematizar as lacunas e imprecisões historicamente presentes na educação e no pensamento educacional. Tratando estas não apenas como problemas meramente pedagógicos, mas, discutindo dentro de uma condição provocada por quadro estrutural e de crise histórica maior.

Nessa medida, quando se fala em uma escola do campo “não precisa ser uma escola agrícola”, fala-se, contudo, que essa escola “será necessariamente uma escola vinculada a cultura que se produz por meio de relações sociais mediadas pelo trabalho na terra”, logo, propõe-se que seja construída um espaço que estabeleça um diálogo permanente com as dinâmicas e saberes escolares a partir da relação com o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (KOLLING, 2002, p. 37).

Uma perspectiva que tem relação com a educação de formação integral, que carrega claras referências do pensamento socialista<sup>37</sup>. Que busca romper com as orientações da escola no modelo burguês que procura distanciar a prática educativa dos processos substanciais da produção da vida e que atravessam a realidade social. Contudo, essa perspectiva de educação integral seria aquela que busca valorizar e elevar o trabalho como algo elementar à formação humana, como um elemento intrínseco aos saberes e conhecimentos produzidos através das relações sociais.

Assim, presume-se que forças estritamente humanas, na integração dos membros do seu próprio corpo; o faz buscar a apropriação da “matéria natural numa forma útil para sua vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la nela adormecida e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (MARX, 1996, p. 297).

---

<sup>37</sup> A respeito da relação achamos conveniente trazer uma colocação atribuída a Suchodolski (1976, p; 179), quando ele faz uma reflexão entre a teoria de Marx com a educação: “A teoria de Marx apresenta ao trabalho educativo, sob relações de ordem classista, tarefas completamente novas. Mostra ao ensino que a única saída da alternativa entre oportunismo e utopia está na obrigação de contrair um pacto com a prática revolucionária do movimento operário. Este é o único caminho para a verdadeira formação de homens novos. Isto significa que se devem mudar radicalmente muitas ideias tradicionais sobre o ensino, muitas concepções puramente escolásticas do trabalho educativo e do desenvolvimento da criança”.

Por essa razão, quando falamos das visões do movimento “Por uma Educação do Campo” (CALDART, 2012), estamos nos referindo não somente em ter escolas no campo, mas sim ao pressuposto de construir escolas do campo. Para esse fim, tem-se a necessidade de montar uma escola com um projeto político-pedagógico “vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo” (FERNANDES, 1999, p. 29). Portanto, as relações que expressam esse projeto político-pedagógico sugerem uma crítica à escolarização adaptada ao meio rural, algo que buscamos retomar ao final do terceiro capítulo.

Inicialmente, Fernandes (2019) levanta três pontos emergenciais, que, na visão do pensador, uma vez superados, reverteríamos esse quadro. Primeiro, a necessidade de nos libertarmos das amarras ideológicas oriundas de um modelo de sociedade que remete aos traços culturais do regime colonial (1822-1889). Segundo, a urgência de uma educação efetivamente democrática, no seu sentido estrutural e nas questões educativas presentes na escola. E por último, que o Estado, enquanto órgão fomentador e normatizador da educação, assuma o compromisso de destinar verbas públicas, exclusivamente, para educação pública, e deixar de investir substancialmente na iniciativa privada.

Junto a essas colocações, Fernandes (2019) já salientava em meados dos anos 1980, que a necessidade da valorização do trabalho docente deveria ser conduzida por uma formação política, para assim, fomentar a autoconsciência e a emancipação dos “de baixo” na escola. Ou seja, a valorização da educação deveria ser construída pela permanente formação política de quem faz a educação. O que resultaria, dentre outros efeitos, na libertação do discurso elitista de um país com traços coloniais.

Fernandes (2019) amparado por sua própria experiência de vida, como pesquisador e militante, adverte sobre a necessidade de romper a barreira que existe entre a concepção de cientista e educador. Nesse caso, essas duas funções deveriam ser conduzidas de mãos dadas.

Conforme orienta o Setor de Educação do MST, o professor expressa tal postura no momento em que exerce os seguintes princípios (Boletim da Educação, 1992, p. 13-14):

- *participam da organização do assentamento, ajudam a resolver os problemas do conjunto;*
- *integram um NÚCLEO do MST;*
- *participam dos momentos de festa e de convivência informal dos assentados;*

- participam de algum tipo de ação pública do MST ou do assentamento (briga por estradas, caminhadas, etc.);
- ajudam a organizar a Equipe de Educação do assentamento;
- buscam sempre trabalhar em conjunto com outros professores, especialmente no planejamento das aulas;
- participam dos cursos de Formação e capacitação chamados pela organização;
- conseguem defender com clareza de argumentos e competência prática a proposta de Educação do MST onde isto é necessário: perante os próprios assentados, perante os órgãos oficiais de ensino, etc;
- se empenham no estudo e na prática de cada um dos princípios pedagógicos dessa proposta, buscando permanente capacitação;
- aceitam e promovem avaliações periódicas sobre seu trabalho no Assentamento ;
- são exemplos: disciplina, dedicação e entusiasmo para as crianças.



Figura 10: Boletim da Educação, Setor de Educação do MST, nº 1, p. 14, 1992)

Para aqueles que usam a educação como arma para se defender da estrutura agrária desumana e injusta, a prática seria o ponto de partida e a produção do conhecimento seria o ponto de chegada. Na iminência de caminhar testando, dominando e refazendo dia a dia a prática educativa voltada para os sujeitos sem terra.

Conforme estabelece as próprias Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo (BRASIL-CNE, 2002), parágrafo único, tem-se mencionado essa correlação:

A identidade da escola do campo é definida pela vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (*Idem*, p. 246, 2002).

Nesse caminho, para Fernandes (2019), o “ser professor” é entender sua realidade e a importância do seu papel no meio em que o saber ensinado é exercido e praticado. Ou seja, o professor precisa ser amparado por uma postura de “professor-cidadão” e “ser humano rebelde”. Afinal, de nada adianta se esforçar para entender a realidade que o cerca se, nesse processo, o professor não exerce uma postura transformadora e crítica perante tal realidade. E quando se trata, particularmente, da atuação do professor na realidade brasileira, o papel educador deve ser alinhado, mais ainda, de um caráter cidadão, independente de seus princípios ancorados pelo senso comum.

As similaridades entre o pensamento de Freire (1996) e as reflexões propostas por Fernandes (2019) são claramente perceptíveis, especialmente, quando o sociólogo adverte que o comportamento crítico e engajado do professor precisa ser aplicado tanto dentro do espaço escolar como fora dos muros da instituição.

Essa perspectiva de educação pode ser canalizada até mesmo no próprio modo de vida. Proposta que lembra muito a lógica freiriana de educação transformadora. Nesse sentido, para prática docente seguir uma lógica transformadora - dentro ou fora de sala de aula -, ela precisa ser potencializada politicamente. Afinal de contas, devemos considerar, que ela está sendo exercida em uma país marcado por herança colonial reproduzida por uma colonialidade, como o Brasil, com condições de acesso e liberdades limitadas.

Em síntese, a atuação política da experiência educacional precisa ser fundamentalmente articulada à realidade prática e pensada a partir da própria escola e dos sujeitos que a compõem. E quando se trata do mundo rural - apesar de ser um debate em construção -, para que as propostas sejam levadas adiante, defendemos a ideia de que a constituição de um projeto de educação deve ser inseparável de um projeto político-social para as populações do campo. Especialmente, àquelas comunidades que nasceram no fogo cruzado da luta por reforma agrária.

### CAPÍTULO 3. CAMINHOS DA LUTA PELA TERRA: O EXEMPLO DO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL

A respeito da delimitação espacial do assentamento 10 de abril, a comunidade rural que está localizada no município do Crato – Ceará, nas proximidades do distrito Monte Alverne. Situada na Microrregião do Cariri cearense, há 497 km da capital Fortaleza e 31 km da sede do Crato. Neste município, para adentrarmos na comunidade precisamos seguir a CE – 055, em direção a outro distrito, chamado Dom Quintino. Após 12 km pela rodovia estadual, prosseguimos à esquerda em direção ao sítio Brea, através de uma estrada carroçável por 8 km, daí chegamos à comunidade assentada 10 de abril. Caminhos que nos levam a uma comunidade distante, mas não isolada e muito menos esquecida enquanto comunidade referência na luta pela terra na região caririense.

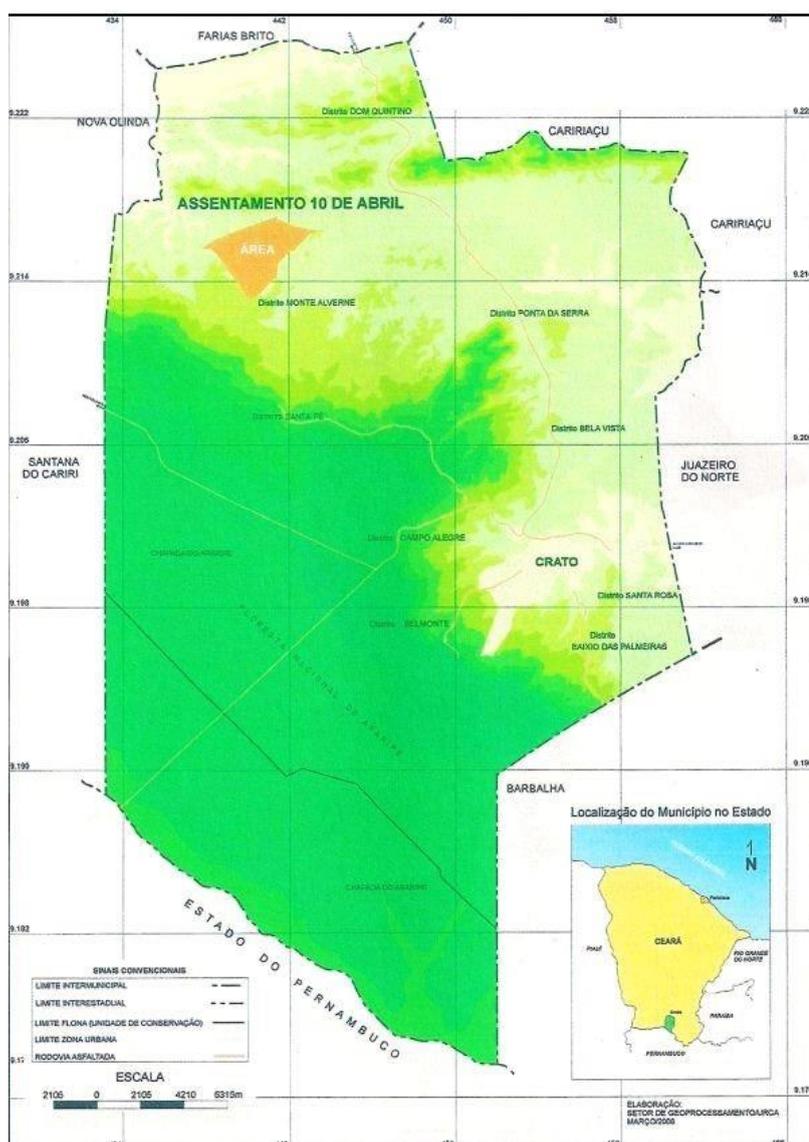


Figura 11: Localização geográfica da comunidade Assentamento 10 de Abril, Crato - Ceará (Fonte: OLIVEIRA, 2008, p. 65).

Ao associarmos as discussões exploradas no primeiro capítulo, sobretudo a respeito dos processos históricos e experiências sociais, ocorridos principalmente nas últimas décadas do século anterior, que alimentaram as contradições do capital no mundo rural brasileiro, podemos entender e presumir os motivos pelas quais comunidades como o assentamento de 10 de abril existe, especialmente quando se trata dos fatores ligados a estrutura agrária brasileira. No qual, diz respeito a uma realidade marcada pela extrema concentração fundiária. E por essa razão, a experiência ocorrida na comunidade 10 de abril, quando se trata dessas contradições ligadas especificamente a região do cariri, precisa sempre ser lembrada e refletida. Pelo fato de ter sido uma

experiência de luta que desafiou, resistiu e obteve vitórias diante de problemas crônicos outrora vistos como naturais e imbatíveis na história brasileira.

Foi com vistas a esses fatores que famílias de diversas cidades do cariri cearense se uniram e mobilizaram em prol de terem direitos assegurados. E dessa maneira, que os mecanismos jurídicos que asseguram as ações de reforma agrária fossem implementados nos termos da constituição. Por uma cidadania que não se restrinja a letras de lei, palanques e demagogias, mas sim em exercício social. Foi partindo desse princípio que, dentro de suas necessidades, dezenas de famílias caririenses vão atrás de conquistar aquilo que poderia ser o último sopro de esperança para quem vivia por um fio. Afundados nas mazelas de um Brasil que vibrava com o retorno de uma democracia.

Um dos elementos fundamentais do movimento foi seu caráter de massas; pelo fato de sua articulação não se resumir apenas a sujeitos do campo, o que trouxe para seu interior três características fundamentais. Primeiramente, por ser um movimento popular, em que todos podem se engajar. Seguindo essa ordem popular, teríamos ainda uma subdivisão. De um lado, popular no sentido de que, dentro da família camponesa, vai todo mundo; participam do processo o idoso, a mulher, o jovem, as crianças. Por esse lado, acaba se distinguindo do modelo de sindicato tradicional, que até os anos 1980, era composto majoritariamente por homens.

Nesse sentido, na medida em que o movimento agrega todos os membros da família, sem distinção, acaba obtendo um potencial incrível. O adolescente, por exemplo, oprimido pelos valores conservadores e patriarcais, percebe que numa assembleia de sem-terra ele tem vez, voz e se sente valorizado. A outra subdivisão do caráter popular do movimento e que o torna mais popular ainda é o trabalho de um setor da Igreja Católica que chega e contribui no desenvolvimento das atividades do movimento. Sem esquecer de subdivisões que fazem parte da sociedade caririense como um todo, que aí inclui militantes de partidos políticos, estudantes e professores de universidades (MARTINS; FERNANDES, 2000).

Contudo, em sua ampla maioria, embora existissem as inconstâncias de convicções de muitos assentados, nem sempre oriundos de movimentos sociais, mas recrutados sem critérios pela organização que pretendia organizar os desterrados, tratou-se de uma mobilização camponesa que tem a raiz da terra, a ideologia em que favorece

e contribui todo mundo que queria lutar pela reforma agrária de uma forma organizada (MARTINS; FERNANDES, 2000).

Um movimento que produziu uma história repleta de momentos marcados por luta, esperança, fé e muita construção política. Afinal, para sanarem suas aspirações, os trabalhadores sem terra precisavam definir estratégias concretas e possíveis, dentro de uma lógica racional e historicamente possível. Um processo que ainda hoje reverbera nas memórias de quem passou por toda construção. Como conta Seu Zé Bil (José Francisco de Lima) em um dos seus relatos publicados no jornal produzido pelos próprios moradores do assentamento.

Quando eu era criança, nos momentos de reuniões e assembleias com os moradores do Assentamento 10 de abril, as outras crianças e eu brincávamos ao redor, sempre acompanhando o processo de mobilização política. Desde cedo, criávamos o sentimento de identidade com a luta pela terra sob a luz do candeeiro, ouvíamos as histórias contadas por nossos ancestrais. Mães, pais, tias, tios, avós e avôs. Histórias de luta, resistência e esperança. A história que começou com o acampamento no Caldeirão, em 1991. Mesmo Caldeirão que, 56 anos antes [1937], testemunhou o fim de uma comunidade, que, assim como a nossa, era formada por muita fé e união. O lugar de término também foi lugar de começo.” (BOLETIM DE SISTEMATIZAÇÃO, 2019, p. 1).

O caldeirão que nasceu e sucumbiu em 1937, isto é, 56 anos antes do surgimento do Assentamento 10 de abril é lembrado no boletim por ser um passado presente na vida dos assentados. Através dessa ponte histórica, eles começam a organizar um levante popular pela sobrevivência e contra a desapropriação das terras. Essas ações estavam em sintonia também com a busca de camponeses e camponesas por um lugar digno na história. E foi olhando para o passado que eles encontraram forças para continuar lutando.

Nos momentos iniciais que marcaram a preparação e articulação dos trabalhadores sem terra, podemos analisar o relato de Seu Zé Bil, que observando as movimentações cotidianas dos seus pais, já começou a perceber o que estava por vir: “A gente trabalhava nas terras do patrão. Eles não me levavam, nem me falavam o que era. Ficava me perguntando o que era que tinha pra acontecer naquele horário, mas só descobri quando minha mãe disse que era hora de ir”, narra Zé Bil.

### **3.1. Ocupação do Caldeirão: notas de um conflito**

Todo cuidado era pouco para garantir a segurança e organização das movimentações que estavam por vir. Como todo movimento de massas, as informações destoam com mais facilidade. E diante dessas circunstâncias, por se tratar de um movimento inicial e que estava se formando nas condições mínimas, alguns empecilhos podem acontecer, como relatou Oliveira:

No dia 08/04/1991, segundo depoimento do então secretário do SINTRAC, Sr. Zilcélio Alves houve vazamento de que havia ocupação pelo MST de terras no Cariri, sendo essa a primeira tentativa de ocupação fracassada. Dois integrantes do Movimento foram presos pela polícia, a mando dos proprietários rurais da região, sendo soltos pelo SINTRAC e pelo advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Na noite do dia 09/04/1991, seguiu para a fazenda caldeirão uma comissão formada por lideranças do SINTRAC, da ACB e do MST para escolha da área e acolhimento dos trabalhadores rurais que iriam ocupar a fazenda (OLIVEIRA, 2008, p. 63).

Como salientou o entrevistado, a ocupação realizada no dia 10 de abril de 1991 ocorreu durante a manhã, embora os militantes sem terra estivessem chegando desde o início da noite do dia anterior, principalmente na madrugada. As inúmeras famílias que chegavam de caminhões, caminhonetes, D20, se concentravam nas imediações do sítio Caldeirão, era lá que grande parte recebia as primeiras orientações e encaminhamentos estratégicos de integrantes do SINTRAC (Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato) e membros do MST. A esperança das famílias se misturava com o sentimento de temor e apreensão. E as primeiras orientações foram repassadas no sentido de preparar os trabalhadores no aspecto mental, para que, assim, as manobras estratégicas pudessem ocorrer da melhor forma possível.



Figura 12: Chegada das famílias sem terra ao Caldeirão no dia 10 de abril de 1991 (Foto: Direção Estadual do MST *apud* OLIVEIRA, 1991).

O momento era de muita apreensão, pois a maioria dos integrantes estava iniciando sua primeira experiência junto a mobilizações que visavam a conquista da terra em um movimento organizado coletivamente. Por essa razão, os momentos iniciais na ocupação eram de muita aflição e ansiedade. O cenário era marcado por uma confusão de sentimentos. Aspirações, esperança e a fé na vitória em conflito com o medo de não sair da realidade da vulnerabilidade que o sem terra conhecia, ou até mesmo que, toda aquela luta pensada e planejada resultasse em uma piora na situação daqueles que viviam por um fio. Junto com os sonhos, eles traziam ferramentas para o trabalho na roça, panelas, lençóis, lonas e alimentos (Oliveira, 2008).

Macedo (2005) chama atenção à ausência de pesquisas que trate dos processos de articulação que conduz pessoas a ocuparem terras. Segundo ele, a constituição desses movimentos não só é marcada pela insuficiência, como também, quando é observado na literatura, aparece sob dois qualitativos: no primeiro plano afirma-se que os sujeitos participam das ocupações de forma espontânea, como se fossem articulações que surgem como passe de mágica, desprovida de disciplina, compromisso e planejamento.

No segundo plano esses movimentos são associados a ações de violência<sup>38</sup>. E por essa visão que costuma associar movimento de união e organização de agricultores pobres à compulsão e bestialidade que os pais de Zé Bil evitavam ao máximo compartilhar maiores informações sobre os processos de construção da luta que levou camponeses e camponesas a ocupar a Fazenda Caldeirão em 1991, uma disciplina que procurava evitar as cruéis e traumáticas dos episódios de maio de 1937, quando o Caldeirão é bombardeado pelas forças armadas.

Em 1980 e 1990 os processos históricos que geraram nos anos 1980 e 1990 que “modernização dolorosa”, foram desastrosos para os camponeses. O que os fez optar pela resistência no campo ou procurar outras possibilidades viáveis à luta pela terra, para sobreviver e trabalhar com dignidade. E o Cariri, no início dos anos 1990, reproduz essa realidade, não fugindo fazendo parte de uma luta histórica, que diz respeito a um passado da própria região.

E seguindo esse legado e a dura realidade de diversas famílias que, trabalhadores e trabalhadoras de diversas cidades do cariri cearense ocuparam a terra que no passado pertencia a antiga comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, dos anos 1926 e 1937, reivindicando que a terra fosse desapropriada e transformada em assentamento rural, alegando a necessidade pública e o interesse social em favor diversas famílias pobres que estavam em situação de vulnerabilidade social.

O “retorno” dos trabalhadores sem terra ao Caldeirão foi realizado no dia 10 de abril, quando aproximadamente 250 famílias se instalaram no imóvel por 22 dias na esperança de que a propriedade fosse desapropriada para fins de reforma agrária em favor dos ocupantes e em decorrência de suas condições, como reverbera a dita função social da terra. Nesse movimento, fizeram parte uma população de agricultores que moram no entorno do lugar, agregados, parceiros, arrendatários e meeiros vindos de sete municípios da região Sul do Ceará, dentre eles: Assaré, Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Potengi e Santana do Cariri. Com esse fato, é concretizada a primeira ocupação de terra realizada na região do Cariri, num trabalho conjunto do MST e sindicatos de trabalhadores rurais da região e cidades circunvizinhas.

---

<sup>38</sup> MACEDO (2005) em seu trabalho intitulado “Entre a ‘violência’ e a ‘espontaneidade’: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro” procura justamente desconstruir essas prenoções analisando as movimentações que precedem uma ocupação realizada no estado do Rio de Janeiro.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teve um papel proeminente durante os momentos de articulação para ocupação do Caldeirão, logo nos primeiros momentos de articulação enviaram membros da comissão estadual e integrantes de outras regiões do Brasil para construir o movimento. Sem organizações formais fortes e tentando manter o sigilo do processo, a solidariedade interna do grupo era a base forte da resistência e das estratégias.



Figura 13: Adultos, jovens e crianças sem terra na ocupação realizada nas imediações do sítio Caldeirão no dia 10/04/1991 (Foto: Direção Estadual do MST *apud* Oliveira, 2008).

Procurando criar formas de coesão para enfrentar o ambiente hostil, o MST - que possuía lideranças e quadros que já tinham uma experiência em ocupações – e os sindicatos rurais juntamente com a FETRAECE (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a ACB (Associação Cristã de Base), debatem com as pessoas envolvidas no processo sobre as finalidades, perspectivas e estratégias que fazem parte de uma ocupação para fins de reforma agrária.

Dentre os pontos abordados, as lideranças do movimento reforçam sobre a importância de envolver todos os membros da família na construção do levante, como também, as razões que levaram a escolha do sítio Caldeirão como o primeiro local de ação movimento. Uma localidade com uma memória que carrega uma forte carga

simbólica sobre as lutas camponesas na Região do Cariri e que, na época, não tinha “nenhuma atividade produtiva e não existindo em cartório os documentos de propriedade da terra” (OLIVEIRA, 2008, p. 61), razões formais que não só legitimam a ação do levante como também alimentava a esperança daqueles unidos e organizados na missão.

Como relata Maria Lizeira Ferreira no trabalho monográfico “A história de um Assentamento: comunidade 10 de abril”, publicado em 1995, numa das reuniões iniciais com os membros do movimento, foi exibido pelas lideranças do MST o longo metragem do cineasta Rosemberg Cariry “O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto” (1986), que retrata a história da comunidade e todas as questões sociais e religiosas que desembocaram na experiência do Caldeirão, além de reproduzir depoimentos dos remanescentes da comunidade liderada pelo beato José Lourenço. As intenções que levaram as lideranças do movimento a exibir tal produção não poderia ser outra senão sensibilizar e fortalecer organização dos camponeses envolvidos na luta em busca de seu propósito maior.

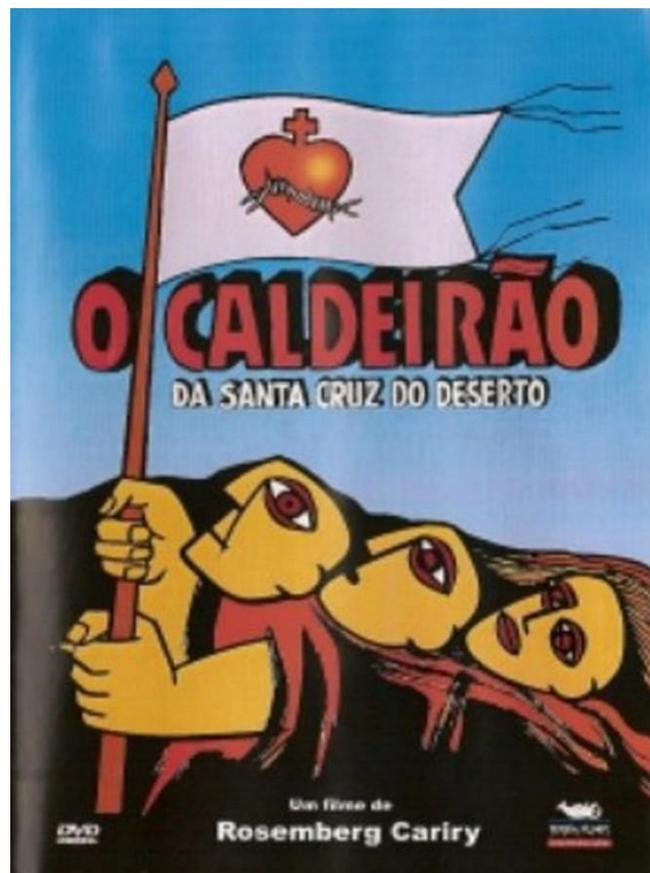


Figura 14: Poster do longa metragem “O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto”, de Rosemberg Cariry (Fonte: Filmow, 2022)

Conforme relata Oliveira,

Nas reuniões, realizadas em dias e horários planejados, geralmente após às 22 horas para evitar serem descobertos e os planos de ocupações vazados, as lideranças e alguns trabalhadores rurais colocavam que a conquista da terra só seria possível através da ocupação. A situação de fome, miséria e humilhação a que estavam submetidos, para eles, acabariam com a reforma agrária, pois somente com a participação de toda a família e com o trabalho coletivo a terra seria conquistada (OLIVEIRA, 2008, p. 61).

Como aponta o estudo de Oliveira, na intenção de dar sentido ao caminho escolhido pelos sujeitos em luta, um dos pontos reforçados pelas lideranças do movimento era a questão que, apesar das dificuldades encontradas no processo de ocupação, após a conquista da terra e a mobilização conjunta dos envolvidos no processo - com planejamento, compromisso, disciplina e esperança -, as famílias em luta teriam a oportunidade de conviver em uma comunidade onde tinham o que comer, onde morar, viver, trabalhar e estudar (OLIVEIRA, 2008). Nesse sentido, os movimentos iniciais buscam fazer da ocupação um caminho importante para dar sentido e fortalecer a unidade entre as pessoas envolvidas para lutarem por um mesmo objetivo.

A luta pela terra se transforma em luta pela reforma agrária e, em consequência, num projeto político dos trabalhadores se estes, na sua luta, adquirirem consciência social para mudar a sociedade. E para mudar a sociedade tem que mudar o Estado. Essa consciência não é um simples doutrinário. É perceber que os problemas concretos que as pessoas sofrem, como o analfabetismo, a doença de um filho, a dor de barriga de uma criança, não ocorrem apenas porque elas não têm terra. Podem até ter terra, mas continuarão analfabetos, a criança irá morrer com três meses, e assim por diante. Existe um sistema social que cria os pobres e que os impede de ter uma vida digna. Isso é que cria a consciência social. Se gerarmos um movimento corporativo que não propicia consciência política e social, ele será efêmero (FERNANDES e STEDILE, p. 117, 2012).

No dia 12 de abril de 1991, uma comissão da ocupação sai da comunidade e vai a cidade do Crato procurar meios de divulgar na imprensa local, em especial, nas emissoras de rádio, a ocupação e as razões que levaram os trabalhadores articularem tal empreitada. Uma luta à parte que ainda tinha uma longa caminhada pela frente e que surtiu pouco efeito na imprensa regional em favor dos desterrados. Como observa a manchete de um dos principais jornais impressos do Nordeste:



Figura 15: Notícia impressa publicada no Jornal Diário do Nordeste informando sobre ocupação de sem terra na Fazenda Caldeirão em 1991 (Fonte: OLIVEIRA, 2008, p. 146).

Mesmo em meio a um cenário desfavorável, ainda no mesmo dia, buscando legitimar o movimento, uma comissão formada por 35 membros se desloca para Fortaleza afim de conseguir o apoio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e da IDACE (Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará), com a intenção de agilizar a negociação pela desapropriação das terras e buscar meios de legitimar a ação dos ocupantes através da construção de um assentamento, assim como, solicitar uma infraestrutura com recursos suficientes para que as famílias tenham condições de permanecer no local (OLIVEIRA, 2008).

A ocupação do Caldeirão tinha um objetivo muito claro e certo. O movimento tinha a pretensão de construir um fato político que visasse provocar as instâncias municipais, estaduais e federais, para que atendessem as reivindicações básicas das famílias camponesas que não tinham terras. A intenção não era reconquistar essas terras e criar uma comunidade do Caldeirão. O que interessava ao movimento era que as famílias fossem assentadas em uma terra que possuíssem as condições mínimas de sobrevivência para as famílias sem terra.



Figura 16: Cotidiano da ocupação da fazenda Caldeirão, com destaque para as crianças na frente e a bandeira do MST hasteada no centro, 11/04/2022 (Fotografia: Ana Roberta Piancó e Arlindo Siebra Junior).

A construção da comunidade até virar assentamento fez parte de uma mobilização conjunta de importantes movimentos sociais a nível nacional e local, como a articulação com o MST - que começava a desenvolver suas primeiras ações na região e durante o movimento conduziu grande parte das mobilizações da comissão local de trabalhadores de sem terra -, Associação Cristã de Base (ACB), Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da articulação de alguns sindicatos rurais do Sul do Ceará, em especial, o

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato - SINTRAC, assim um forte apoio de setores políticos da sociedade, como estudantes universitários e partidos políticos.

Cada uma das famílias que residem atualmente no assentamento possui pelo menos um familiar que construiu a organização e mobilização da comunidade até a ocupação da Fazenda Caldeirão em abril de 1991. Quando através de uma articulação entre as lideranças do movimento, chefes políticos locais e o governador do estado do Ceará, acabam conseguindo desapropriar não a propriedade inicialmente ocupada, mas duas propriedades vizinhas chamadas de Fazenda Carnaúba Gerais e Fazendo Gerais.

Uma luta marcada por acontecimentos significativos e peculiares, que é o caso do momento em que o Governo do Estado do Ceará, em meio a uma disputa por terras, conduz uma negociação que resulta na compra de terra em favor dos ocupantes, resultando não em uma desapropriação, como geralmente ocorre em meio a conflitos dessa natureza, e quando no final dos beneficiados são os sem terras, mas sim na aquisição de dois imóveis rurais no município do Crato e nas proximidades do antigo Caldeirão, por meio da compra. Assim, o primeiro passo de uma luta que faz parte de uma longa trajetória, é concretizada.



Figura 17: Ocupantes da Fazenda Caldeirão, 1991 (foto: Roberta Piancó, 1991).

O início dos anos 1980 é marcado por tempos de reconfigurações políticas, sociais e econômicas no universo rural brasileiro. As mobilizações coletivas que resultaram em ocupações e acampamentos se consolidam como ações rotineiras e parte da paisagem do Brasil rural que, embora visto pela literatura tradicional como espaço

estagnado no tempo, diante do cenário histórico que iniciava, procurava redesenhar suas práticas, sobretudo por influência do MST, que adentra no quadro de lutas no campo com ocupações e acampamentos como sua marca registrada.

Como observa Stedile e Fernandes (1999), a ocupação de terras<sup>39</sup> não é um fenômeno recente na paisagem rural do Brasil, a novidade seria o formato de ocupação em massa. A ocupação e construção do acampamento no Caldeirão diz respeito a uma tática de desapropriação de terras, identificadas como algo plausível diante do significativo número de assentamentos que estavam surgindo no início dos anos 1990.

Segundo Stedile e Fernandes (1999) uma das razões para a guinada de ocupações nas duas últimas décadas do século XX diz respeito ao momento histórico de retorno da democracia pela qual o Brasil vivenciava. Por esse lado, podemos considerar que, nesse cenário, os efeitos da promulgação da Constituição 1988 acabou por influenciar articulações no formato de ocupações e acampamentos que tinham como objetivo pressionar o Estado para que o princípio da função social<sup>40</sup> da terra fosse garantido na prática.

Nesse aspecto, fazendo um paralelo comparativo com as ocupações e acampamentos organizados pelos movimentos sociais de trabalhadores sem terra e sindicatos rurais que acabaram se transformando em assentamentos rurais durante o início dos anos 1990, podemos perceber uma considerável eficiência na tática empregada, principalmente, se compararmos com contexto anterior até o fim da ditadura civil-militar (QUEIROZ, 2010), podemos notar um avanço na luta pela reforma agrária com o movimento espiral de ocupações iniciada no início dos anos 1980.

Na década seguinte, o cenário de ocupações e assentamentos é demonstrado pela tabela divulgada pelo Banco de Dados da Luta pela Terra - UNESP/MST em parceria com a Comissão Pastoral da Terra – CPT:

---

<sup>39</sup> A ocupação de terra foi assimilada como palavra de ordem - “Ocupação é a única solução” -, no I congresso Nacional do MST, realizado em Curitiba, em janeiro de 1985.

<sup>40</sup> Esse princípio é representado pelo artigo 184 da Constituição Federal de 1988 na qual define que: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei”. In: <www.senado.gov.br>.

<b>TABELA 5: COMPARATIVO DE OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS BRASIL: 1990-1994</b>				
<b>REGIÃO/UF</b>	<b>Nº Ocupações</b>	<b>Nº Assentamentos</b>	<b>Nº famílias ocupantes</b>	<b>Nº famílias assentadas</b>
NORTE	76	106	7.987	17.130
AC	1	8	200	1.493
AM	0	13	0	6.638
AP	0	1	0	450
PA	35	36	4.681	17.628
RO	11	14	1.863	5.374
RR	0	2	0	3.641
TO	29	32	1.243	1.906
NORDESTE	131	186	21.915	14.682
AL	9	6	1.431	764
BA	26	13	7.249	1.675
CE	13	20	1.680	1.274
MA	14	27	2.531	4.651
PB	10	26	775	994
PE	28	18	4.896	626
PI	6	41	428	2.827
RN	16	21	2.010	1.239
SE	9	14	870	632
CENTRO- OESTE	71	33	9.990	4.817
DF	5	0	440	0
GO	20	14	2.263	491
MS	37	5	5.880	657
MT	9	14	1.407	3.669
SUDESTE	52	46	16.097	3.259
ES	3	6	330	89
MG	12	13	1.591	886
RJ	3	13	190	1.024
SP	34	14	13.986	1.260
SUL	91	107	18.258	5.677
PR	43	46	6.980	3.503
RS	29	52	9.509	1.921
SC	19	9	1.769	253
<b>BRASIL</b>	<b>421</b>	<b>478</b>	<b>74.247</b>	<b>65.565</b>

Tabela 7: Comparativo de ocupações e assentamentos do Brasil entre 1990-1994 (Fonte: UNESP/MST e CPT, 1994)

Como podemos observar na tabela, entre os anos 1990-1994 a região Nordeste é representada como o lugar de maiores focos de mobilização de luta pela terra pelo

número de ocupações, construções de assentamentos, famílias ocupantes e em segundo lugar no que se refere ao número de famílias assentadas, bem acima da média nacional se considerar a totalidade dos fatores observados pelo estudo. Um celeiro de lutas históricas contra a injustiças existentes no campo que continuara mesmo com as repressões e silenciamentos tragicamente sentidas até recentemente pelas chamadas ligas camponesas, a exemplo de Galiléia em Pernambuco e Sapé na Paraíba.

Pela tabela, tomando como referência o Estado do Ceará, podemos notar que o número de ocupações mobilizadas é correspondente a pouco mais da metade dos assentamentos conquistados e a quantidade de famílias mobilizadas em ocupações diz respeito a mais de 75% das famílias que foram assentadas, números bem mais expressivos que todos os estados do Sudeste que, mesmo maiores demograficamente e economicamente, não conseguiram alcançar resultados significativos no processo de reforma agrária. Dando indícios da eficiência da tática empregada e colocando o Ceará num lugar de destaque no que se refere a resistência contra o latifúndio.



Figura 18: Barracas instaladas pelos ocupantes do Caldeirão (Fotografia: PIANCÓ e JÚNIOR, 1991).

Os trabalhadores rurais que participam dessas experiências de luta pela dignidade, o fazem por diversas motivações. Em muitas narrativas, conseguir “um pedaço de terra” representa um grande passo em busca de uma vida melhor, assim como, a busca pela autonomia, que está associada a luta pela liberdade de quem viveu

sob as amarras do patrão. Como colocou Sigaud (2005, p. 266), os sujeitos que buscam tais aspirações, partilham a crença que “A lona preta<sup>41</sup> passa a fazer parte do repertório das possibilidades de ‘melhorar de vida’... Quando um indivíduo passa a fazer parte de uma ocupação, crê e aposta nas possibilidades da lona preta”.

Por fazer parte dos efeitos produzidos pela questão agrária nacional, a memória relativa às experiências que levaram até a construção do 10 de Abril é marcada não só por sentimentos de glória, mas também de conflitos e tensões. Pois, entendendo seu lugar no cenário repleto de injustiças e omissões, não é por meio da subserviência do campesinato que as conquistas aparecem, mas sim por diferentes formas de confronto a lógica do capital. E é a partir desses processos que surgem as conquistas dos camponeses que, paradoxalmente, o capitalismo se alimenta (FERNANDES, 2013). Nessa perspectiva, Bourdieu comenta que

A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-las, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que “civilizou” a economia de mercado, contribuindo ao mesmo tempo enormemente para sua eficiência (FERNANDES, 2001, p. 19).

Por possuir uma natureza contraditória e implacável, a questão agrária do capital carrega em seu bojo amplas possibilidades de violações e insurgências entre as classes em conflito. Em maio de 1991, após a repercussão dos movimentos de sem terra que vinham sendo organizados, duas classes distintas, com interesses distintos e em posições diferentes, conduzem os embates.

De um lado estavam as famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, que reivindicam uma porção de terra para viver e trabalhar. Do outro, a elite agrária do Cariri, seus representantes e simpatizantes, que manifestam oposição contra o processo de ocupação do caldeirão e que são apoiados formalmente por prefeitos de 22 cidades do Cariri, que se mobilizam afim de construir uma oposição ao movimento dos trabalhadores rurais pobres e movimentos sociais da luta pela terra.

---

<sup>41</sup> Termo que faz referência a um objeto comumente utilizado nas habitações erguidas pelos trabalhadores sem-terra nas beiras das estradas, áreas improdutivas do campo ou terrenos baldios nas cidades, para fixar suas ocupações em mobilizações afins de reforma agrária. O mesmo termo também foi usado para batizar o nome da escola de samba do MST, chamada de Unidos da Lona Preta, que existe desde de 2002 na cidade de Jandira - SP. Para mais informações sobre o assunto ler o artigo: “Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST” de Nashieli C. Rangel Loera, 2009.



Figura 19: “Os filhos da luta pela terra”: famílias organizando as barracas nos primeiros momentos de chegada ao Caldeirão, com destaque para as crianças (ao centro da imagem). (Fotografia: PIANCÓ e JÚNIOR, 1991).

Com isso, os prefeitos da Região do Cariri<sup>42</sup> vão às rádios denunciar a ocupação e colocar a população cratense contra as famílias sem terra acampadas no Caldeirão na luta pela vida. No dia 07/05/1991 publicam uma nota no “Jornal Diário do Nordeste” onde explanam seu total repúdio ao movimento prometendo construir um mandado de segurança para expulsar os trabalhadores do sítio Caldeirão.

Na oportunidade, para defender os interesses dos grandes proprietários da região do Cariri e fazer oposição aos levantes camponeses que reivindicavam o acesso à terra no Sul do Ceará criam uma frente organizada chamada de “Associação dos Latifundiários do Cariri”.

---

<sup>42</sup> Cidades que assinaram a nota através de suas respectivas prefeituras: Abaiara, Campos Sales, Araripe, Assaré, Araripe, Antonina do Norte, Mauriti, Nova Olinda, Santana do Cariri, Potengi, Pena Forte, Milagres, Barbalha, Juazeiro do Norte, Crato, Missão Velha, Brejo Santo, Várzea Alegre, Barros, Jardim, Farias Brito e Porteiros.

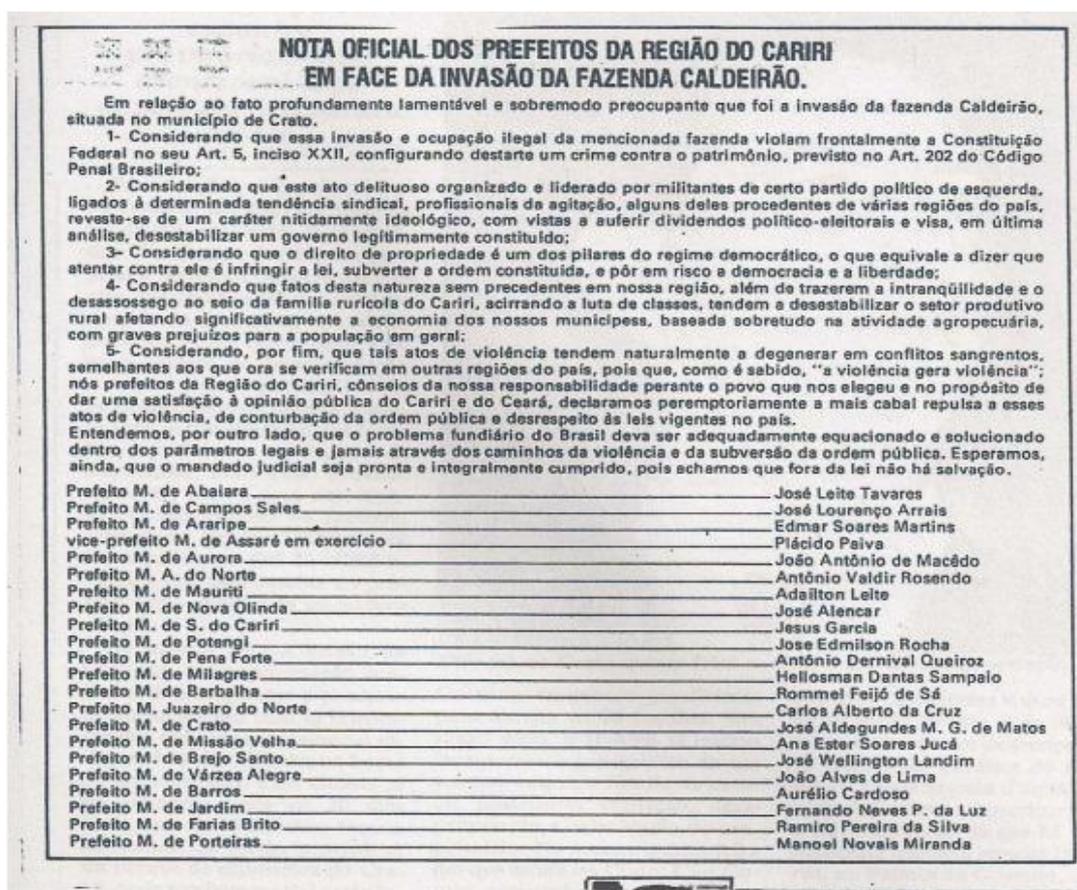


Figura 20: Nota de repúdio produzida pelos prefeitos da Região do Cariri e cidades circunvizinhas à ocupação da Fazenda Caldeirão em 1991 (Fonte: Oliveira, 2008, p. 147).

A declaração oficial dos prefeitos das cidades do Sul cearense tinha um objetivo claro: deslegitimar a mobilização dos trabalhadores rurais sem terra. Nos cinco pontos da nota podemos observar nitidamente o tom ameaçador e taxativo direcionado aos participantes do movimento. No primeiro ponto da nota, associam as ações do movimento à práticas de criminosas, desconsiderando totalmente o direito dos ocupantes à terra, previsto pelo princípio da “função social” da terra (CF, Artº 186, 1988), ao citar a prerrogativa de que as ações eram um crime contra o patrimônio, desconsiderando o fato da Fazenda Caldeirão ser uma propriedade improdutiva e que, mesmo sendo patrimônio, não cumpria com sua função social, ou seja, descumpria as exigências constitucionais. O que a levaria a ser alvo de desapropriação em vistas aos interesses públicos.

Nesse caso especificamente, em nome dos interesses de dezenas de famílias sem terra, em busca de direitos básicos, acabam sendo ameaçados pela ação gananciosa e desmedida dos que querem a todo custo concentrar mais terras em suas mãos.

Desconsiderando e atropelando as conquistas constitucionais da carta magna aprovada três anos antes.

No ponto dois, podemos observar uma clara tentativa de deslegitimar a finalidade e princípios de quem organizava todo movimento, no caso os sindicatos e associações institucionalizadas dos trabalhadores. Partindo com essa intencionalidade, os prefeitos em defesa dos interesses de fazendeiros e da elite agrária do Sul do Ceará fazem o possível para desmoralizar e deslegitimar aqueles que estavam à frente do movimento. Com esse intuito, buscam desestruturar o movimento e condená-lo à ruína.

Evidentemente, a situação torna-se mais crítica quando os agentes do Estado, que deveriam fazer valer as políticas públicas que proporcionam a reforma agrária, não só negam a legalidade da ação, mas também deslegitimam os movimentos sociais, organizações e a população civil que procuram agir corajosamente em busca daquilo que é dos trabalhadores rurais sem terra por direito jurídico. Nesse sentido, quando vemos agentes organizados tomando atitudes dessa natureza, percebemos como a questão agrária no Brasil é caso complexo e o quanto o debate sobre a reforma agrária é necessário e urgente. Especialmente quando olhamos para o passado e observamos as lutas que levaram à construção do Assentamento 10 de abril.

No ponto 3, notamos a preocupação dos autores da nota com a liberdade e a democracia por interpretarem que a ação das famílias de trabalhadores rurais sem terra, que levou a ocupação do Caldeirão, é uma violação do direito à propriedade. Todavia, ao tentar condenar os ocupantes evocando essa prerrogativa a nota comete um equívoco. Afinal, para que o direito à propriedade seja elevado a uma normativa fundamental para usufruto da liberdade e democracia, ele deve estar inseparável de sua função social.

(...) XXII - é garantido o direito de propriedade"; "XXIII - a propriedade atenderá à sua função social"; e no Art. 186: "A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Artº 186 *caput*, Constituição Federal, 1988).

A década de 1990 além de ser rememorada como um contexto de redemocratização, também foi marcada pelo crescimento populacional e da má

distribuição de renda (ainda como consequência dos fracassos econômicos da Ditadura Civil-Militar). Fatores que levaram a propriedade adquirir importância no meio social, em especial, pelas questões de uso e moradia. O direito à propriedade, racionalmente aplicado, seria uma alternativa essencial para reduzir os problemas desse cenário. Embora a Constituição de 1988 tenha contemplado o direito de propriedade como direito fundamental, (art. 5º, XXIII da CF) garantia inviolável do indivíduo, para ser enquadrada como princípio basilar verdadeiramente democrático e proporcionador da liberdade, não deve ser tratada como uma matéria eminentemente privada.

Assim, o “risco a liberdade e democracia” só será superado quando a propriedade tiver que estar subordinada ao direito à vida e quando seu tamanho for limitado. Nesse sentido, a interpretação dada às experiências de luta vivenciadas no Caldeirão em 1991, como sendo de violação do direito à propriedade, está totalmente dissociada dos processos que envolvem democracia e liberdade em seu sentido racional. Pois sua interpretação nos leva a perceber a ordem jurídica como algo apartado da justiça social.

Embora, a elite cratense tenha notado o episódio como algo “profundamente lamentável e sobremodo preocupante”, não se trata de algo inesperado, um acaso. Afinal,

(...) só em situação desse tipo é que ganha força social a ideia de que a terra deve pertencer a quem trabalha e, portanto, deve ser distribuída para quem nela quer trabalhar, morar, produzir e viver. O segundo critério é a possibilidade de uma abertura democrática participativa de todos os segmentos que defendem os direitos das classes populares, como sindicatos, cooperativas, partidos políticos, movimentos sociais, que vão organizando os trabalhadores a fim de pressionar o Estado para distribuir terra. Além desses critérios, uma grande concentração de terras nas mãos de poucos “proprietários”, ou um grande número de terras improdutivas ou devolutas, abre grandes possibilidades para que a luta pela terra culmine com uma distribuição de terra (VEIGA, 1985, p.10).

No ponto quatro, notamos uma narrativa repleta de colocações ideológicas. Uma preocupação que transparece um lugar de fala particular. Nesse caso, as inquietações sentidas pela elite agrícola do cariri, sobretudo, a elite cratense, que fala no sentido genérico e universal ao citar a “família rurícola” e “graves prejuízos para população em geral”. Um discurso tradicionalmente reproduzido pelas elites, ao colocar seus interesses particulares enquanto aspirações de todos os setores da sociedade, isto é,

enquanto valores universais, a vontade geral de uma população. Quando na verdade os ganhos almejados geralmente são experimentados e aproveitados por aqueles que se colocam enquanto protagonistas de todo um processo.

Num tom de ameaça, se colocam enquanto vítimas de uma luta de classes alimentada pelas contradições de um sistema que, no final das contas, os favorece. E quando os movimentos sociais do campo tomam consciência das suas condições, uma paz que só favorece quem tem posse, e vão à luta em busca de melhorias, são essas elites concentradoras, como observamos na nota, que respondem com ações de ameaça, perseguições e mortes. Um foco de luta de classes que aconteceu nos grotões do interior do Brasil que, assim como “ora se verifica em outras regiões”, não é fundamentalmente percebida em sua essência por aqueles que estão no lugar de privilégio e favorecimento. E só é notada ou denunciada quando os desterrados e despossuídos reagem.

Todavia, perseguições, ameaças e criminalização não foram recursos suficientes para calar as dezenas de famílias que continuam engrossando as fileiras sem terra, fazendo da ocupação, da resistência e da vontade ter uma terra e nela produzir, algo que se materializou nos eventos que levam a ocupação do Caldeirão e construção do assentamento 10 de abril em 1991.

O ponto cinco da nota juntamente com o ponto anterior, demonstra claramente a visão e as perspectivas das lideranças políticas em relação aos eventos ocorridos no Cariri do início da década de 1990. Sobretudo, no que se refere ao tratamento dado as condições sociais, políticas e econômicas que afligem os homens e mulheres do mundo rural. Os movimentos sociais entendem o Estado enquanto organismo na qual as redes de mobilização direcionam suas reivindicações em busca de soluções concretas. Nesse caso, os movimentos sociais do campo entendendo o Estado enquanto órgão provedor da reforma agrária, buscam, no plano visível do consenso político-ideológica, prover as necessidades básicas dessa população, dentro da legalidade.

Como observamos na nota, entendendo que os representantes do poder executivo municipal, nos embates, estavam ao lado dos grandes proprietários de terra, a ação do Estado, nessas circunstâncias, ao variar entre omissão, consenso e coerção, opta pela última ação em não só criminalizar a luta, como também, em tom de ameaça, desqualificar o movimento, para em seguida legitimar uma possível repressão

sistemática, que poderia “degenerar em conflitos sangrentos”, partindo do princípio que “violência gera violência”, mesmo com toda passividade das ações dos camponeses e suas intenções de pressionam os organismos públicos na busca por soluções concretas para um quadro de vulnerabilidade que, não sensibiliza a elite agrária nem o poder público.

Notamos assim uma política de Estado que veem os movimentos sociais contra-hegemônicos (GRAMSCI, 1978) como perturbadores do consenso e da ordem, observando suas ações com a “mais cabal repulsa”, percebendo suas aspirações e sonhos como ações que geram a “conturbação da ordem pública”. Afinal, o poder público do interior do Nordeste brasileiro, mesmo após a redemocratização, ainda continua mantendo uma máquina que carregara resquícios das práticas coronelísticas e que atua em intercessão com a esfera do latifúndio predatório e inerte. Aqueles que elegem as lideranças políticas e que tem o poder público para agir a favor quando seus interesses são confrontados, conforme demanda as regras do jogo político local. O que seria, nas entrelinhas da nota, a “opinião pública” a quem eles deviam “satisfação”. Por ser o mecanismo do poder local que os coloca e mantém no poder.

Uma ordem que olhava apática para as contradições historicamente vivenciadas no campo e que não demonstra “repulsa” pelos mecanismos que as mantém. A não ser que, em um dado momento, suas verdadeiras vítimas, pela indignação frente ao quadro de omissões e criminalizações provocadas por aqueles que deveriam, por lei, socorrê-los, resolvam finalmente reagir.



Figura 21: Registro do dia 11 de abril de 1991, ocupantes do Caldeirão em Assembleia.  
(Fotografia: PIANCÓ e JÚNIOR, 1991).

Nessa medida, percebemos os usos da noção de “opinião pública” e legalidade como um artefato próprio da cultura burguesa e suas formas de representação política. Assim como, nota-se as marcas desse pensamento sendo evocados para interpretar e intervir favoravelmente quando os interesses do setor economicamente dominante no poder local são tencionados. Nessa perspectiva, fazendo uma associação com outros termos, Stuart Hall problematiza que a

“Democracia” no discurso do “Ocidente livre” não carrega o mesmo significado que possui quando nos referimos a luta “popular-democrática” ou ao aprofundamento do conteúdo democrático da vida política. Não podemos permitir que o termo seja inteiramente expropriado como discurso de direita. Em vez disso, precisamos desenvolver uma contestação estratégica em torno do próprio conceito. Naturalmente, isso não é uma forte carga política positiva, não balançam de um lado para o outro da linguagem o da representação ideológica. A expropriação do conceito tem que ser contestada através do desenvolvimento de uma série de polêmicas, por intermédio de formas particulares de luta ideológica: para destacar um significado deste conceito do domínio da consciência pública e suplantá-lo dentro da lógica de outro discurso político (HALL, 2006, p. 287).

Nos embates travados em decorrência da ocupação do caldeirão, a elite agrária cariariense e seus apoiadores tentavam a todo custo barrar o movimento. Nesse cenário, o Padre Expedito Teles, um dos herdeiros da propriedade rural ocupada, vai a Fortaleza juntamente com os demais herdeiros da família, entra na justiça contra a ocupação e organizações que estavam articulando a ocupação.

Nas rádios locais, chamam os trabalhadores rurais que ocuparam o sítio Caldeirão de “vagabundos” e “baderneiros”, e as entidades que estavam apoiando “agitadores” e “falsos líderes”. (...) Em resposta, no dia 09/05/1991, o MST estadual, através de seus líderes, esteve na redação do Jornal O Povo com o objetivo de repudiar a nota dos 22 prefeitos da Região do Cariri reafirmando que os Sem Terra eram pessoas de bem e que queriam apenas terra para trabalhar e viver com suas mulheres e crianças, pois estavam passando muita necessidade e não vislumbravam outra saída a não ser fazer a ocupação e conquistarem a terra para desapropriação e implantação de um assentamento de reforma agrária. No enfrentamento político com as elites locais, o SINTRAC, a ACB, o MST, a CPT, a FETRAECE e os partidos políticos publicaram várias notas de apoio aos ocupantes e encabeçaram uma campanha para doação de alimentos, roupas e remédios para eles, segundo depoimento do professor Roberto Siebra, da URCA (OLIVEIRA, 2008, p. 89).

Com a recusa do Padre Expedito Teles, e os demais herdeiros de sua família, em vender a propriedade ocupada pelas famílias sem terra para o governo do Estado do Ceará, assegurado por uma liminar de reintegração de posse da propriedade, alegando que estariam sendo alienados da propriedade, mesmo que improdutiva e inabitada. Mesmo assim, as famílias são pressionadas e ameaçadas a acabar com a ocupação sob aviso de serem atacadas pelas forças militares a qualquer momento.

No legislativo do município do Crato, alguns representantes da câmara municipal manifestam apoio aos ocupantes, como o vereador Ronald Albuquerque, do Partido dos Trabalhadores (PT) e o vereador Expedito Guedes, também do PT<sup>43</sup>. E no legislativo estadual, tiveram apoio dos deputados Eudoro Santana, do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do ex-deputado João Alfredo (OLIVEIRA, 2008; SILVA, 2012).

---

<sup>43</sup> Expedito Guedes, cratense, no ano seguinte (1992) assumiu o cargo de presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do Cariri, foi um dos personagens que atuou fortemente nos movimentos que se deram até a conquista do assentamento 10 de abril. Passados três décadas das experiências vivenciadas no sítio Caldeirão pelos sem terra, ainda hoje atua na militância civil e institucional pelo direito das populações camponesas, a partir dos movimentos sociais e sindicatos da região, como por exemplo no Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais Orgânicos e Ecológicos do Cariri - SINTTROEC, sediado na cidade do Crato. Conhecido pela população como o “Dito” popular”, na sua bio da rede social instagram, se identifica como “Agricultor antifascista”.

Aproveitando o cenário de conflito, representantes dos interesses dos proprietários de terra se mobilizam para criar um movimento social que busque defender e garantir os interesses do latifúndio, chamado Associação dos Latifundiários do Cariri, ao passo que, também, procura criar barreiras contra os movimentos de luta pela terra que vinha surgindo no início dos anos 1990 (OLIVEIRA, 2008).

No dia 22/04/1991, passados 12 dias da ocupação, uma comissão organizada pelas entidades que estavam mobilizadas na ocupação, fazem uma audiência com o governador do Ceará Ciro Gomes (1991 a 1994), na oportunidade são tomadas algumas decisões importantes. Mesmo com a promessa de mediar e atender a construção das mobilizações dos camponeses por terra e prometer suporte técnico e recursos aos ocupantes, Ciro Gomes acata os interesses da elite agrária local e determina a desocupação da propriedade.

### **3.2 Ocupação do Parque de Exposições de Crato e seu fator político**

Um cenário plantado por uma campanha montada para deslegitimar o movimento de ocupação do caldeirão, por prefeitos da região do Sul do Ceará, setores da elite agrária representados pela Associação dos Latifundiários do Cariri (ALC), especialmente, pela família herdeira da propriedade, com o Padre Expedito Teles, tomando a frente da campanha difamatória.

Com a recusa do antigo proprietário em vendê-las para o Estado do Ceará, amparado por uma liminar de reintegração de posse, as famílias ocupantes foram obrigadas a deixar o caldeirão sob a ameaça de serem expulsas à força pela tropa de choque. Após negociações estabelecidas entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato - SINTRAC, a direção estadual do MST e o então governador do estado governador do Estado do Ceará, Ciro Ferreira Gomes (1991-1994), através de uma comissão de negociação, os camponeses decidiram que saíram do imóvel do Caldeirão desde que as famílias permanecessem acampadas no Parque de Exposições Agropecuárias Pedro Felício Cavalcante, lugar onde anualmente acontece a EXPOCRATO (SILVA, 2012, p. 68).

Depois de uma negociação com a comissão representante das famílias sem terra, os camponeses aceitam as medidas tomadas, desde que, em regime de acordo, fossem alocados no Parque de Exposições Pedro Felício de Cavalcante até que suas pautas, por

uma terra pra viver e trabalhar, fossem atendidas e as famílias estivessem devidamente assentadas. Conforme prometido pelo governador do Ceará Ciro Gomes e por muitas vezes recusado pelo INCRA em suas reuniões com o MST.



Figura 22: Trabalhadores sem terra acampados no Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante, Crato, 23 de maio de 1991 (SILVA, 2008, p. 70).

Foram mais de 20 dias de luta, até que as famílias acampadas são retiradas pelo poder público. A paisagem da luta é consolidada pelas ações de planejamento, debates, assembleias e reuniões entre ocupantes durante a experiência do Caldeirão (OLIVEIRA, 2008). Assim, seus horizontes foram sendo construídos através de conflitos de classes. Em especial, pela dinâmica de alianças e ataques ao local. Na qual, nota-se que, apesar das inúmeras tentativas da elite agrária local em tentar abafar a luta das famílias sem terra, o movimento saiu fortalecido.

Tanto que as marcas deixadas pelos acontecimentos do Caldeirão ainda se fazem presentes na memória das pessoas que viveram a experiência. Conforme comentam Cícero de França Duarte (Seu Ciço) e José Francisco de Lima (Seu Zé Bil), moradores do Assentamento 10 de abril e remanescentes dessa luta, no Boletim de Sistematização das memórias dos assentados:

Aqueles dias causam até hoje uma ponta de saudade nas pessoas que viveram o acampamento, “A ocupação do caldeirão era uma coisa muito linda. Tenho muita saudade da organização de lá”, lembrou dia desse Seu Ciço (Cícero de França Duarte) como lembra Ciço. Apesar disso, Ciço reconheceu que, se tivesse continuado no Caldeirão, o acampamento não teria resistido por muito tempo. “O acesso era muito ruim. A terra do caldeirão era muito acidentada”. (...) Seu Zé Bil sempre achou que uma das motivos de tudo ter acontecido rápido foi, na verdade, o receio do governador de repetir o acontecido na época do beato José Lourenço. “Qual político quer ver seu governo manchado de sangue?” questiona. (BOLETIM DE SISTEMATIZAÇÃO, 2019, p. 4).

As experiências acumuladas no ano de 1991 para as famílias sem terra do Cariri cearense foram grandiosas, repleta de avanços na luta pela terra e só ajudou a fortalecer o laço de união e fé entre os sem terra.

No dia 02/05/1991, os trabalhadores rurais se transferiram para o Parque de Exposição do Crato. Inicia-se o processo, denominado pelo MST de acampamento. No acampamento, ocorrido no Parque de Exposição do Crato, os Sem Terra trabalharam na perspectiva de dar visibilidade ao movimento através de esclarecimentos para a população do Crato e pedido de apoio através de fornecimento de água, comida, roupas e remédios (...) Permaneceram acampados no Parque de Exposição do Crato, aproximadamente durante 20 dias, utilizando os equipamentos como galpões para dormirem e cozinhare, além dos banheiros (...). Nesse momento, fizeram caminhadas pelas ruas da cidade, visitaram órgãos públicos, distribuíram panfletos. Realizaram, ainda, assembleias, debates, reuniões e palestras entre os próprios trabalhadores rurais e com a presença de políticos locais e intelectuais militantes que defendem a reforma agrária (OLIVEIRA, 2008, p. 68).

O deslocamento das famílias sem terra para o Parque de Exposição encurtou a distância dos trabalhadores rurais a caminho da conquista da terra por diversos fatores, especialmente, por duas razões. Primeiro, porque como afirma Silva (2008) é na cidade que a luta pela terra ganha visibilidade. E os dias que os camponeses estiveram acampados nesse espaço só ajudou a expandir o movimento e fortalecer o encaminhamento das pautas diante da pressão operacionalizada pelas famílias camponesas frente às instituições públicas responsáveis pela execução da reforma agrária.

A segunda razão se refere ao fato do Parque de Exposição do Crato ser conhecido por sediar uma das maiores feiras agropecuárias do Brasil, a Exposição Centro Nordestina de Animais e Derivados, conhecida popularmente por Expocrato. E o

elemento econômico pesa a partir do momento que fazendeiros e grandes proprietários de terras, que movimentam milhões neste evento, veem na ação dos camponeses uma afronta a seus negócios, o que poderiam ser um entrave no desenvolvimento de suas transações e trocas comerciais, que gera milhões pro setor do agronegócio do Cariri, regiões circunvizinhas e de estados como Piauí, Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

Segundo uma matéria do jornal Diário do Nordeste de 12 de julho de 2018, só no ano de 2015 o faturamento da 64ª edição da feira chegou a atingir R\$ 100 milhões nos diversos setores do evento, o recorde da feira. Que além de se destacar com leilões e ofertas de mercadorias do mundo agropecuária, gera milhões com shows e atrações musicais que ocorrem também no Parque de Exposições.

Nesse cenário os trabalhadores rurais sem terra aproveitam que estavam vivendo um momento histórico e decisivo na luta pela terra e vão procurar explorar as condições oferecidas pelo espaço urbano construindo passeatas, caminhadas e panfletagens na intenção de divulgar as razões por trás do movimento e conseguir conquistar o apoio e sensibilidade da população, pois como observa Silva (2008) é na cidade que a luta pela terra ganha visibilidade.



Figura 23: Trabalhadores sem terra em marcha pelas ruas do Crato, 23 de maio de 1991 (SILVA, 2008).

Por esse lado, como observa Piancó

O Parque de Exposição foi para os trabalhadores uma área estratégica, pois, se no tempo estipulado não aparecesse a terra, do parque não sairiam, sendo o mesmo, área do Patrimônio Público Estadual, lá existe uma prorrogação definida de um evento anual, que certamente não poderia deixar de acontecer, uma vez prevista para o mês de julho, tanto pela sua repercussão e tradição a nível estadual, como pela pressão que seria feita pela sociedade civil que veria esse espaço impossibilitado de realizar tal evento comercial. A remoção dos trabalhadores para o Parque de Exposição possibilitou uma proximidade maior entre a luta pela terra com a realidade local dos moradores dos municípios caririenses, que tiveram uma participação significativa nessa luta (PIANCÓ, p. 35, 1993).

Nessa perspectiva, a manobra política dos trabalhadores, considerando o tempo e o espaço escolhido para o deslocamento da luta, além de economicamente coerente, podemos considerar como algo politicamente desafiador. Assim, a possibilidade de montagem de um acampamento no Parque de Exposição do Crato para exigir o acesso à terra tornou-se uma alternativa plausível diante do significativo avanço do movimento.

Conforme entende Sigaud (2000), montar e manter um acampamento é apenas o primeiro passo para que a luta se estruture. E além do acampamento está amparado pelo governo estadual do Ceará, os ocupantes já tinham criado uma intimidade diante das experiências do caldeirão, o que colaborou positivamente para que os camponeses dessem continuidade a mobilização de maneira organizada.

Dessa maneira, o preâmbulo do movimento pela terra no Cariri de 1991, marcados pelo trabalho de base, reuniões, trocas, assembleias que aconteciam pela força da sonhos e consciência política de centenas de camponeses, que possibilitou a construção de amizades, parentescos e companheirismo, foram fundamentais para que o movimento ganhasse engajamento.

Seguindo os acordos, no dia 21/05/1991 o Jornal O Povo publica uma matéria anunciando a desapropriação da Fazenda Carnaúba Gerais, localizada a 30 quilômetros da sede do município do Crato e nas proximidades do distrito de Santa Fé. Processo que seria firmado após a assinatura da ordem de desapropriação e transferência da propriedade para os sem terra.

## Fazenda é desapropriada para abrigar 96 famílias no Crato

*A transferência do parque de exposições, onde o grupo se encontra provisoriamente, acontecerá logo depois da assinatura do ato*

Para resolver o problema das 96 famílias expulsas da fazenda Caldeirão, no Crato, o governador Ciro Gomes decidiu desapropriar a fazenda Carnaúba das Gerais, localizada a 30 quilômetros da sede do município, no distrito de Santa Fé. O Governador assina o decreto de desapropriação na próxima quinta-feira, providenciando-se, imediatamente após, a transferência das famílias beneficiadas do Parque de Exposições, onde estão provisoriamente, para a área desocupada. O proprietário da fazenda, Wilson de Norões Milfont será indenizado com Cr\$ 11 milhões, quantia que deve receber do próprio Ciro, quando da solenidade oficial.

De acordo com a versão do Governo, a desapropriação conclui satisfatoriamente o processo de entendimento com as lideranças dos sem terra, incluindo o ex-deputado João Alfredo, na busca de um consenso. Ciro Gomes já determinará, cerca de 20 dias atrás, que as 96 famílias fossem instaladas, de forma provisória, no parque de exposições do Crato, onde receberam total assistência, médica e alimentar, de técnicos das Secretarias de Ação Social e Saúde. Egídio Serpa, porta-voz do Governo, garante que "nesse período, as pessoas abrigadas cuidaram de fazer a limpeza do parque, deixando-o, inclusive, pronto para a exposição de julho próximo.

A fazenda Caldeirão das Gerais, que está sendo desapropriada, conta com 358 ha, área que o



Ciro irá ao Crato quinta-feira assinar o ato de desapropriação

Governo reconhece insuficiente para abrigar as 96 famílias. Em razão disso, o IDAPE já iniciou levantamento topográfico de um terreno anexo, a fim de apresentar posteriores avaliação, desapropriação e indenização do proprietário. Na mesma quinta-feira em que estará no Crato, Ciro Gomes participa de solenidade no Iguatu e Acopiara, para onde seguirá logo depois de concluir o ato de desapropriação.

No Iguatu, a partir das 11 horas, o Governador faz visita às obras de recuperação da Escola Manoel Carlos de Gouvêa, já incluída entre as 600 que devem ser recuperadas dentro do projeto anunciado para o setor educacional, semana passada. Em Acopiara, para onde segue de heli-

cóptero, Ciro Gomes visitou uma outra escola, Padre João Antônio, e assina ordem de serviço para construção imediata do sistema de abastecimento d'água municipal. O retorno é previsto para o início da tarde, já que há uma audiência marcada para as 18 horas, no Palácio do Governo, com o embaixador do Canadá.

Ontem, no Rio de Janeiro, o governador cearense participou de um debate sobre a crise brasileira, na Escola Superior de Guerra, ao lado de Gilberto Mestrinho, que governa o Amazonas. Hoje, às 11 horas, Ciro estará em Brasília, a convite do Presidente Collor, assistindo à solenidade de lançamento do programa Gente da Gente. O retorno é previsto para o período da noite.

Figura 24: Notícia publicada pelo Jornal O Povo, 21/05/1991.

O espaço estava sob propriedade de Wilson de Norões Milfont que, em virtude da ordem de desapropriação de seu imóvel que seria assinada dia 23/05/1991, dois dias após a publicação da notícia, recebeu uma indenização de Cr\$ 11 milhões. Na mesma matéria impressa também é salientado que a medida foi determinada em decorrência do "entendimento com as lideranças sem terra", na qual inclui os políticos, organizações, grupos, instituições e movimentos sociais. Garantindo a retirada segura e a transferência imediata dos trabalhadores que ocupavam o Parque de Exposição do Crato para o espaço desapropriado. O próprio porta-voz do governo, ao relatar esse processo, salientou que "nesse período, as pessoas abrigadas cuidaram de fazer a limpeza do parque, deixando-o, inclusive, pronto para a exposição de julho próximo".

A execução do ato é fruto da mobilização conjunta e massiva de dezenas de famílias que fizeram de seus sonhos e necessidades uma realidade possível. Conseguindo criar uma realidade concreta através de uma luta popular. Que por seus diversos meios, é a única alternativa que, ao alterar a correlação de forças nas políticas sociais, conduz o povo às conquistas. E no que se refere especificamente a questão agrária à brasileira, marcada pela produção de latifúndios improdutivos e milhões de despossuídos, é “um problema social que só resolve com luta social” (STEDILE e FERNANDES, 2010), e as lutas que levaram a construção do assentamento 10 de abril foi um exemplo desse processo.

### **3.3 Assentamento 10 de abril na luta pela terra no Cariri cearense: resistência, saberes e seu legado**

É por fazer parte de um processo, sabemos que ações coletivas, que transcendem qualquer mobilização ou agrupamento específico que têm uma longa duração são marcadas por avanços, rupturas, continuidades, conquistas e retrocessos. A construção da comunidade Assentamento 10 de abril possibilitou o acúmulo de diversas experiências. Não conseguiram ser totalmente convenientes para todos aqueles que estavam desde o início do movimento. Após a ocupação da Fazenda Caldeirão surgiu

Uma comunidade formada por 36 famílias, pois, no período de negociação entre os líderes do movimento e o Governo do Estado do Ceará para desapropriação da área ocupada, os outros ocupantes da Fazenda Caldeirão acabaram desistindo da luta por não estarem preparados para as pressões impostas pelo proprietário/polícia para deixarem a área, bem como para enfrentar a dura realidade da vida em acampamentos até a conquista definitiva do assentamento (PIANCÓ e SILVA, 2009, p. 4).

Assim, um movimento que iniciou com 96 famílias, após a ocupação do caldeirão, continuou com um movimento formado por 36 famílias, o suficiente para dar continuidade às estratégias e aspirações. Contudo, é pensando nas dificuldades do processo que o movimento começa a pensar alternativas concretas. E pelo fato do movimento ser composto majoritariamente por trabalhadores e trabalhadoras sem terra que vivem do manuseio da terra para sobreviver e o assentamento está localizado numa

área que não favorece a produção agrícola, começa a sentir a necessidade do movimento se preparar coletivamente produzir dignamente mesmo em meio a grandes dificuldades.

Para tanto, eles recebem ajuda e orientação técnica do Movimento Sem Terra – MST, Associação Cristã de Base - ACB, bem como do Governo do Estado, através do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, na perspectiva dos trabalhadores rurais desenvolverem um trabalho coletivo procuram superar os entraves geográficos, possibilitar uma maior produtividade e por conseguinte, melhorar o acesso ao crédito a partir de uma produção de qualidade e de baixo custo (PIANCÓ e SILVA, 2008).

É pensando nas condições materiais apresentadas no contexto de 1990, marcado pela consolidação da agricultura mecanizada, que os trabalhadores do 10 de abril tendo consciência das necessidades reais e da importância em continuar a luta coletiva, que eles procuram evitar ocupar a terra, resistir e produzir de uma maneira ultrapassada e acabar perdendo-a para o latifúndio que os reprimem e exploravam até recentemente. Nessa lógica, buscam garantir que a conquista da terra seja definitiva procurando exercitar formas alternativas voltadas às suas necessidades concretas.

No assentamento o trabalho é realizado pelas próprias famílias assentadas. A divisão social do trabalho na comunidade é estabelecida pelo critério de gênero e faixa etária. Os grupos são divididos por mulheres, que desenvolvem o trabalho nas “hortas comunitárias, farmácia viva, plantio de coco, banana, amendoim, macaxeira, etc., bem como, criação de caprinos”; os jovens são orientados ao trabalho na “pecuária e apicultura”; e os homens adultos direcionados especificamente a criação de animais e na produção agrícola, com o plantio de capim, feijão, amendoim, batata, cenoura etc (PIANCÓ e SILVA, 2008, p. 6).

Contudo, as tarefas são direcionadas conforme o conhecimento e prática de cada um, assim, homens adultos, mulheres e jovens podem contribuir de sua forma em qualquer uma dessas funções, afinal, o que vai determinar suas funções no trabalho coletivo na comunidade são as condições de exercício e aptidões, como também, as demandas internas e planejamento coletivo das famílias assentadas. A comunidade é comprometida em desenvolver um trabalho digno dentro de suas possibilidades. É uma comunidade grandiosa e há espaço para todos. Essa é a riqueza do lugar. E percebe-se nos pequenos gestos que os trabalhadores e trabalhadoras do Assentamento 10 de abril

se sentem honrados e orgulhosos em pertencer a um movimento na qual cabem todas as pessoas na luta coletiva; independentemente da formação, do gênero, das habilidades, da educação, há tarefas para todos.

E defender a viabilidade das formas de produção camponesa, por mais pequenas que forem, enrijece a possibilidade não só de sobreviver, mas de ajustar-se e prosperar independente das adversidades. Por esse lado, a sobrevivência através apenas da agricultura para uma comunidade com dezenas de famílias torna-se insustentável, e foi pensando nas condições, que o Assentamento 10 de abril, organizado por setores:

Desenvolvem as atividades de caprinocultura, pecuária, cultivo em área irrigada (projeto em fase experimental que atualmente atende a cinco famílias e é realizado com suporte técnico da URCA) e apicultura, onde o resultado da produção do mel já está comercializado nos municípios vizinhos, complementando a renda das famílias. Na atualidade estão pretendendo implementar um projeto de piscicultura no assentamento contando com a orientação da Associação Cristã de Base (ACB) e da Universidade Regional do Cariri - URCA” (PIANCÓ e SOUZA, 2009).

Essa forma de organização do processo produtivo, além de dar viabilidade na segurança alimentar da comunidade, fortalece as condições materiais da comunidade e, por conseguinte, da estrutura familiar, dando possibilidade de preencher as necessidades organizativas dos sujeitos do campo.

Os movimentos pela implementação de uma reforma agrária popular, para caminhar na luta, precisam se reeducar, especialmente, para aprender a viver em coletivo. Como aponta Stedile e Fernandes (2012), o estudo é

(...) um princípio que aprendemos e procuramos aplicá-lo da melhor forma possível. Se tu não aprenderes, não basta a luta ser justa. Se não estudares, consequentemente nem tu nem a organização irão longe. O estudo nos ajuda a combater o voluntarismo, esse negócio de “deixa que eu chuto”. Isso não resolve. O jogador de futebol, por mais craque que seja, tem de treinar pênalti todos os dias depois do treino tático. Senão vai errar. Na luta social é a mesma coisa: tem de estudar. Isso nos disseram todos os líderes com quem conversamos e que possuem uma experiência histórica de lutas (STEDILE e FERNANDES, 2012, p. 44).

Todavia, historicamente a educação brasileira - e tudo que ela tem de bom - tem sido um privilégio de acesso para formação de quem tem posse, enquanto as classes

populares e despossuídos do mínimo, são condenados ao conformismo e aceitação das mazelas que a ideologia burguesa insiste em naturalizar. Nesse contexto, a escola emerge como espaço de resposta às demandas burguesas e, que só aos poucos, começa a se formar, por baixo, um movimento de pressão para o acesso de todos a essa instituição.

Gerando historicamente uma percepção dual de escola, que para elite, deve ser oferecida as melhores condições possíveis no sentido de estudar e fazer aprender, enquanto para as camadas populares, em especial, para populações rurais, quando existe escola, basta a disponibilizar os recursos mínimos suficientes para escola “funcionar” e facilitar, forçadamente, a inserção da classe popular no mercado de trabalho. Como enfatiza Freire (1992):

Os grupos das elites, agarrados aos privilégios, não se contentam com a ideia, que eles próprios nunca tomaram a sério, de que a educação é “a alavanca do progresso”. em realidade se comportam como se por esta mesma razão os frutos do progresso devessem ficar para os “cultos” (FREIRE, 1992, p. 22).

Na busca pela conquista de uma educação significativa e contextualizada, educadores vêm construindo um novo enfoque pedagógico com vistas nas experiências concretas de ruptura com o paradigma hegemônico de educação. Para isso, os representantes dos movimentos camponeses, no contexto de luta por políticas públicas direcionadas para suas demandas internas, vêm numa caminhada de décadas para que seja garantido e exercido para as populações do campo uma educação que preencha suas lacunas e dê voz ativa ao seu povo.

A concepção da educação do campo nasce sob efeito desses processos, o que faz de suas dinâmicas um conjunto de relações fruto da ação organizada dos sujeitos do campo, ou seja, uma relação decorrente da ação conjunta dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, como afirma Molina (2004):

O movimento inicial da Educação do Campo foi o de uma articulação política de organizações e entidades para denunciar a luta por políticas públicas de Educação no e do campo, e para a mobilização popular em torno de um outro projeto de desenvolvimento. Ao mesmo tempo tem sido um movimento de reflexão pedagógica das experiências de resistência camponesa, construindo a expressão, e aos poucos o conceito de Educação do Campo (MOLINA, 2004, p. 19).

Em 1998, através da I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, sob efeito das mobilizações camponesas pelo direito à educação e a escola, foi inaugurada uma nova perspectiva para debater uma educação que fundamente e explore os limites e possibilidades das famílias camponesas. No que se refere às lutas sociais produzidas e reproduzidas no mundo rural e sua relação com as potencialidades da educação, Arroyo (2011) enfatiza que:

(...) existe um movimento social do campo. Parece-me que hoje a imprensa, as elites, a sociedade, todos reconhecem que o campo não está parado, o campo está vivo, há mais vida na terra do que no asfalto da cidade, e este me parece um ponto fundamental: termos consciência de que hoje onde há mais vida no sentido de movimento social, onde há mais inquietação, é no campo (...). Não só há no campo uma dinâmica social, ou movimentos sociais no campo, também há um movimento pedagógico (ARROYO, 2011, p. 68).

Nesse sentido, a educação do campo é um processo em construção que luta pela reafirmação de uma identidade que é particular de um setor social. Sem deixar de considerar a formação humana em suas amplas dimensões, construindo no campo uma perspectiva de escola que “oriente a vida das pessoas e inclua também as ferramentas culturais de uma leitura mais precisa da realidade em que vivem” (CALDART, 2002, p. 41).

Esses embates remetem a um ambiente de tensão; com objetos, projetos de sociedade e leituras de mundo distintos. Por esse lado, apesar dos notáveis esforços na busca da superação de uma leitura consagrada da educação brasileira, marcada por uma certa pragmática, muito se tem produzido no Brasil a partir de uma leitura excludente de práticas, apropriações, legados e experiências na constituição do Brasil em seus projetos curriculares. As diversas esferas institucionais que regulam o que pode estabelecer conexão entre os processos históricos, suas determinações e a história de suas determinações, com a ação individual, para Thompson, precisam ser consideradas enquanto um ambiente que expressa uma tensão permanente. Para ele:

(...) a questão que temos imediatamente à nossa frente não é dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor

que isso se dá? Certamente não iremos supor que o ser está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a consciência (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizativas, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente. (THOMPSON, 1981, p. 19).

A escola como modelo organizacional, e os fatores externos que a determinam, bem como formas não escolares de educação, e os suportes educativos que a controlam, deixam marcas profundas na cultura que a gerou e que delas sofre influência. As contribuições de Edward Thompson para o terreno da educação residem nessa abordagem entre a determinação e a acomodação, entre a estrutura e o processo, entre o indivíduo e a generalidade, é que medeia a experiência. Um conceito fundamental para entender o “fazer-se” - *making* - dos indivíduos e sua classe, para Thompson, serem sujeitos de sua própria formação e caminhada, se alimentando das predisposições que a emancipação pode oferecer.

Essas colocações são pertinentes para refletir como a educação, pela via da escola ou não, é um denso e rigoroso processo de humanização, de preparação visando não só a formação profissional, mas para a vida em sociedade como um todo e tudo aquilo que alimenta a sede de viver, de sentir e conviver coletivamente. Nesse sentido, a primeira função da escola no ponto de vista da educação do campo é justamente possibilitar a humanização da pessoa.

### **3.4 Educação do Campo e Ensino de História: apontamentos e possíveis diálogos**

A expressão “Educação do campo” é um conceito datado historicamente. No contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizado na cidade de Luiziana - Goiás, de 27 a 30 de julho no ano de 1988, essa concepção era entendida como Educação Básica do Campo. No ano de 2002, a partir das discussões desenvolvidas pelos movimentos sociais sem terra no seminário nacional realizado de 26 a 29 de novembro naquele mesmo ano, começa a ser chamada de Educação do Campo. Quando na II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004, o termo “Educação do Campo” é delimitado e reafirmado enquanto uma concepção de

educação a ser defendida pelos movimentos sociais de luta pela terra a nível nacional (CALDART, 2012).

Acreditamos que o setor de educação do MST nos anos 1990 serviu como organismo pulverizador de suas perspectivas, que utilizava o impresso como via para divulgar suas ações e ferramentas didáticas. Na primeira edição do Boletim da Educação (ANEXO 3) - produzido e publicado pelo setor de educação do MST em agosto de 1991 - foi direcionado às escolas e instituições educacionais construídas pelo movimento, advertências que reforçam essas colocações elencadas aqui. No ponto 2 da carta, com o título “Como a escola deve capacitar para cooperação”, são debatidos os problemas e as possibilidades necessárias para superá-los:

(...) Parece que quando tivemos que nos juntar num acampamento não foi tão difícil. Talvez porque sentimos que não havia outra alternativa. E talvez também porque sabíamos que era uma solução provisória.

Mas na hora do Assentamento, da vida mais estável, temos a tendência de esquecer as lições da vida. Vem à tona em nós uma educação que tivemos e toda uma experiência de um trabalho individual que nos faz ter dificuldades em aceitar outra vida. No fundo ainda trazemos em nós os princípios da burguesia que dizem que o coletivo é perigoso; que toda a organização é subversiva e que só faz confusão.

Por isso é que precisamos nos reeducar. Precisamos APRENDER A VIVER EM COLETIVO. Precisamos nos CAPACITAR PARA A COOPERAÇÃO (Boletim da Educação, nº 1, 1991, p. 5).

Essa passagem do Boletim da Educação (1992) nos ensina sobre a fundamentação prática do conhecimento escolar. Sempre dando uma utilidade prática para o aprendizado que se aprende e se ensina nas escolas. Nesse ponto, é destacado a importância de manter a luta e a mobilização coletiva após a conquista da terra, sem deixar de lado os processos e experiências vivenciadas, tratá-los como lições de incentivo à continuidade das lutas diárias.

O que nos faz lembrar da trajetória do ensino de história. Que desde suas primeiras implicações e contribuições até sua consagração recente, passou por importantes transformações. Dentre estas, uma que está associada a própria na trajetória escolar que, nos primórdios, se apresentava como campo de estudo *mnemônico* à serviço das narrativas de setores seletos da sociedade, ao mesmo tempo que, sedimentava a origem de um passado exclusivamente branco, europeu e cristão (BITTENCOURT, 2018).

Transformações que variam de uma história desenvolvida através de um conjunto sucessivo e claramente cronológico de realizações de “grandes homens” até uma disciplina que busca se reinventar sob os esquemas metodológicos que tentam dar conta da multiplicidade de sujeitos e camadas sociais construtoras da nação brasileira e da história mundial, isto é, dar conta do compromisso de comunicar as experiências individuais e coletivas no tempo através de uma história ensinada, mesmo que atravessada por olhares vigilantes de demandas internas e externas.

Algo que está totalmente ligado aos limites e possibilidades da educação do campo e sua capacidade transformadora de dar sentido aos saberes produzidos e reproduzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Elementos que ascenderam em meio a contextos conturbados sentidos na trajetória da educação brasileira e que provocaram feridas ainda longe de estar inteiramente cicatrizadas ou, pelo menos, superadas.

Nesse sentido, quando colocamos em jogo a simetria de perspectivas entre ensino de história e as demandas defendidas pela educação do campo, entendemos que as experiências educativas construídas para os trabalhadores sem terra, dizem respeito à um conjunto de perspectivas particulares de uma cultura escolar ideológica que colaborou e colabora para sustentação de uma trajetória escolar unilateral e que cada vez mais nos faz pensar as relações concretas de uma formação que deixa a desejar na condução de um projeto democrático e coletivo no seu sentido concreto. Deixando o sujeito fora das circunstâncias que o construiu e alienando ele de conhecimentos e perspectivas que poderiam ser muito bem desenvolvidas em sua formação se existisse um modelo de educação minimamente preocupado com a humanização e a formação de sujeitos atuantes.

O filósofo francês contemporâneo Michel Onfray<sup>44</sup>, ao perceber a construção do pensamento historiográfico conduzido por aqueles que omitem frente às contradições históricas, observa que “a disciplina (historiografia) participa da polemologia: como encarar o combate, medir as relações de força, elaborar uma estratégia, uma tática para realizá-la, gerir informações, calar, silenciar, enfatizar o óbvio, fingir” (ONFRAY, 2008, p. 11). Em suma, o autor enfatiza que “a história mostra que é complacente com os ganhadores e impiedosa com os perdedores”.

---

<sup>44</sup> ONFRAY, Michel. *Contra-história da filosofia*. Vol. I: As sabedorias antigas. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

A trajetória da cultura escolar que concebe uma “pedagogia cidadã” como seu principal empenho, tenta traduzir nos parâmetros institucionais da educação do século XXI estratégias e caminhos para condução do exercício democrático a partir de saberes escolares. Todavia, sempre acaba esbarrando nas “tendências” do mercado, que na grande maioria das vezes não compactua com as finalidades do ensino de história, muito menos as demandas sociais e históricos do público discente.

Como observa o filósofo Jonathan Crary<sup>45</sup>, em suas reflexões sobre a educação na era do capital, são projetos de sociedade que acabam em confronto com as novas orientações de uma educação tecnicizada, cuja prioridade é moldar, antes de mais nada, um “cidadão do mundo capitalista global” sob novas formas de individualismo cada vez mais controlada pelos ditames do mundo digital (CRARY, 2014).

No contexto rural, o elemento educativo que contribui para potencializar esse aspecto é a concepção de “educação rural”, que atribui para construção de um modelo de escola amparada pelas demandas do paradigma capitalista. Nessa concepção, o trabalho escolar é desenvolvido para que os indivíduos sejam moldados como mão de obra produtora de riqueza. Assim, as escolas do campo não atenderiam a outra demanda senão a de produzir sujeitos aptos a servirem às demandas do capital.

Ribeiro (2012) advertiu que essa perspectiva buscava reafirmar os alicerces do capitalismo ocidental e a democracia burguesa, fincados pelas ideias de civilização e progresso, dando margem a segregação e hierarquização na sociedade. Ao considerar como prioridade o mercado e a produção de bens de consumo. Assim, aqueles setores da sociedade que não atenderem a essas demandas, seriam descartados e isolados das políticas públicas.

Nesse cenário, o ruralismo pedagógico em consonância com a educação neoliberal, entraria no campo para reafirmar essas demandas, ao mesmo tempo que, para isso, teria que retirar o poder de autonomia dos camponeses em decidir seus próprios caminhos. A partir de um discurso ideológico com interesses determinados, a educação rural procurava isolar as populações camponesas como meros produtores e consumidores de bens daquilo que a cidade vê como ideal. Numa orientação educacional pautada num projeto de dominação e silenciamento do mundo rural, que tenta corromper desde o que é servido no prato até o que se aprende na escola. Isso

---

<sup>45</sup> CRARY, Jonathan. Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

reproduz uma cultura historicamente vivenciada na formação do Brasil que entende os sujeitos do campo:

(...) Como objetos e não como sujeitos de tais políticas, as populações rurais não foram consultadas acerca de suas demandas, nem informadas sobre os programas a elas destinados e, nem ao menos, sobre a aplicação e avaliação destes programas. (...) Havia a necessidade de anular os saberes acumulados pela experiência sobre o trabalho com a terra, como o conhecimento dos solos, das sementes, dos adubos orgânicos e dos defensivos agrícolas (RIBEIRO, 2012, p. 297).

Com isso, no combate à educação rural, emerge através da mobilização dos movimentos sociais a perspectiva da educação do campo. Nesse aspecto, Caldart (2012) aponta que a educação do campo surge a partir das reivindicações dos trabalhadores do campo por políticas públicas voltadas para educação que se encaixe nas necessidades de vida dos seus filhos e filhas, como também, daqueles que não conseguiram concluir os estudos na idade determinada. Assim, suas perspectivas educacionais vão além da lógica do capital, que obriga o sujeito a se adequar às demandas de mercado, ou considerando a realidade do campo, do agronegócio.

Desse modo, em contrapartida, a concepção de educação do campo emerge como um fenômeno da mobilização camponesa na atualidade, sendo construída “(...) pelos trabalhadores do campo e suas organizações que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas.” (CALDART, 2012, p. 257).

Assim, seu funcionamento é operacionalizado não de fora pra dentro, mas a partir dos lugares onde os sujeitos do campo vivenciaram e compartilharam seu cotidiano e suas questões mais íntimas, que tem a ver com aquilo que ajudou a formar quem ele é. Nessa perspectiva, são valorizadas as conexões com o trabalho no meio rural, com o conhecimento de mundo, as relações sociais comuns à vida campesina.

A partir desses enfoques, acreditamos que uma educação simetricamente conectada com o ensino de histórica possibilitaria a construção de uma perspectiva de educação e prática pedagógica que dialogue com suas necessidades e demandas. Colaborando para ampliação de uma visão engessada de educação, de modo a se adequar as formas de vida no campo e superar o viés meramente econômico da educação rural, que visa (re)forçar um modelo de educação ligado prioritariamente à

produção desenfreada. Sem vê o camponês e suas aspirações mais elementares, apenas mirando na mão de obra que ele tem a oferecer ao mercado.

### **3.5 União e resistência por educação: caso do Assentamento 10 de abril**

Para chegar no assentamento 10 de abril, a partir da sede do município do Crato, devemos ir pela CE 055, no sentido distrito Dom Quintino, pelos 12 km desta rodovia estadual. No trajeto, indo à esquerda, pela comunidade da Bréia, teremos acesso ao imóvel após seguir por 8 km por uma estrada carroçável. Além deste, existem outros caminhos que levam ao Assentamento 10 de abril, como por exemplo um trajeto de aproximadamente 18 km que atravessa uma estrada asfaltada até o Distrito de Santa Fé, chegando ao distrito de Monte Alverne. Na sequência, é necessário se deslocar mais 11 km em estrada carroçável até chegar ao Assentamento.

Através dos dados coletados pelo geógrafo João César Abreu de Oliveira, em sua dissertação de mestrado “Meio Ambiente e educação Ambiental no MST: representações sociais no Assentamento 10 de Abril no município do Crato - Ceará” (2008), vamos analisar as questões que envolvem o cotidiano do assentamento dando ênfase aos processos educacionais produzidos pelos assentados. Procurando evidenciar os limites e as possibilidades no “ensinar e aprender camponês” a partir da realidade do Assentamento 10 de abril. Entendendo o ambiente onde esses processos são compartilhados e como se deu os esforços para tentar construir uma escola e uma perspectiva de educação na comunidade mesmo em meio a tantas adversidades. Ademais, iremos pontuar como alguns elementos da educação do campo e do ensino de história se fez presente para tornar esse sonho possível e atuante.

De antemão, a partir das informações coletadas por Oliveira (2008) em seu trabalho de campo, podemos entender algumas dificuldades e obstáculos estruturais que atravessam a história da comunidade em sua luta pela efetivação de condições básicas de vida.

As dificuldades para gestão do Assentamento são afetadas por condicionantes ambientais, principalmente pela ineficiência das políticas públicas voltadas para o campo. Há deficiência de assistência técnica, falta de crédito para os

assentados, inexistência de água encanada e projetos de irrigação, dificuldades de transporte e acesso ao Assentamento, escola precária e conflitos internos entre os assentados, além dos aspectos relacionados com a geologia, os solos, o clima, a vegetação e a hidrologia característicos da região semiárida do Nordeste brasileiro. Em relação aos aspectos ligados com a assistência técnica, que geralmente fica a cargo de políticas institucionalizadas por órgãos públicos, ou seja, dependendo da vontade política dos governos, não sendo realizada periodicamente e muitas vezes não atendendo às expectativas e à realidade dos assentados, o órgão que está responsável é a EMATERCE, que possui os chamados Agentes Rurais, com o intuito de incentivar as atividades ligadas com a produção agropecuária (OLIVEIRA, 2008, p. 96).

No que se refere a distribuição espacial do Assentamento até meados de 2008, além da escola chamada “Construindo o caminho” e da creche “Santo Inácio”, o autor cita uma bodega<sup>46</sup> comunitária desativada, vários armazéns para depósito de produtos e mercadorias, seis açudes (sendo três de médio porte e outros três pequenos), um poço profundo, granjas, apiários, estábulo, casas de moradores, um campo de futebol, uma igreja e um galpão para realização de festas e reuniões organizadas pelos assentados. (OLIVEIRA, 2008)

A organização e gestão do Assentamento 10 de abril é operacionalizada coletivamente, através da associação dos produtores da comunidade, grupos de mulheres e jovens, setores organizados para o desempenho de produção específicas. Um trabalho articulado com os interesses decididos de forma conjunta.

Oliveira (2008) evidencia que grande parte dos moradores assentados participam de assembleias, reuniões, estudos e cursos ofertados para o aperfeiçoamento da produção e comercialização das mercadorias produzidas pela comunidade. E no que se refere a distribuição de terrenos entre os assentados,

As famílias que se organizam de forma coletivista e moram na Agrovila planejam as atividades em Assembleia, dividindo-se em grupos de mulheres, homens, jovens, adultos e idosos conforme as condições de trabalho e aptidão de cada um. Na área do Correntinho, as famílias possuem seus próprios lotes e trabalham de forma individual, muitas vezes não participam das atividades da Associação gerando problemas internos (OLIVEIRA, 2008, p. 95).

---

<sup>46</sup> Espaço de diversão, lazer e descontração do Assentamento 10 de abril que foi desativado mas realocado em outro espaço na própria comunidade.

Como instituições formadoras e que possibilitam o fortalecimento da coletividade, a Igreja e a escola da comunidade, desempenham um papel fundamental nos trabalhos que envolvem a construção de uma identidade coletiva e solidária entre os assentados, como também, contribui para redução de desentendimentos internos que venham a atrapalhar no desempenho das responsabilidades e compromissos do assentamento.

A preocupação com o exercício da religiosidade e questões que envolvem a condição de assentado é recorrente na comunidade e está totalmente conectada com sua história. Conforme o título do Boletim de Sistematização elaborado pelos próprios assentados, o assentamento é uma “história de luta, fé e união”. A capela do assentamento foi construída com recursos da própria comunidade numa ação organizada em mutirão. Para os moradores, é um lugar sagrado e extremamente fundamental na edificação da espiritualidade coletiva. Seu padroeiro é São Vicente de Paula, santo protetor dos pobres e humilhados. A capela é mais um dos espaços sagrados dos assentados, onde eles externalizam e praticam sua fé em coletivo, nela encontra-se totens e imagens de santos, bancos de madeira e um pequeno altar.



Figura 24: Assentados durante a mística na capela do Assentamento 10 de abril. Agosto de 2005  
(Foto: João César Abreu de Oliveira, dezembro de 2005) - (Oliveira, 2008, p. 82).

As místicas para os assentados é um momento de reflexão, partilha e afeto, que segundo as observações de Oliveira (2005) na realidade do 10 de abril, assim como, as missas e demais celebrações religiosas, são coordenadas por mulheres. O momento das místicas é sempre uma oportunidade para refletir sobre as lutas passadas e situações que os moradores da comunidade enfrentam cotidianamente “aproveitam para discutir questões ligadas com a vida abordando temas como a violência, o desemprego, a saúde, a educação, o uso da terra, a reforma agrária, sementes selecionadas dentre outras” (OLIVEIRA, 2008). Sempre em diálogo com os encontros que fizeram parte da trajetória dos assentados e colaboraram para construir o que são hoje. Através dessas reflexões que os assentados reafirmam suas aspirações e por qual direção devem seguir para alcançá-las. Sobrevoando no tempo para evocar as memórias e reafirmar as experiências que edificaram sua identidade.

De acordo com Fernandes e Stedile (2012), o momento das místicas para quem vive a realidade dos assentamentos coordenados pelo MST é uma ocasião na qual os sem terra procuram fortalecer dois aspectos fundamentais para continuidade da luta pela reforma agrária, primeiro fortalecer a unidade, e, segundo, que é uma contribuição geral, buscam aplicar princípios organizativos. Nesse sentido:

A mística é uma prática que o movimento desenvolve. De certa forma, é seu alimento ideológico, de esperança, de solidariedade. A mística, para o MST, é um ritual. Ele tem um caráter histórico, de esperança, de celebração permanente (...) Mais do que isso, até por influência da igreja, tínhamos a mística como um fator de unidade, de vivenciar os ideais, mas, por ser uma liturgia, vinha muito carregada. Com o passar do tempo - tudo é um processo de construção - fomos nos dando de conta de que, se tu deixas a mística se tornar formal, ela morre. A mística só tem sentido se faz parte da tua vida. Não podemos ter momentos exclusivos para ela, como os Congressos ou Encontros Nacionais ou Estaduais. Temos de praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Queremos que esse sentimento aflore em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação. Ninguém se emociona porque recebe ordem para se emocionar; se emociona porque foi motivado em função de alguma coisa (FERNANDES e STEDILE, 2012, p. 132).

Por esse lado, procurando fortalecer a unidade que, através da mística, os trabalhadores rurais constroem uma visão política sobre a realidade deles e sobre o uso dos seus símbolos, a partir desses pontos, vão costurando a identidade. E um dos elementos fundamentais para que esse processo se torne possível é o apego com o passado, isto é, a valorização da memória. O que os condicionam na busca pela

capacidade de diálogo com o tempo, um dos pontos importantes para a continuidade dos trabalhos de luta pela terra.

Nesse sentido, são nesses momentos que através de uma leitura singular de tempo que os camponeses fortalecem sua consciência histórica, peça basilar da identidade camponesa e sem terra. De acordo com historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen (2001), a definição de consciência histórica seria “a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 57).

Entendendo a importância das místicas no Assentamento 10 de Abril e seu apego à memória da comunidade, ou seja, a uma estrutura temporal particular, chama a atenção, a partir das considerações de Rüsen (2001), o apelo à consciência histórica como uma possibilidade real de orientação do indivíduo para as circunstâncias de vida e da realidade prática que lhe envolve. Essas operações seriam uma brecha para fortalecer a compreensão de suas próprias experiências, enquanto sujeito ativo e atuante, através da consciência histórica, tanto individual quanto coletivamente.

Dáí presume-se que a consciência histórica é não só uma necessidade humana, pois, quando se diz respeito a realidade de quem vive o cotidiano de luta pela terra, em uma modelo de comunidade assentada, em que não basta estar unido, mas sim organizado, esse recurso é indispensável para o autoconhecimento do indivíduo, não só de si e de seus antepassados, mas também das circunstâncias que condicionaram a ser quem ele é e onde ele está inserido.

Nessa perspectiva, o conceito de consciência histórica formulado por Rüsen (2001) atravessa e se faz atravessar pelas formas de aprendizado histórico. Entendendo que, o aprendizado histórico se fundamenta enquanto um “(...) processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo através da narrativa histórica” (SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p. 43).

É dialogando com o tempo que os assentados entendem as razões que os levam a ser quem são, entendendo seus traumas e dificuldades do passado e presente, mas também, suas conquistas e virtudes. Entendendo como uma tática ideal para colocá-los dentro dos eixos da resistência, fortalecendo o compromisso e disciplina na luta

organizada, especialmente a juventude, que não vivenciou os momentos de construção do assentamento.

Por esse eixo, reforçamos aqui a perspectiva do ensino de história como ponte importante para formação dos sujeitos sem terra em diálogo com a concepção da educação do campo. E que, nesse cenário de desafios, pode ser um caminho pertinente de rompimento com a postura presentista, que contamina especialmente as novas gerações. Um fenômeno do imaginário coletivo que atravessa fortemente a nossa sociedade atual e que inclusive se contrapõe a um dos traços característicos do universo camponês, culturalmente conectado ao passado e intimamente ligado às tradições historicamente construídas (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011). Partindo desse ponto:

É necessário pensar como podemos transformar, não só o ensino de história, mas a abordagem de todos os conteúdos, de modo a trabalharmos a sua dimensão histórica e, sobretudo, como podemos fazer da escola um lugar onde crianças, jovens, adultos e pessoas idosas possam encontra-se com sua história, com a história de sua comunidade, da região, do país, da humanidade, estabelecendo laços entre o presente e passado, que os eduquem como projetistas do futuro (CALDART, 2011, p. 58).

No assentamento 10 de abril, a escola “Construindo o caminho” foi um espaço de desenvolvimento de atividades que transcendia a função comumente conhecida de espaço escolar. Lá os planejamentos e atividades escolares eram articuladas e exercidas principalmente pelas mulheres.

Localizada em um prédio pequeno, a escola em meados de 2005 possuía uma sala de aula com algumas cadeiras de madeira, estante com livros didáticos e com temas educativos, uma mesa do professor; e num cômodo ao lado ficam localizados alguns objetos para produção da merenda dos alunos e alunas, como um fogão e algumas panelas. A escola também é um espaço onde aconteciam assembleias, reuniões e encontros da comunidade (OLIVEIRA, 2008).

A partir dos estudos de Oliveira (2008), os professores afirmam que procuravam trabalhar o currículo da escola, em diálogo com as normativas e orientações formais, determinadas pela Secretaria de Educação do Município e pelas diretrizes pedagógicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento social que coordena em regime de colaboração diversos trabalhos no assentamento - através de

cartilhas, livros, textos e atividades diversas produzidas pelo Setor de Educação do movimento e sua Pedagogia da Terra (OLIVEIRA, 2008).



Figura 26: Assentados num momento de assembleia na escola Construindo o caminho (Foto: João César Abreu de Oliveira, dezembro de 2006) - (Oliveira, 2008, p. 81).

A escola “Construindo o caminho” teve suas primeiras atividades iniciadas no contexto da ocupação do caldeirão em 1991, desde lá os camponeses vêm desenvolvendo atividades educativas, através de uma comissão de educação que sempre esteve presente na construção da comunidade. Após a conquista da terra, imagina-se que a construção de uma escola com um prédio específico e organizado seria um sonho que estava prestes a ser realizado. No entanto, inicia-se uma longa luta pela permanência e reconhecimento da escola pelo poder público.

Como já era de se esperar, a prefeitura do município do Crato não cedeu às reivindicações dos sem terra e continua negando todos seus pedidos pelo direito à escola para as famílias assentadas no 10 de abril. O espaço da escola foi aproveitado para acomodar algumas instalações da associação dos produtores da comunidade, servindo como armazém de excedentes agrícolas em alguns períodos do ano e como salão de reuniões da associação. Após o fechamento da escola em 2009, a educação no Assentamento 10 de abril sobrevive nos trabalhos da creche Santo Inácio, que atende crianças de 0 a 3 anos de idade que residem na comunidade.

Como se não bastasse a negação aos pedidos das famílias do assentamento 10 de abril, que só queriam ver seus filhos e filhas estudando na comunidade, o fechamento da escola se deve exclusivamente ao empenho dos órgãos públicos, em especial, a Prefeitura do Município do Crato, que por meio da Secretaria de Educação da cidade, tentou por diversas vezes encerrar em definitivo seus trabalhos.

Conforme relata Brito (2013), em seu artigo científico “Escola do Assentamento 10 de abril construindo o caminho: a luta e a conquista por uma escola diferente”:

Por duas vezes a Secretaria de Educação do Município foi à Escola para anunciar o cancelamento das atividades. A comunidade, pega de surpresa, teve que mobilizar rapidamente os assentados para que isso não fosse possível. Para isso a mesma dispõe de um sistema de comunicação utilizado pela associação em casos de emergências. Trata-se de um sino que quando tocado todos os moradores dirigem-se imediatamente ao local já sabendo que terão que contribuir com algum problema a ser resolvido por todos (BRITO, 2013, p. 21).

Segundo dados do INEP (2018), nos últimos 19 anos foram fechadas em média 4 mil escolas do campo por ano, somando em torno de 80 mil escolas desativadas. Nesse cenário, em 2011, o MST criou uma mobilização nacional para barrar o avanço contínuo de fechamento de escolas no campo brasileiro, denominada “Fechar escola é crime”, em meio a um crescente número de desativação de escolas da zona rural, que entre 2002 e 2010, chegaram aos dados assustadores de 24 mil escolas fechadas pelo Estado brasileiro. Infelizmente a pressão da campanha não teve os resultados tão sonhados.

Um levantamento atualizado com base nos dados do INEP que buscava averiguar o número total de escolas da educação básica revelou que, entre os anos de 1997 e 2018, foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro, o que indica que a população do campo é a que mais sofre com a carência de acesso à educação, não só nas condições de aprendizagem, como também, no próprio acesso escola em suas comunidades.

TABELA 6: NÚMERO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO - EDUCAÇÃO BÁSICA			
ANO	TOTAL	URBANOS	RURALS
1997	225.520	87.921	137.599

2018	181.939	124.330	57.609
DIFERENÇA	- 43.581	+ 36.409	- 79.990

Fonte: Censo Escola - INEP, 2018.

Nessas condições, não é possível que a zona rural saia da situação de desfavorecimento nos níveis de escolaridade e de fracasso escolar. Também não surpreende que os resultados nas avaliações externas e internas sejam expressamente inferiores aos das áreas urbanas. De acordo com o IBGE (PNAD, 2017) os índices de analfabetismo no campo são de 17,7%, contra 5,2% nas cidades. Já a escolaridade média é de 8,7 anos no campo e 11,6 nas cidades.

A gravidade dessas estatísticas demonstra por si só não apenas os efeitos negativos gerados pelo fechamento das escolas, mas também o crescimento da desigualdade campo-cidade no que se refere aos índices de escolaridade<sup>47</sup>. Um cenário que produz impactos negativos em várias dimensões estruturais. Algo que as recentes inovações do ponto de vista pedagógico não conseguem resolver por se tratar de problemas gerados pelas dimensões estruturais da realidade brasileira. O Nordeste brasileiro é a região que mais sofreu com o problema, onde foram fechadas mais de 40 mil escolas, cifra correspondente a mais da metade do número total de escolas fechadas.

Vale dizer que, também segundo os dados do Censo Escolar 2017, o fechamento das escolas não é uma resposta a diminuição das matrículas escolares, pois em 1997 havia 7.406.217 estudantes matriculados em escolas rurais; em 2018 esse número diminuiu para 5.473.588, uma redução de 26,1%, uma taxa inferior aos 58% de fechamento das escolas localizadas na zona rural. Grande parte das escolas desativadas eram estabelecimentos de ensino de menor porte. Com a justificativa de que os alunos das escolas fechadas seriam redistribuídos para escolas maiores, num processo conhecido como nucleação.

O processo de nucleamento das escolas vem ocasionando o sucateamento da educação, precarizando prédios construídos com tanto esforço e quase nenhum investimento público, levando estes a situação de abandono. Em virtude desses fatores, grande parte do ano, o espaço da escola “Construindo o Caminho” é usado como uma extensão da associação dos produtores da comunidade, além de local de reuniões e

<sup>47</sup> Para mais informações sobre o fenômeno de fechamento das escolas do campo, ver a matéria lançada no site do MST > [80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos - MST](#) (Acesso abril de 2022).

assembleias, o que não deixa de ser experiência de ensinar e aprender, portanto, de educação.

Sua estrutura física foi encerrada. Apoio e reconhecimento das instituições públicas não existem a mais de uma década. No entanto, não conseguiram destruir seu legado político e educacional, algo que transformou a comunidade de uma significativa, especialmente a geração que teve a oportunidade de estudar com professores da comunidade, que entendiam das necessidades de seu lugar e sabiam quais conhecimentos deveriam ser trabalhados em uma escola situada em uma local nasceu na luta pela reforma agrária. Seus frutos são colhidos até hoje, o que a Escola “Construindo o Caminho” plantou nenhuma política de sucateamento da educação não conseguiu destruir.

Conforme os dados apurados pela professora Roberta Piancó em 1993, a primeira pesquisadora do Assentamento 10 de abril, nos primeiros anos após a consolidação da comunidade, apenas 2% dos assentados com idade escolar possuíam iniciação no Ensino Médio; 5% concluíram o ensino fundamental; 16% iniciaram mas não chegaram essa etapa da educação básica; somente 1% possuía ensino superior e 7% da comunidade nunca havia frequentada o espaço escolar (PIANCÓ, 1993).

Essas informações descortinam uma situação preocupante para o futuro daqueles que aceitaram o desafio de viver e compartilhar seu cotidiano em um assentamento. Situação que englobava parte considerável da sociedade brasileira da última década do século XX. Ademais, esses dados eram bem mais alarmantes quando se tratava da realidade no mundo rural, particularmente, em espaços que nascem da luta pela terra. E mesmo quando era oferecido uma educação, as dificuldades eram imensas, especialmente por se tratar de um modelo de escola descontextualizado com as relações sociais, culturais e econômicas historicamente partilhadas no campo.

A escola “Construindo o caminho” foi feita de forma improvisada pelos assentados, em um imóvel de pequeno porte e com poucos recursos materiais para fazer funcionar uma escola como comumente imaginamos. E no que se refere a ausência e omissão do poder público local, Silva (2012) nos conta que:

(...) Existe, inclusive, uma área do assentamento já escolhida pela comunidade para a construção. Porém, a alegação da prefeitura do Crato para

a não construção da escola, segundo relatos do professor Paulo, que é também um dos assentados, é a de que o assentamento se encontra em terras do Governo do Estado do Ceará, sendo necessário que o mesmo oficialize a doação das terras para o município, pelos trâmites legais, para que aí sim seja possível alocar os recursos para construção da sede da escola. Por sua vez, o Estado entende que a educação infantil e o ensino fundamental são da esfera de competências dos municípios, não disponibilizando, recursos para construção de uma escola que atenda a esses dois níveis de ensino. O que se vê é a negação da responsabilidade dos poderes públicos das diferentes esferas (municipal e estadual), que, ao invés de construírem a sede da escola, se eximem de seu papel, prejudicando os jovens que precisam estudar (SILVA, 2012, p. 124-125).

Dessa forma, o Estado tenta usar de artifícios jurídicos para legitimar o abandono da educação para crianças, jovens, mulheres e adultos do Assentamento 10 de abril que é deles por direito. Pois a mesma lei que estados e municípios se apoiam para justificar a exclusão dos povos do campo do ensino e aprendizagem, conforme o artigo 211, § 2º da Constituição Federal, os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Com isso, os Municípios são responsáveis por fornecer a educação de base, qual seja, creches (para crianças de até 3 anos), pré-escolas (educação infantil; 4 e 5 anos) e ensino infantil (de 7 a 14 anos) e os Estados, que são obrigados a manter e organizar o segundo o ensino fundamental e médio com prioridade, segundo o Art. 8 da Lei nº 9394/96, é obrigado, juntamente, com o município a atuar em regime de colaboração, através da União, para que a educação seja oferecida a toda população, sem exceção.

Ademais, desde 2016, foi determinado que a matrícula de todas as crianças de zero a quatro anos na pré-escola também é obrigação dos municípios. Assim como, os pais são obrigados a matricular seus filhos, sendo passível de multa caso a matrícula não seja realizada. Mas no que se refere aos pais da zona rural, particularmente, os pais do Assentamento 10 de abril, como eles irão fazer uma matrícula escolar se o direito a escola vem sendo sistematicamente negado a seus filhos?

É importante frisar que a luta do assentamento 10 de abril para ter uma escola em seu espaço faz parte de toda sua história, que inicia em 1991, cinco anos antes da elaboração da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que ocorreu em 1996. O que temos presenciado é uma exclusão em várias ordens, com atenção especial em dois sentidos, do ponto de vista ideológico, no sentido de estranhamento e a ausência de reconhecimento da população camponesa pela cidade e suas instituições. Como se estes fossem os “outros”, “bárbaros”, pois, pelo fato de estarem em uma área

de reforma agrária, criada a contragosto do poder público municipal, seria uma comunidade estranha aos ideais de civilização e desenvolvimento social, razão suficiente para negá-los políticas públicas, e permitir que a exclusão e a indiferença prevaleçam.

E do ponto de vista geográfico, para o poder público, é como se o assentamento não fizesse parte da área do município, sendo algo fora de suas fronteiras, o que justificaria a negação dos recursos ofertados pela esfera municipal. Com isso, jogam a responsabilidade para o Governo do Estado, que também nega e procura legitimar através da lei a exclusão da população do campo do seu direito constitucional de estudar e fugir do espectro do analfabetismo. Infelizmente, o desamparo e a exclusão por parte do Estado de uma maneira geral é uma realidade comum na vida dos filhos e filhas trabalhadores sem terra, e o Cariri cearense também tem sido palco desse cenário.

A luta pela educação é uma bandeira que atravessa a história do Assentamento, algo que nem as políticas de fechamento de escolas do campo conseguiu travar, graças a mobilização dos assentados, que caminham sem esquecer que a educação é indispensável na vida de quem aspira por dignidade.

Desde o início do assentamento, existe um grupo de jovens. Nos primeiros anos, o grupo atuava na plantação de bananeira. O trabalho era mais voltado para a produção. Ainda faltava o elemento social, a formação intelectual da juventude. A parte social é fundamental na nossa caminhada. Em 2009, a escola do assentamento foi fechada. No ano seguinte, uma nova geração de jovens se uniu, formada por quem estudou até a quarta série na nossa escola, batizada de Construindo o Caminho. Não era somente Português e Matemática, mas uma Educação Contextualizada que trazia a nossa cultura, a nossa história e a nossa identidade. Em homenagem à escola que os formou, nossa geração batizou o grupo com o seu nome. (BOLETIM DA EXPERIÊNCIA, 2008, p. 4).

Mesmo sobrevivendo com condições mínimas, sem assistência, apoio ou ao menos reconhecimento por parte do governo municipal, que só destinava migalhas, a escola “Construindo o Caminho” ainda hoje tem triunfado em meio às contradições sistemáticas e antagônicas. Como podemos compreender pelos dados coletados por Brito e Piancó (2013), até meados de 2013, 22 anos depois da conquista do assentamento, 16% dos jovens entre 7 a 16 anos, concluíram ou cursam o ensino fundamental. Ou seja, 15% a mais em relação aos últimos dados apurados. E

considerando o possível aumento demográfico da comunidade, essa diferença pode ser bem maior.



Figura 26: Professor e seus alunos em dia de aula na escola Construindo o caminho<sup>48</sup>, antiga sede da escola Construindo Caminho, Assentamento 10 de abril. (Foto: Judson Jorge, 2009).



Figura 27: Professora e seus alunos reunidos desenvolvendo atividades em dia de aula, Assentamento 10 de abril (Foto: Judson Jorge, 2009).

<sup>48</sup> O espaço da escola deu lugar aos trabalhos da creche Santo Inácio, que está situada nas antigas instalações da escola “Construindo o Caminho”, que funcionava da pré-escola até 4º série. Mesmo com o fechamento oficial da escola em 2008, até o ano seguinte os professores da comunidade tentaram com muita luta aproveitar o espaço da escola para dar continuidade aos trabalhos de séries do Infantil I e séries iniciais do Fundamental 1, algo que, pelas condições insuficientes e falta de apoio público, não persistiu por muito tempo. Hoje na comunidade existe a creche “Santo Inácio”, que desenvolve um trabalho educativo com crianças de 0 a 3 anos de idade que residem na comunidade.

A prefeitura da cidade do Crato fechou a escola com o argumento de que em razão da escola não ter as condições mínimas de infraestrutura, a única opção seria transferir os alunos para uma escola municipal do distrito de Monte Alverne, localizado a 6 km de distância do assentamento, o que continua sendo feito até os dias atuais.

Um descaso que atinge não só a nível de instrução dos assentados, mas a sua própria identidade construída com tanto esforço. Para entendermos essa situação, recorremos mais uma vez ao Boletim de Sistematização:

A juventude que estudou na escola do assentamento se sente parte da identidade sem terra, tem mais responsabilidade e mais participação na luta. Já faz 10 anos que a escola foi fechada. Nesse período, as crianças passaram a estudar em outras locais. “As crianças estão perdendo nossa identidade. Com quatro anos, começam a estudar fora. Se a juventude está firme e forte aqui, foi por causa da educação que tivemos”, ressaltou Bruna (Gomes Tomas) em conversa com os outros jovens. “As professoras e os professores eram daqui. A gente aprendia a história do assentamento”, reforçou Tharles (Paz Duarte) (BOLETIM DE SISTEMATIZAÇÃO, 2019, p. 4).

Podemos perceber como os ataques a educação de uma comunidade sem terra podem se transformar em uma séria ameaça a identidade da comunidade forjada na luta pela terra. Criando um vazio identitário, acaba induzindo esses sujeitos a perda de sua consciência social e histórica, desacredita o sujeito em sua busca por perspectivas de vida. Essas situações são notáveis quando observamos os relatos dos assentados ao compararem o assentado que estudou no assentamento e aquele que foi obrigado a estudar fora da comunidade

Resistindo ao espectro da exclusão, que tem a educação como um dos caminhos, a associação do Assentamento 10 de abril continuou insistindo até o ano de 2009 para que as crianças continuassem estudando na escola da comunidade, com professores e professoras residentes do assentamento, pois são eles que conhecem sua história, suas memórias e necessidades. E através das cartilhas, textos, artes e materiais de estudo fornecidos pelo MST e, principalmente, pelo esforço dos educadores da comunidade, continuaram plantando conhecimento e aprendizagens fundamentais para viver como ser humano e jamais esquecer das vivências, percalços e lutas que construíram a identidade do assentamento 10 de abril.

Algo que os membros da comunidade não teriam a oportunidade de conhecer nas escolas do distrito vizinho. Essa atividade ajuda a fortalecer a luta pela terra pois facilita

(...) para que o próprio militante se convença de que, na guerra, é importante estarmos em todas as frentes de batalha. A frente de batalha da educação é tão importante quanto a da ocupação de um latifúndio ou a de massas. A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital (FERNANDES e STEDILE, 2012, p. 76).

No final das contas, uma das principais consequências das políticas de nucleação e fechamento das escolas localizadas em assentamentos rurais tem sido, além do processo de perda da identidade sem terra, o aumento do tempo de deslocamento dos estudantes até às escolas, fazendo os estudantes arriscarem suas vidas, gerando mais cansaço e aumentando as estatísticas da evasão escolar e analfabetismo no campo. Primeiro as escolas são precarizadas por meio da omissão e exclusão, para depois poderem criar justificativas para desativar as escolas. Uma conjuntura que sempre procurou precarizar e desmobilizar as populações camponesas que vivem da luta pela terra, que mesmo diante das injustiças, nunca baixou a cabeça e sempre procurou transformar as adversidades em luta e esperança. Nesse caminho, mobilizado para construir um futuro digno, produzem e reproduzem imagens sobre o passado e presente, o que acaba sendo um elemento político fundamental para o fortalecimento da união e organização sem terra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As ocupações, assentamentos e movimentos sociais de luta pela terra são reconhecidos como um dos fatores notáveis dentro e fora das fronteiras nacionais, e que acumulam memórias grandiosas que transcendem o presentismo. São frequentemente encantadas, em um registro positivo, como uma manifestação da “luta pela terra” por parte da massa de “despossuídos” pelo país, ou, em registro negativo, como o produto demoníaco da manipulação das massas por ideologias nocivas e que ameaçam a “ordem”. Não adentrei busquei nesse texto adentrar nos debates que revelam as razões elementares sobre o caráter da questão agrária, suas causas e efeitos, mas tão somente explicar e compreender como se tornaram possíveis grandiosas experiências sociais e políticas através da resistência da luta pela terra, mesmo em meio a exclusão e silenciamento.

Para tanto, fiz algumas opções metodológicas, parti de uma discussão sobre questão agrária, analisando a estrutura agrária brasileira e suas contradições, o que permitiu identificar suas circunstâncias e as características do campesinato, aquele que vivem em meio a esses processos. Em seguida, problematizei a partir de uma bibliografia selecionada e consagrada, como se debate sobre educação direcionada aos povos do campo. Por fim, procurei desenvolver um estudo sobre as bandeiras, lutas e necessidades que levaram a construção do assentamento 10 de abril. E sem deixar de lado o debate sobre educação, desenvolvi um estudo sobre as lutas dos assentados pelo direito à educação na comunidade.

Em 31 anos de assentamento, os membros da comunidade, mesmo em meio a duras condições, possibilitando a construção de uma comunidade com estrutura notável e com uma potencialidade incrível graças a união e organização dos assentados, dentre essas conquistas, consideramos projetos importantes para o desenvolvimento do Assentamento 10 de abril, “onde atualmente são providos pela água de três açudes e de um poço profundo, possibilitando que os mesmos possam diversificar a produção e aproveitar melhor que os mesmos possam diversificar a produção e aproveitar melhor as potencialidades da propriedade” (PIANCÓ e SOUZA, 2009), a conquista do acesso a água foi uma vitória essencial para a comunidade que, se não fossem concretizada, as famílias não conseguiriam viabilizar sua sobrevivência e reproduzir-se socialmente.

Uma questão que nunca foi totalmente consolidada, pois o surgimento de problemas que ameaçam esse direito é uma constante na vida dos assentados. O acesso a água, a produção agrícola e a criação de animais na comunidade encontram-se em estado de ameaça, desde que o projeto do governo federal de Transposição do Rio São Francisco começou a atravessar os entornos da comunidade 10 de abril, ameaçando sua produção e infligindo diretamente na reprodução social de suas famílias. Caso que sinaliza para mais um processo de resistência da comunidade. No entanto, esse estudo requer um certo aprofundamento em leituras que tratam detalhadamente desse projeto e suas consequências. Um objeto de estudo que cabem questionamentos e denúncias, mas que não está dentro dos nossos objetivos.

Uma das bandeiras de luta que perpassam a história do assentamento é a bandeira do direito à educação como instrumento de luta. Uma questão que procuramos debruçar através das leituras sobre educação, educação do campo, ensino de história, gráficos e uma bibliografia que estudou a trajetória da comunidade. A partir dessas

questões, chegamos à conclusão que não é possível atuar organicamente em um seguimento de luta pela terra de forma individual e isolada. É preciso estar organizado coletivamente, entender suas condições de vida e estudá-las, para assim, partir para a transformação. Algo que só o acesso à educação pode permitir. Porém, como nada é fácil para quem vive em espaços que nascem da luta pela reforma agrária, percebemos que mesmo sendo uma comunidade com mais de 30 anos de existência, percebemos que essa luta ainda não cessou.

Nesse sentido, procurei reforçar a ideia de que a educação seria a ferramenta que possibilitaria a conversão desses elementos em força política. Algo que, para fortalecer os laços coletivos e a identidade do sujeito sem terra, não pode estar dissociado para conhecimento histórico. Nessa perspectiva, procuramos debruçar sobre como a conexão entre educação do campo e ensino de história produz avanços políticos notórios, especialmente para uma comunidade articulada com os movimentos sociais do campo. Nessa discussão, procuramos dar destaque as místicas, uma tradição reproduzida pela comunidade. Uma ação que serve não só para alimentar o espírito religioso, mas também para fortalecer as aspirações políticas, culturais e identitárias da comunidade, sempre levada adiante por sua consciência política e histórica. Uma capacidade que esteve fortalecida pelos saberes e experiências produzidas pela comunidade ao longo de sua história.

Em suma, concluímos que por trás dos números, podemos perceber a união e mobilização de centenas de camponeses em busca de uma vida digna e, mesmo em meio aos ataques e exclusões, resiste dentro de suas possibilidades. E refletir sobre a importância social das escolas do campo para comunidade nos condiciona a adentrar em “uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo” (MOLINA; SÁ, 2012, p. 324). Afinal, as escolas do campo desempenham a função de proporcionar um projeto de educação e de sociedade que efetivamente desenvolva a promoção humana, de forma emancipatória e libertadora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2ª Ed. Campinas: Hucitec/Anpocs/Ed. Unicamp. 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1984.
- BARROS, José D'Assunção. O Campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004
- CALDART, Roseli Salet. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Monica (Orgs.). Por uma educação do campo. 2. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- \_\_\_\_\_, Pedagogia do Movimento Sem-terra. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_, Pedagogia da terra: formação de identidade e identidade em formação. Caderno do Iterra. Pedagogia da Terra. Veranópolis, ano 2, n. 6, dez, 2002.
- CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925). 1974.
- CRARY, Jonathan. Capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: Paulino, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão popular, 2008.
- \_\_\_\_\_, Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. Inédito. 2003.

\_\_\_\_\_, *Que reforma agrária?* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado na Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/Unesp, Presidente Prudente (SP), 4 a 8 de dezembro, 1998.

FERNANDES, Florestan. *A formação política e o trabalho do professor*. Marília: Lutas anticapital, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*/ Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRAZIANO NETO, Francisco. (1998) *A (difícil) interpretação da realidade agrária*. In: SCHMIDT, Benício Viero, MARINHO, Danilo Nolasco C. & COUTO

ROSA, Sueli L. (orgs.). *Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Brasília, Editora da UnB, p.153-169.

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 07/05/1991.

JORNAL O POVO, 09/05/1991.

\_\_\_\_\_, 21/05/1991.

IDACE. *Plano de ação do assentamento 10 de Abril*. Fortaleza, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais* (São Paulo: Edições Loyola), 1997.

\_\_\_\_\_, *Sem-terra, ONGs e cidadania* (São Paulo: Cortez), 1997.

\_\_\_\_\_, *Educação não-formal e cultura política* (São Paulo: Cortez), 1999.

\_\_\_\_\_, *Movimentos sociais e educação* (São Paulo: Cortez), 1992. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

\_\_\_\_\_, *O problema da ideologia – o marxismo sem garantias*. In. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. p. 265-296. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo das Cidades*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: novembro de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Perfil das Regiões de Planejamento – Cariri (2017). Ceará, 2017. Disponível em: [http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil\\_regional/2017/PR\\_Cariri\\_2017.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/2017/PR_Cariri_2017.pdf). Acesso em: novembro de 2020.

JUVENTUDE 10 DE ABRIL. V Encontro de Agricultoras e Agricultores Experimentadores. “Assentamento 10 de Abril: História de Luta, Fé e União”. Boletim de Sistematização, 2019.

KARL, M. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão. São Paulo: Boitempo: 2007.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar. 1. Comparação internacional: uma realidade multiforme. Campinas, UNICAMP, 1993.

LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova cultural, (1989) 1985.

LOPES, Regina Pereira. Pedagogia e emancipação humana. São Paulo; Olho d'Água, 2000. 27

PERLI, F. Impressos, leituras de passado e configurações do ensino de história no MST. Revista História & Perspectivas, v. 27, n. 51, 4 fev. 2014.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista - 1964-1985. 2010. 351f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2010.

MARTINS, J. Souza. O poder do atraso Ensaio de Sociologia da História Lenta. 2ª. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária o impossível diálogo. São Paulo: Edusp. 2000.

MEDEIROS, L. S. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais

brasileiros. In: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MENDRAS, Henri. *La fin des paysans*, 2. ed. Paris, Actes Sud, 1984. Rambaud, Placide. “L’apport des travailleurs de la terra à la société industrielle”. *Sociologia Ruralis*, 22, 2:108-121, 1982.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

\_\_\_\_\_, *Educação para além do capital*. Intervenção na abertura no Fórum Mundial de Educação, Porto Alegre, Brasil, 28 jul. 2004. Tradução T. Brito. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livrosdiversos/a-educacao-para-alem-do-capital-istvan-meszaros.pdf>. Acesso em: 6 setembro. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIRANDA, Marília Gouveia de. *O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança*. In: LANE, Silva; CODO, Wanderley (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta Pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

ONFRAY, Michel. *Contra-história da filosofia. Vol. I: As sabedorias antigas*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. 2003. mimeo.

PIANCÓ, A. R. D. *Ocupação da Fazenda Caldeirão/Assentamento 10 de abril*. In: I Painel de Iniciação à Pesquisa, 1993, Crato. I Painel de Iniciação À Pesquisa, 1993.

\_\_\_\_\_, BRITO e PIANCÓ, “Escola do Assentamento 10 de Abril Construindo o Caminho: A luta e a conquista por uma escola diferente”, VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2013.

RÜSEN, Jörn. História viva. Teoria da História II: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SHANIN, Teodor. La classe incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rússia 1910-1923) Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SIGAUD, L. A forma acampamento. Revista Novos Estudos (São Paulo), Cebrap, n. 58, p. 73 – 92, nov., 2000.

SILVA, José Gomes da Silva Buraco Negro. A Reforma Agrária a Constituinte, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_, Para entender o Plano de Reforma Agrária, Petrópolis: Vozes, 1985.

SILVA, Judson Jorge da. Caldeirão e Assentamento 10 de Abril: passado e presente na luta por terra no Cariri cearense. Dissertação (mestrado) – UFC, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2010.

SANTOS, Fátima Maria dos.; MAZZILI, Sueli. Narrativas e experiências de educadores em um contexto de reforma agrária. Educação do Campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, p. 373-391. 2012.

SAQUET, Marcos. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária brasileira: a classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006. n.5.,

\_\_\_\_\_, e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. Senhores e caçadores: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. “Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro”. In: XX Encontro Anual da ANPUCS. GT 17. Processos Sociais Agrários, Caxambu, 1996.

\_\_\_\_\_, “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. In: Tedesco, João Carlos (org), Agricultura familiar: realidade e perspectivas, Passo Fundo, UPF, 1998.

## **FONTES IMPRESSAS**

Fonte 1 – “Com terra e sem vergonha”, p. 64.

Fonte 2 – “Atlas revela que há 62% de terras improdutivas”, p. 65.

Fonte 3 – “Principais pontos da PNRA”, p. 68.

Fonte 4 – Jornal Sem terra, Boletim da Educação I, p. 80.

Fonte 5 – Capa “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem terra”, 1º edição, p. 85.

Fonte 6 – Jornal Sem terra, Boletim da Educação II, part. 1, p. 86.

Fonte 7 – Jornal Sem Terra, Boletim da Educação III, parte. 2. p. 86.

Fonte 8 - Boletim da Educação, Setor de Educação., p. 92.

Fonte 9 – Notícia publicada no Jornal Diário do Nordeste, p. 103.

Fonte 10 – “Nota oficial dos prefeitos da Região do Cariri em face da invasão da fazenda Caldeirão”, p. 111.

Fonte 11 - “Fazenda é desapropriada para abrigar 96 famílias no Crato”, p. 123.

Fonte 12 – Boletim de Sistematização “Assentamento 10 de abril: história de luta, fé e união no semiárido”.

ANEXOS

ANEXO 1

**JORNAL DOS TRABALHADORES**  
**SEM TERRA**

São Paulo • junho • Nº 44 • Ano IV

Ocupação em Santa Catarina  
**A REFORMA AGRÁRIA DOS TRABALHADORES**  
Pág. 5



PRAMA  
SANTA CATARINA  
NO GRANDE DO SUL

As terras onde a reforma começou



Assentamentos  
**A vida dura dos agricultores**  
Pág. central



Antes mesmo do governo lançar o seu Plano de Reforma Agrária, cerca de 2000 famílias de sem terra do oeste catarinense já testavam na prática as intenções do Ministério da Reforma Agrária. Elas ocuparam terras ociosas na região e os fazendeiros reagiram. Mas a situação foi contornada pela disposição do governo catarinense em negociar uma solução com o INCRA e Movimento dos Sem Terra (pág. 5)

O Plano de Reforma Agrária é bastante modesto. Mas o mais importante agora é impedir que a reação dos latifundiários atrapalhe a sua aplicação (págs. 10 e 11)

4º Congresso da CONTAG  
**O debate foi prejudicado**  
Págs. 12 e 13



ENTREVISTA



O presidente da FETAG-ES fala do Congresso  
Antonio Moschen

# JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA

Porto Alegre

Dezembro de 1984 • Janeiro de 1985

Ano III — N° 41



ASSENTAMENTOS  
**Como sobreviver  
às dificuldades**

Central

ENTREVISTA  
**Lula fala de  
Reforma Agrária**

Páginas 14 e 15



Página 11

## 1º CONGRESSO NACIONAL

29, 30 e 31  
JANEIRO

CURITIBA-PR

**1984** foi um ano marcado por muita injustiça no campo. 1985 vai ser diferente. Os trabalhadores estão compreendendo que só a organização pode lhes garantir dias melhores. Como mostram os lavradores sem terra brasileiros. Eles começam o ano com um Congresso Nacional. E nós, do Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA, desejamos a todos muita organização, vitórias e um ano realmente melhor.



### 1985 VAI SER DIFERENTE

# BOLETIM DA EDUCAÇÃO

Nº 1 Agosto 1992



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA